

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou Companhia”) submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2017, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2018, a CPFL Geração cumpriu com sua agenda estratégica e seguiu trabalhando em iniciativas de valor e no seu plano de investimentos, com disciplina financeira, empenho e comprometimento de suas equipes.

Dentre as iniciativas de valor, vale mencionar a participação da Companhia nos seguintes leilões de transmissão: (i) em junho de 2018, a companhia venceu o Lote 9 (subestação Maracanaú II), no Ceará, e (ii) em dezembro de 2018, a companhia venceu os Lotes 5 (subestação Itá), em Santa Catarina, e 11 (subestações Osório 3, Porto Alegre 1 e Vila Maria), no Rio Grande do Sul.

Também tivemos a entrada em operação da PCH Boa Vista II (29,9 MW de capacidade instalada), em novembro de 2018, e a participação da CPFL Renováveis no Leilão A-6 de agosto de 2018. A companhia venceu com os seguintes projetos: (i) PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, e (ii) Complexo Eólico Gameleira, com 69,3 MW de capacidade instalada, localizado no estado do Rio Grande do Norte.

Ainda em relação à CPFL Renováveis, tivemos a realização da OPA Mandatória da companhia em 26 de novembro. Como resultado do leilão, a State Grid adquiriu 243.771.824 ações ordinárias de emissão da companhia, representativas de 48,39% do capital social da companhia. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço de R\$ 16,85, totalizando o valor de R\$ 4,1 bilhões. A State Grid e a CPFL Geração (controlada indiretamente pela State Grid) passaram a deter, em conjunto, 503.520.623 ações ordinárias de emissão da companhia, equivalente a 99,94% do capital social total da companhia.

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, bem como as térmicas a óleo combustível, além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco). A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.131 MW.

A CPFL Geração também detém 51,56% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável. Em 31 de dezembro de 2018, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.133 MW de capacidade instalada em operação. Em 2018, 29,9 MW foram agregados à capacidade instalada da CPFL Renováveis, relacionados à entrada em operação da PCH Boa Vista II.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017 e 2018. Porém, diversas denúncias de corrupção e a greve dos caminhoneiros de maio de 2018 travaram a pauta de reformas e limitaram a velocidade da recuperação econômica.

Ademais, a demanda externa, que vinha ajudando na recuperação da economia doméstica até o começo de 2018, registrou perda de fôlego relevante. Alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil, como a China e a União Europeia, vêm registrando significativa desaceleração, ao passo que a Argentina, principal destino de nossas exportações de manufaturados, tem enfrentado um período de expressiva contração econômica. Nesse cenário, a produção da indústria brasileira encerrou o ano passado praticamente estagnada.

Apesar da morosidade da recuperação econômica e da ainda elevada vulnerabilidade fiscal, diversos fundamentos macroeconômicos brasileiros registraram melhora ao longo do biênio 2017-18. O principal destaque foi a desaceleração da inflação e a ancoragem das expectativas inflacionárias. O cumprimento confortável das metas de inflação, num contexto em que a ociosidade de nossa economia continua muito elevada, sobretudo no mercado de trabalho, permitiu ao Banco Central reduzir a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos, ajudando a destravar o mercado de crédito.

O ano de 2019 se inicia com expectativas mais auspiciosas, como sugere a melhora de diversos indicadores financeiros. Com efeito, o risco-Brasil vem recuando ante a expectativa de que as reformas, sobretudo a previdenciária, serão retomadas no novo governo; e a bolsa de valores brasileira vem registrando ganhos significativos, na contramão dos movimentos de correção observados nas bolsas internacionais.

Num contexto de acomodação da cotação cambial, as expectativas inflacionárias têm permanecido ancoradas às metas: a mediana das projeções das instituições de mercado para a alta do IPCA, índice que baliza as metas de inflação, encontra-se ao redor de 4% para 2019¹, um pouco abaixo da meta de 4,25% estabelecida para este ano. Com isso, a expectativa é de que o Banco Central manterá a política monetária em terreno expansionista por um bom tempo. A mediana das projeções de mercado para a taxa básica Selic no encerramento deste ano encontra-se na casa de 7%¹ ao ano.

O impulso que a política monetária expansionista dará ao mercado de crédito, somado à tendência (ainda que lenta e irregular) de redução dos níveis de desemprego e de recuperação da massa de rendimentos, tenderá a amparar o consumo das famílias, que deverá continuar em moderada aceleração ao longo de 2019. Já a melhora da confiança empresarial, apoiada na expectativa de retomada das reformas, poderá conferir maior dinamismo à retomada do investimento – que, por ora, recuperou uma parte muito modesta da forte contração observada durante da recessão.

Apesar das expectativas mais alvissareiras, o cenário para 2019 continua a enfrentar riscos nada desprezíveis. O principal deles continua a ser de natureza política: uma eventual frustração com a retomada das reformas tenderia a provocar forte recrudescimento da volatilidade cambial e deterioração da confiança privada, com impactos sobre o consumo e o investimento. O ambiente externo, por sua vez, tende a seguir desafiador, com as principais economias mundiais atravessando um período de esfriamento.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo ainda moderado. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2018, conforme divulgado pelo IBGE, para cerca de 2,5% em 2019¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que

¹ Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 18/01/19.

pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo. Assim, a expectativa é que o PIB recupere o nível real do começo de 2014 apenas em meados de 2020¹.

Contratos de venda de energia

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, as UHEs Serra da Mesa, Foz do Chapecó, Campos Novos, Barra Grande, Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, bem como as térmicas a óleo combustível (UTES Termonordeste e Termoparaíba), além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco). A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.131 MW.

A CPFL Geração também detém 51,56% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, PCH e solar. Em 31 de dezembro de 2018, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.133 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 40 PCHs (453 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Em novembro de 2018, com mais de um ano de antecipação, houve a entrada em operação da PCH Boa Vista II, com 29,9 MW de capacidade instalada e localizada no município de Varginha, estado de Minas Gerais.

É importante destacar a participação da CPFL Renováveis no Leilão A-6 de agosto de 2018. A companhia venceu com os seguintes projetos: (i) PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, e (ii) Complexo Eólico Gameleira, com 69,3 MW de capacidade instalada, localizado no estado do Rio Grande do Norte. A entrada em operação destes projetos está prevista para 2024.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: Em 2018, a CPFL Geração alcançou receita líquida de R\$ 3.024 milhões, uma redução de 2,6% (R\$ 81 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2018	2017
Lucro Líquido	863.652	645.694
Depreciação e Amortização	739.024	737.106
Amortização Mais Valia de Ativos	579	579
Resultado Financeiro	756.405	844.282
Contribuição Social	34.307	54.179
Imposto de Renda	62.169	112.516
EBITDA	2.456.136	2.394.357

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 2.456 milhões, aumento de 2,6% (R\$ 62 milhões), devido principalmente (i) à redução de 17,7% (R\$ 88 milhões) no custo com Energia Elétrica; (ii) pela redução de 96,5% (R\$ 44 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor. O resultado da Equivalência Patrimonial foi de R\$ 334 milhões, comparado a R\$ 312 milhões em 2017, uma variação de 7,0% (R\$ 21 milhões), contribuindo também para o aumento do EBITDA.

Estas variações foram parcialmente compensadas pela redução de 48,4% (R\$ 20 milhões) na receita com Fornecimento de Energia Elétrica e à redução de 14,3% em Outras receitas Operacionais e pelo aumento de 2,4% (R\$ 11 milhões) em PMSO (Despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros custos/despesas operacionais e Entidade de Previdência Privada).

O aumento de 2,4% (R\$ 11 milhões) nos custos e despesas operacionais decorre principalmente dos seguintes efeitos:

- ✓ Aumento de 13,6% em outros custos/despesas operacionais (R\$ 16 milhões);
- ✓ Aumento nas despesas de material (R\$ 0,3 milhão);
- ✓ Aumento no item Entidade de Previdência Privada (R\$ 0,5 milhão).

Parcialmente compensado por:

- ✓ Redução de 2,2% nas despesas com serviços de terceiros (R\$ 4 milhões)

Lucro Líquido: Em 2018, a CPFL Geração apurou lucro líquido de R\$ 864 milhões, 33,8% maior que lucro líquido de R\$ 646 milhões registrado em 2017, refletindo o aumento de 2,6% (R\$ 62 milhões) no EBITDA, a redução de 10,4% (R\$ 88 milhões) nas despesas financeiras líquidas e a redução do Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 70 milhões).

Endividamento: no final de 2017, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Geração atingiu R\$ 8.647 milhões, uma redução de 15,6%.

5. Investimentos

Em 2018, foram investidos R\$ 233 milhões, sendo R\$ 10 milhões de geração convencional e R\$ 223 milhões da CPFL Renováveis, destinados principalmente à PCH Boa Vista II, que entrou em operação comercial em novembro de 2018. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 3 milhões relacionado à transmissão que, de acordo com o IFRIC 15, está registrado como "Ativo Contratual das

Transmissoras” (outros créditos)

6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Geração desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visando promover o desenvolvimento sustentável devem ser incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão, com indicadores e metas relacionadas a temas relevantes para a sustentabilidade no Grupo CPFL, definidos com base em seu posicionamento e sua estratégia, bem como na perspectiva dos principais públicos de relacionamento. A partir de 2018, incorporamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a Plataforma, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: mantemos foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, atuando junto a iniciativas nacionais e internacionais.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): Atualmente, o SGDE é composto por 7 elementos, considerados chaves para a atuação da holding e de suas empresas controladas na cultura da gestão da ética, que são: (i) Código de Conduta Ética; (ii) Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET); (iii) Regimento Interno do COMET; (iv) Canal Externo de Ética; (v) CPD (Comissão de Processamento de Denúncias); (vi) Plano de Divulgação; e (vii) Capacitação. Podemos destacar as seguintes ações realizadas em 2018: a) Pílulas da Integridade (comunicados internos) específicas sobre diretrizes do Código de Conduta Ética; b) Treinamentos presenciais sobre Integridade e Ética para Público Sensível (Jurídico, Regulatório, RH, Poder Público), Eletricistas e colaboradores da CPFL Atende (Call Center); c) Evento para celebrar o dia Internacional Contra a Corrupção que, entre outras ações, contou com um debate sobre o tema e a participação do Presidente da CPFL Energia (Andre Dorf) e demais convidados: Alípio Casali (Filósofo e Membro do Comitê de Ética), Ricardo Voltolini (Consultor e Escritor) e Marcela Varani (Jornalista); d) Palestra sobre Integridade, Compliance e Ética proferida por renomado profissional de *Compliance* do mercado para os executivos da CPFL Energia. O Comitê de Ética e Conduta Empresarial também realizou 11 reuniões em 2018 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Geração atua, destaca-se: **(i) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (1% I.R.)** – Em 2018, a CPFL Geração destinou R\$ 400.000,00 para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de duas cidades da área de concessão. O repasse irá apoiar os Conselhos em um programa de capacitação e desenvolvimento institucional; **(ii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CMDI (1% I.R.)** – Em 2018, a CPFL Geração destinou R\$ 400.000,00 ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de dois municípios para apoiar projetos em Montenegro/RS; **(iii) Apoio ao Pronon – Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (1% I.R.)** – Em 2018, a CPFL Geração destinou R\$ 300.000,00 para apoiar projetos de ampliação tecnológica de Hospitais de Atendimento à Pessoas com Câncer em Fortaleza/CE.

Gestão Socioambiental: em 2018, a CPFL Geração realizou inventário de emissões de gases de efeito estufa referente ao ano de 2017, integrante do inventário da CPFL Energia. Em paralelo, cada empresa controlada desenvolveu projetos para mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, com destaque para:

UHE Foz do Chapecó - Sistema de Gestão Integrado (SGI): A Foz do Chapecó Energia obteve em novembro de 2018, da certificadora BSI (*British Standards Institution*), recomendação para manutenção nas normas ISOs 9001:2015 e 14001:2015 e OHSAS 18001:2007. A recomendação se deu após um processo de auditoria realizado entre os dias 26 e 30 de novembro. **Gestão Socioambiental:** Algumas ações de destaque em 2018, no contexto socioambiental: (i) soltura de aproximadamente 208 mil alevinos no reservatório da usina, como parte das ações visando ao repovoamento do lago; (ii) Conclusão da construção de três pontos de apoio à pesca a montante da usina, no Estado de Santa Catarina. Associações de pescadores ligadas a cada uma dessas estruturas receberam os recursos necessários para viabilizar a construção através da celebração de termos de convênio; (iii) repasse de R\$ 3,5 milhões, por meio de leis de incentivo fiscais, para patrocínio de projetos que atendem os municípios abrangidos pelo empreendimento. Entre os destaques estão projetos de contraturno escolar com aulas de dança, teatro e atividades esportivas, abrangendo cerca de 1,5 mil crianças e adolescentes em quatro municípios. Em infraestrutura, a Foz do Chapecó Energia destinou recursos para reformas em centros de convivência de idosos, iluminação de quadras esportivas, piscinas públicas para hidroginástica e, também, para a fase de acabamento do Museu dos Balseiros, projeto apoiado integralmente pela empresa desde o início. (iv) foi criado o programa Vizinho Amigo, com o intuito de incentivar os lindeiros da usina a conservar a Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório. Além de recompensar com prêmios em dinheiro os vizinhos do reservatório, a empresa deu visibilidade às ações, com o intuito de torná-las exemplos de boas práticas ambientais; (v) a Biofábrica, laboratório de produção de plantas de alta qualidade genética, distribuiu 14 mil mudas de frutas para agricultores de Alpestre, Caxambu do Sul e Rio dos Índios. Além das plantas, os produtores receberam orientações sobre plantio, adubação, manejo nas diversas fases do cultivo e controle biológico de pragas, já que todo o processo é orgânico. **Pesquisa & Desenvolvimento:** Em 2018, a Foz do Chapecó Energia investiu R\$ 9,8 milhões em seu Programa de Pesquisa & Desenvolvimento, dos quais R\$ 3,3 milhões foram destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e R\$ 1,7 milhão alocado no Ministério de Minas e Energia. Outros R\$ 4,8 milhões foram investidos diretamente em projetos junto a Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia. **Código e Canal de Ética:** implantação e divulgação do Código de Ética na empresa e do canal íntegro, ampliando a transparência nos processos internos e com fornecedores da empresa.

Ceran: Ao longo de 2018 consolidou sua Política de Sustentabilidade e Investimentos Social Externo, dentro desta Política fomentou 61 projetos sociais, selecionando 33 os quais receberam investimento de R\$ 6,3 milhões dos quais R\$ 1,9 milhões oriundos do incentivo dos empreendimentos da CERAN através de recursos próprios e também de leis de incentivo fiscal, e o restante captado através de parceiros e contrapartida de proponentes. Realizou o lançamento do canal de denúncias, vinculado ao seu Programa de Ética e Integridade na Conduta Empresarial dentro dos preceitos da Lei Federal 12.846/2013, lançado em 2017 www.canalintegro.com.br/energiaetica. A Companhia mantém um Sistema de Gestão Integrado certificado na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho), de acordo com as normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 sendo no final de 2018 mediante auditoria de terceira parte indicada para recertificação; Na área de Pesquisa e Desenvolvimento a CERAN realizou investimentos na ordem de R\$ 1,8 milhões em 13 projetos, sendo 3 estratégicos, 6 cooperados, 3 projetos próprios e 1 projeto de gestão. Na área de segurança do trabalho considerando as 03 usinas do complexo foram contabilizados 6.681 dias sem acidentes com afastamento. Na área de Educação Ambiental 2018 marcou um processo de consolidação de parcerias com a região para fortalecer iniciativas locais voltadas à preservação ambiental. Exemplo foi a criação de um grupo de instituições regionais como Ministério Público Estadual, Prefeituras, Polícia Ambiental, ONGs e empreendimento para congregar esforços no sentido de fiscalizar, coibir e conscientizar usuários dos reservatórios para a conservação de áreas de APP.

UHE Campos Novos (Enercan) - (i) Em 2018, lançou o canal de denúncias www.canalintegro.com.br/energiaetica em sequência do seu Programa de Ética e Integridade na Conduta Empresarial baseada nos princípios da Lei Federal 12.846/2013 lançado em 2017; (ii) as ações apoiadas para o desenvolvimento da região nas áreas cultural, socioambiental e econômica, contaram com a captação de 110 projetos, dos quais foram selecionados 47, os quais receberam R\$ 19,8 milhões de aporte financeiro, sendo R\$ 4,2 milhões oriundos da ENERCAN através de Leis de Incentivo Fiscal e recursos próprios, e o restante captado em parcerias e contrapartidas de proponentes; (iii) desenvolveu pelo 7º ano consecutivo o Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente (APP) com os moradores lindeiros ao reservatório da UHE Campos Novos, premiando as oito melhores iniciativas, atualmente o programa conta com aproximadamente 46% dos vizinhos ao lago participando do programa; (iv) publicou em 2019 o seu Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa 2018 através da plataforma do GHG Protocol da FGV, obtendo o selo prata; (v) contabilizou a soltura de 39.000 alevinos de peixes de espécies nativas no reservatório da UHE Campos Novos, o programa que conta com um banco genético "in vivo" das espécies migradoras da bacia do rio Uruguai, a partir dos quais são desenvolvidos os alevinos para soltura; (vi) dentro do programa de P&D Aneel realizou investimentos de R\$ 3,6 milhões em 14 projetos; (vii) na área de segurança do trabalho um destaque especial no dia 28/12/18 a ENERCAN comemorou 11 anos sem ocorrência de acidentes no trabalho, contabilizando 4.018 dias sem qualquer registro. Ainda na área de segurança o programa de identificação de acidentes potenciais contabilizou desde sua implantação em maio/16 o registro de 271 incidentes potenciais identificados e resolvidos estimando-se com esses números que 27 acidentes com lesões menores e 2 acidentes graves foram evitados. (viii) Em relação ao seu Sistema de Gestão Integrado, em 2018 a ENERCAN recebeu o certificado ISO 9.001, integrando-se assim ao sistema já certificado com a ISO 14.001 e OHSAS 18.001 que já possuía.

UHE Barra Grande (BAESA) - (i) Em 2018, o Programa de Responsabilidade Socioambiental captou 37 projetos, selecionando para apoio 11 projetos e 06 ações sociais que receberam aporte financeiro de R\$ 853 mil, sendo que 82,4% foram captados de parcerias e contrapartidas e estão voltados à geração de renda, meio ambiente, cultura, esporte, segurança pública e desenvolvimento social, em 2018 a empresa não dispôs de recursos de Leis de Incentivo Fiscal, realizando os investimentos em projetos com recursos próprios; (ii) foi realizada a 7ª edição do Programa de Incentivo à Conservação da Área de Preservação Permanente do reservatório, que reconhece através de premiação aos 16 (dezesseis) moradores da região que desenvolveram as melhores práticas de conservação e preservação ambiental, um aumento de 6 famílias premiadas nesta edição; (iii) A transparência e a coerência na declaração das emissões de gases do efeito estufa (GEE) 2018, renderam à BAESA a conquista do Selo Prata do GHG Protocol (iv) realizou a oficina de indicadores para reavaliar a matriz de materialidade do seu Relatório de Sustentabilidade padrão GRI G4 que será publicado na versão essencial; (v) Na área ambiental, o ano de 2018 marcou o início de um novo ciclo de 03 (anos) do Programa Experimental de soltura de alevinos de espécies nativas no reservatório da UHE Barra Grande, contabilizando cumulativamente em 04 anos de programa um total de 177.300 alevinos soltos no lago. O programa conta com um banco genético "in vivo" das espécies migradoras da bacia do rio Uruguai dos quais os alevinos são originários. (vi) Na área de segurança do trabalho o empreendimento contabilizou um acumulado de 3.884 dias sem acidentes com afastamento, mais de 10 anos da ocorrência do último acidente registrado. Ainda na área da segurança do trabalho merece destaque o programa de identificação de acidentes potenciais implementados em maio/12 registrando até o momento 641 incidentes potenciais que resolvidos denotam que 64 incidentes com lesões menores e 6 com lesões maiores foram evitados; (vii) Dentro do seu sistema de gestão ambiental o empreendimento em 2018 recebeu a certificação ISO 9.001 integrando assim o Sistema às certificações ISO 14.001 e OHSAS 18.001 na qual a mesma já estava certificada; (viii) No relacionamento institucional entre o empreendimento e as comunidades do entorno, destaque para a atuação dos 02 Conselhos Comunitários Consultivos - CCC, criados pelo empreendimento sendo um formado por representantes da comunidade dos municípios do RS e outro pelos municípios de SC, fazem parte dos CCCs qualquer pessoa física, jurídica, agente público civil ou militar que tenha interesse no empreendimento os quais participam ativamente das discussões e planejamento de ações ambientais, projetos sociais, comunicação social, entre outras desenvolvidas pelo empreendimento, em reuniões realizadas a cada bimestre.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Geração para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2018, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Laudos contábeis para reestruturações societárias	01/09/2017	Inferior a 1 ano
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	01/09/2017	24 meses
Procedimentos previamente acordados - Retificações tributárias de anos anteriores	03/05/2018 e 05/07/2018	12 meses
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2017	18/05/2018	24 meses
Treinamento IFRS	14/09/2018	Inferior a 1 ano

Contratamos um total de R\$ 817 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 37% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2018 da Companhia .

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2018. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.



A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	81.913	435.567	999.832	1.430.946
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	98.427	155.298	365.642	558.484
Dividendo e juros sobre o capital próprio	11	172.184	96.640	98.747	54.026
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	10
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	7.588	14.882	50.965	42.695
Outros tributos a compensar	7	17.022	14.293	90.233	67.152
Derivativos	31	105.824	20.434	105.824	20.434
Ativo financeiro da concessão	9	-	-	-	23.736
Outros créditos	10	25.352	26.284	170.479	293.972
Total do circulante		508.310	763.398	1.881.721	2.491.455
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	28.430	28.090	187.256	28.090
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	28	407.730	100.458	-	109.070
Depósitos judiciais	19	744	570	14.497	13.930
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	-	-	1.907	1.660
Outros tributos a compensar	7	-	-	6.343	6.816
Derivativos	31	19.174	54.236	19.174	54.236
Créditos fiscais diferidos	8	3.017	-	3.017	696
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.3	300.000	300.000	-	-
Ativo financeiro da concessão	9	-	-	-	214.987
Outros créditos	10	1.693	2.583	809.984	673.013
Investimentos	11	3.471.079	3.443.663	980.362	1.001.550
Imobilizado	12	1.029.511	1.088.604	9.242.194	9.588.793
Intangível	13	97.163	106.780	2.765.181	2.984.755
Total do não circulante		5.358.540	5.124.984	14.029.915	14.677.596
Total do ativo		5.866.850	5.888.381	15.911.636	17.169.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante					
Fornecedores	14	6.880	17.184	89.540	229.178
Empréstimos e financiamentos	15	625.417	143.933	1.104.284	880.135
Debêntures	16	266.033	727.943	716.319	1.359.300
Entidade de previdência privada	17	1.350	986	1.350	986
Taxas regulamentares		20.504	17.523	22.074	18.913
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	8.859	-	74.557	70.036
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	6.069	6.575	30.935	32.345
Dividendo e juros sobre capital próprio		173.536	-	203.682	15.823
Obrigações estimadas com pessoal		1.967	2.036	11.466	10.791
Derivativos	31	5.644	3.457	5.644	3.457
Uso do bem público	20	-	-	11.570	10.965
Outras contas a pagar	21	3.901	4.220	340.360	427.928
Total do circulante		1.120.159	923.857	2.611.780	3.059.859
Não circulante					
Fornecedores	14	-	-	113.853	-
Empréstimos e financiamentos	15	276.169	1.290.730	3.576.268	4.774.043
Debêntures	16	1.605.376	1.080.117	3.369.771	3.282.339
Entidade de previdência privada	17	19.896	15.595	19.896	15.595
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	-	-	772	-
Débitos fiscais diferidos	8	206.030	189.765	1.105.918	1.245.523
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	12.124	8.570	38.315	44.337
Derivativos	31	-	24.149	-	24.149
Uso do bem público	20	-	-	89.965	83.766
Outras contas a pagar	21	1.630	1.482	170.491	141.216
Total do não circulante		2.121.225	2.610.409	8.485.249	9.610.968
Patrimônio líquido					
Capital social	22	1.043.922	1.043.922	1.043.922	1.043.922
Reserva de capital		240.934	239.691	240.934	239.691
Reserva de lucros		993.747	601.365	993.747	601.365
Dividendo		-	98.511	-	98.511
Resultado abrangente acumulado		346.863	370.626	346.863	370.626
		2.625.465	2.354.115	2.625.465	2.354.115
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	11	-	-	2.189.141	2.144.109
Total do patrimônio líquido		2.625.465	2.354.115	4.814.607	4.498.225
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.866.850	5.888.381	15.911.636	17.169.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	23	722.093	750.469	3.023.909	3.104.530
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	24	(32.772)	(82.809)	(410.202)	(498.216)
Custo de operação	25	(80.636)	(85.510)	(821.417)	(822.085)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	-	-	(1.575)	(45.474)
Lucro operacional bruto		608.685	582.150	1.790.715	1.738.755
Despesas operacionais					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25	(320)	(129)	(339)	(132)
Outras despesas com vendas	25	(4.062)	(4.406)	(4.062)	(4.406)
Despesas gerais e administrativas	25	(23.913)	(27.910)	(174.477)	(182.218)
Outras despesas operacionais	25	(9.968)	(10.178)	(229.502)	(207.718)
Resultado do serviço		570.424	539.527	1.382.335	1.344.281
Resultado de participações societárias	11	483.962	412.562	334.198	312.390
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	63.426	67.789	185.219	237.169
Despesas financeiras	26	(266.760)	(390.587)	(941.623)	(1.081.451)
		(203.334)	(322.798)	(756.405)	(844.282)
Lucro antes dos tributos		851.052	629.291	960.127	812.389
Contribuição social	8	(22.341)	(9.186)	(34.307)	(54.179)
Imposto de renda	8	(62.260)	(26.079)	(62.169)	(112.516)
		(84.600)	(35.265)	(96.476)	(166.695)
Lucro líquido do exercício		766.451	594.026	863.652	645.694
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		-	-	766.451	594.026
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	97.200	51.669
Lucro líquido básico por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	3,73	2,89	-	-
Lucro líquido básico por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	-	2,98	-	-
Lucro líquido diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	3,69	2,83	-	-
Lucro líquido diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	-	2,92	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	766.451	594.026	863.652	645.694
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	(1.162)	2.536	(1.162)	2.536
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(5.058)	-	(5.058)	-
Resultado abrangente do exercício	760.232	596.562	857.432	648.230
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			760.232	596.562
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			97.200	51.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucro			Resultado abrangente acumulado			Risco de crédito na marcação a mercado	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.043.922	239.691	293.862	186.947	417.037	(23.074)	-	-	2.158.385	2.324.682	4.483.066
Resultado abrangente total											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	594.026	594.026	51.669	645.695
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	2.537	-	-	2.537	-	2.537
Mutações internas do patrimônio líquido											
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(36.249)	-	-	36.249	-	-	-
Efeito fiscal sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	12.325	-	-	(12.325)	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.949)	-	-	1.949	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	307.503	-	-	-	-	(307.503)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas											
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(196.500)	(196.500)	-	(196.500)
Juros sobre o capital próprio adicional proposto - JCP	-	-	-	98.511	-	-	-	(115.896)	(17.384)	-	(17.384)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(186.947)	-	-	-	-	(186.947)	-	(186.947)
Dividendo distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.452)	(109.452)
Redução de capital de minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(122.806)	(122.806)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.043.922	239.691	601.365	98.511	391.163	(20.537)	-	-	2.354.115	2.144.109	4.498.225
Resultado abrangente total											
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	766.451	766.451	97.200	863.652
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	2.468	(7.526)	(5.058)	-	(5.058)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	(1.162)	-	-	(1.162)	-	(1.162)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(35.056)	-	-	35.056	-	-	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	11.919	-	-	(11.919)	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.932)	-	-	1.932	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	592.382	-	-	-	-	(592.382)	-	-	-
Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	(200.000)	-	-	-	-	200.000	-	-	-
Transações de capital com os acionistas											
Dividendo adicional exercício 2017	-	-	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	-	(200.000)
Aprovação dos juros sobre o capital próprio adicional proposto - JCP	-	-	-	(98.511)	-	-	-	-	(98.511)	-	(98.511)
Juros sobre o capital próprio Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(120.513)	(120.513)	-	(120.513)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(71.099)	(71.099)	-	(71.099)
Dividendo distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.985)	(52.985)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	1.243	-	-	-	-	-	-	1.243	-	1.243
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	817	817
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.043.922	240.934	993.747	-	366.094	(21.699)	2.468	-	2.625.465	2.189.141	4.814.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes dos tributos	851.052	629.291	960.127	812.389
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	74.527	74.857	739.024	737.106
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.169	2.326	(5.403)	3.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	320	129	339	132
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	238.923	363.450	774.240	948.213
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	1.553	2.067	1.553	2.067
Equivalência patrimonial	(483.962)	(412.562)	(334.198)	(312.390)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	1	211	62.696	21.928
Provisão (reversão) para perda de valor recuperável de ativos	-	-	-	20.438
Outros	-	-	(117)	2.099
	685.583	659.769	2.198.260	2.235.364
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	56.211	(6.347)	33.337	(103.579)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	382.255	912.042	310.665	729.372
Tributos a compensar	8.449	3.567	(15.659)	17.061
Depósitos judiciais	(140)	200	852	(466)
Ativo financeiro da concessão (transmissoras)	-	-	(10.869)	(56.665)
Outros ativos operacionais	2.719	(14.962)	102.420	(39.714)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(10.304)	(12.437)	(180.479)	75.882
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(1.068)	(603)	(1.068)	(603)
Outros tributos e contribuições sociais	(18.149)	(16.857)	(39.185)	(225.763)
Taxas regulamentares	2.981	(59)	3.161	(98)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(154)	(278)	(1.713)	(1.171)
Adiantamentos de clientes	(2)	(6)	81.687	162.073
Outros passivos operacionais	(239)	641	(7.107)	(11.915)
Caixa líquido gerado pelas operações	1.108.142	1.524.670	2.474.303	2.779.778
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58.193)	(79.724)	(212.352)	(9.496)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(220.614)	(346.494)	(765.694)	(891.170)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	829.335	1.098.452	1.496.256	1.879.112
Atividades de investimento				
Aumento de participação societária	(10)	-	-	-
Redução (Aumento) de capital em controladas em conjunto e por não controladores	-	319.668	(1.096)	91.599
Aquisições de imobilizado	(4.488)	(5.620)	(223.727)	(624.525)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-	-	195.289	(95.806)
Adições de intangível	(1.340)	(527)	(11.575)	(4.694)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(50.000)	-	-
Operações de mútuo com coligadas	(293.440)	(100.435)	100.958	(100.233)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(299.278)	163.086	59.849	(733.659)
Atividades de financiamento				
Aumento (Redução) de capital por acionistas não controladores	-	-	7.994	(122.790)
Captação de empréstimos e debêntures	1.782.781	-	2.267.209	1.153.465
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(2.404.757)	(862.290)	(3.957.627)	(1.824.749)
Liquidação de operações com derivativos	36.777	26.339	36.777	26.339
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(298.511)	(779.533)	(341.573)	(887.378)
Operações de mútuo com controladas e coligadas	-	-	-	(662)
Pagamento de aquisição de negócios	-	-	-	(2.514)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(883.710)	(1.615.484)	(1.987.220)	(1.658.289)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(353.653)	(353.946)	(431.115)	(512.836)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	435.567	789.512	1.430.946	1.943.782
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	81.913	435.567	999.832	1.430.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
1 - Receita	805.475	837.054	3.511.865	4.052.610
1.1 Receita de venda de energia e serviços	799.967	831.036	3.259.127	3.275.823
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	5.829	6.147	251.442	729.722
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	1.635	47.199
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(320)	(129)	(339)	(132)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(55.905)	(115.710)	(1.018.766)	(1.554.097)
2.1 Custo com energia elétrica	(36.116)	(91.250)	(441.516)	(511.892)
2.2 Material	(3.488)	(5.673)	(112.902)	(528.648)
2.3 Serviços de terceiros	(13.599)	(16.364)	(354.672)	(425.106)
2.4 Outros	(2.702)	(2.425)	(109.676)	(88.452)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	749.570	721.344	2.493.099	2.498.513
4 - Retenções	(74.527)	(74.857)	(745.322)	(739.586)
4.1 Depreciação e amortização	(64.561)	(64.891)	(577.707)	(574.296)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(9.966)	(9.966)	(167.615)	(165.291)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	675.043	646.487	1.747.777	1.758.927
6 - Valor adicionado recebido em transferência	550.462	482.739	527.096	568.736
6.1 Receitas financeiras	66.499	70.176	192.898	256.343
6.2 Equivalência patrimonial	483.962	412.562	334.198	312.390
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.225.505	1.129.226	2.274.873	2.327.660
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	25.731	29.126	117.516	118.877
8.1.1 Remuneração direta	14.902	17.994	84.070	85.846
8.1.2 Benefícios	9.688	9.654	26.205	25.651
8.1.3 F.G.T.S	1.142	1.478	7.241	7.380
8.2 Impostos, taxas e contribuições	166.168	115.670	324.141	412.366
8.2.1 Federais	165.715	115.225	321.993	411.920
8.2.2 Estaduais	35	40	1.699	42
8.2.3 Municipais	418	404	448	404
8.3 Remuneração de capital de terceiros	267.154	390.403	969.563	1.150.723
8.3.1 Juros	266.691	389.833	939.996	1.122.039
8.3.2 Aluguéis	463	570	29.567	28.684
8.4 Remuneração de capital próprio	766.451	594.026	863.652	645.694
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	102.436	115.896	102.436	115.896
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	71.099	196.500	95.907	198.599
8.4.3 Lucros retidos	592.915	281.630	665.308	331.200
	1.225.505	1.129.226	2.274.873	2.327.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária de serviço público e com participação no capital social de outras Companhias. A Companhia detém a concessão para exploração da usina hidrelétrica Cariobinha e a usina termelétrica de Carioba, com potência total instalada de 1,3 MW e 36 MW, respectivamente. Estes empreendimentos, encontram-se desativados enquanto aguardam posicionamento do Ministério de Minas e Energia sobre o encerramento antecipado de sua concessão. A partir de 30 de setembro de 2015, passou a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 – Km 2,5, CEP 13088-900 – Parque São Quirino em Campinas, Estado de São Paulo.

A concessão da CPFL Geração se encerra em 2042, prazo final das concessões de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Possui ainda parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

A Companhia possui participações nas seguintes sociedades (informações sobre capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes):

Empresas consolidadas - Controladas

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN que é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)

A Companhia detém e controla com participação de 51,56%, a CPFL Renováveis que é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2018, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 110 projetos de 2.480,1 MW de capacidade instalada (2.132,7 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 44 PCH's (514,9 MW) com 40 PCH's em operação (453,1 MW) e 4 PCH's em desenvolvimento (61,8 MW);
- Geração de energia eólica: 57 projetos (1.594,1 MW) com 45 projetos em operação (1.308,5 MW) e 12 projetos em construção/desenvolvimento (285,6 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370 MW);

- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW)

CPFL Transmissão Piracicaba S.A. (“CPFL Transmissão Piracicaba”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012, pela CPFL Geração, para operar na concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, para a construção e operação de uma subestação de 440 KV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão.

CPFL Transmissão Morro Agudo S.A. (“CPFL Transmissão Morro Agudo”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500/138 KV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de julho de 2017.

CPFL Transmissão Maracanaú S.A. (“CPFL Transmissão Maracanaú”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em julho de 2018 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 KV, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2 km de extensão.

Empreendimentos controlados em conjunto

BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)

Controlado em conjunto com participação de 48,72%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração do aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a terceira e última turbina em maio do mesmo ano. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015, a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”)

Controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense é uma sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a quarta e última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Capital Circulante Líquido Negativo

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e no consolidado o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 611.849 e R\$ 730.059, respectivamente.

A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpfl.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 08 de março de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); e
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração e transmissão de energia elétrica por fontes convencionais (“Geração”); (ii) atividades de geração de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”); e (iii) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais, itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis, para detalhes vide nota 27.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral. Apesar de deter mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos, uma vez que a análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros, detida nas controladas CERAN e CPFL Renováveis.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2018 descritas na nota explicativa 3.15.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação de determinadas novas normas contábeis, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas, sendo os efeitos cumulativos das aplicações iniciais reconhecidos em 1º de janeiro de 2018 diretamente em Lucros Acumulados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Contratos de concessão

Transmissoras:

As transmissoras do Grupo são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão (duas obrigações de desempenho distintas) com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos representam a contrapartida para a construção e operação para a infraestrutura de

transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Com a entrada em vigor em 01 de janeiro de 2018 do IFRS 15 / CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

3.3 Instrumentos financeiros

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento).

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Os ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Esses ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Os ativos são mensurados ao valor justo e as variações no valor justo (exceto as perdas por <i>impairment</i> , juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida) são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- o eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- o termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- o os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2,57% a 13,63%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração e transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.5 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *software* e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do

resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (ii) Uso do Bem Público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

– Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 requer o modelo de perda de crédito esperada, em lugar do modelo de perda de crédito “incorrida” mencionada no IAS 39 / CPC 38.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os

títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- o dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- o quebra de cláusulas contratuais;
- o reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- o a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o *ágio* (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: *ágio*, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo *ágio*, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos por competência em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (revisado 2011) – Benefícios a Empregados, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme

ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço anual ou semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.10 Reconhecimento de receita

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente

A receita de suprimento da CPFL Geração e suas controladas proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura das transmissoras é registrada de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, tendo como contrapartida um ativo contratual, que representa o direito de recebimento à receita em função da prestação de serviços de transmissão ao longo do período de concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL).

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos pelo regime de competência sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

Em 2018 as receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais do total de receitas da Companhia são como seguem: Furnas R\$ 544.342 (68%) e CPFL Paulista R\$ 137.236 (17%).

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A Companhia e suas controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.13 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada a parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.14 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Geração na controlada, se aplicável. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11.1.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.15 Novas normas e interpretações vigentes

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018:

a) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros

Aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, a norma IFRS 9 / CPC 48, estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros passam a ser classificados em três categorias, baseados no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos estabelecidos pelo IAS 39 / CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 / CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, no lugar do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39 / CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Isso significa dizer que não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

Com relação às modificações relacionadas à contabilização de *hedge*, o IFRS 9 / CPC 48 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de *hedge* previstos no IAS 39, mas traz maior flexibilidade no que tange aos tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*. Houve a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do *hedge* não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Adicionalmente, como a Companhia não aplica a contabilização de *hedge*, a Administração concluiu que não houve impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas em função das alterações da norma sobre este tópico.

Com as mudanças do risco de crédito, os passivos financeiros que estavam designados a valor justo contra o resultado até o exercício de 2017, geraram impactos nos registros referentes às mudanças no risco de crédito em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício. Os efeitos da adoção inicial foram reconhecidos de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2018, totalizando uma perda de R\$ 11.404 (R\$ 7.526 líquido dos efeitos tributários) em lucros acumulados, cuja contrapartida foi a conta de outros resultados abrangentes.

b) IFRS 15 / CPC 47 - Receita de contratos com clientes

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo simples para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituiu o antigo guia de reconhecimento da receita presente no IAS 18 / CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11 / CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

De acordo com os requerimentos do pronunciamento, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelece um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

Adicionalmente, as controladas de transmissão possuíam ativos anteriormente classificados como financeiros, “empréstimos e recebíveis”, de acordo com os requerimentos do IAS 39 / CPC 38, compostos por dois componentes: o direito de recebimento de “Receita Anual Permitida – RAP” a ser recebida ao longo da concessão e a indenização ao término da concessão. Estes dois componentes passaram a ser classificados como ativo contratual, de acordo com os requerimentos do IFRS 15 / CPC 47. Esta mudança não apresentou impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia (vide nota 3.2).

c) IFRIC 22 / ICPC 21 – Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 8 de dezembro de 2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

As transações em moeda estrangeira da Companhia restringem-se, atualmente, aos instrumentos de dívida com instituições financeiras internacionais, mensuradas a valor justo. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo desta interpretação, a Administração da Companhia avalia que o IFRIC 22 não causou nem causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

3.16 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

a) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial efeito da aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 e espera um impacto imaterial nas demonstrações financeiras consolidadas.

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o pronunciamento, e espera que sua adoção não causará impactos materiais nestas demonstrações financeiras.

b) IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal

ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

A IFRS 23 / ICPC 22 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação preliminarmente e não espera impactos materiais na adoção desta interpretação.

c) Melhorias Anuais às IFRS / Ciclo 2015 - 2017

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 12 de dezembro de 2017 foram publicadas medidas referentes ao ciclo 2015-2017, com início a partir de 1º de janeiro de 2019:

IFRS 3 Combinações de Negócios e IFRS 11 Negócios em Conjunto - esclarece que quando uma entidade obtém o controle de um negócio que é uma operação em conjunto, ela remensura interesses anteriormente mantidos naquele negócio. Sobre a IFRS 11, esclarece que quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, a entidade não repassa as participações anteriormente detidas naquele negócio.

IAS 12 Imposto de Renda - esclarece os requisitos sobre as exigências dos efeitos do reconhecimento do imposto de renda de dividendos referentes as transações ou eventos que geraram lucros a distribuir.

IAS 23 Custos de Empréstimos - esclarece que se qualquer empréstimo permanecer em aberto após o ativo relacionado estar disponível para uso ou venda, esse empréstimo torna-se parte dos recursos que uma entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldos bancários	314	45	60.225	71.671
Aplicações financeiras	81.599	435.522	939.606	1.359.275
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	647	-	647
Certificado de depósito bancário (b)	81.599	-	128.122	39.270
Operações compromissadas em debêntures (b)	-	-	6.119	2.257
Fundos de investimento (c)	-	434.875	805.366	1.317.101
Total	81.913	435.567	999.832	1.430.946

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificado de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB’s e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média, a 100,3% do CDI.
- c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente na média de 79% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Operações realizadas na CCEE	778	417	66.183	79.259
Concessionárias e permissionárias (a)	97.760	154.705	299.728	479.063
Outros	312	572	182	567
	98.850	155.694	366.093	558.889
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(422)	(396)	(451)	(406)
Total	98.427	155.298	365.642	558.484
Não circulante				
Operações realizadas na CCEE (b)	28.430	28.090	187.256	28.090
Total	28.430	28.090	187.256	28.090

a) Concessionárias e Permissionárias

No ativo circulante o saldo consolidado está composto:

- R\$ 79.816 (R\$ 63.522 em 31 de dezembro de 2017) referente principalmente ao saldo a receber da quota parte da Companhia da energia produzida pela Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, que está sendo integralmente comercializada com FURNAS;
- R\$ 17.944 (R\$ 91.183 em 31 de dezembro de 2017) referente à energia produzida pela BAESA e comercializada pela Companhia por meio de contrato bilateral junto à Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”) e Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”) e CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”);
- R\$ 508 (R\$ 1.192 em 31 de dezembro de 2017) referente à Transmissão de energia elétrica e Uso de rede elétrica;
- R\$ 34.346 (R\$ 32.157 em 31 de dezembro de 2017) decorrente da energia produzida pela CERAN que é comercializada essencialmente com a CPFL Paulista, a CPFL Piratininga e a CPFL Brasil; e
- R\$ 167.114 (R\$ 291.009 em 31 de dezembro de 2017) referente a energia produzida pela controlada CPFL Renováveis que basicamente é comercializada como PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, junto à Eletrobrás e mercado livre.

b) Operações realizadas na CCEE

O saldo do não circulante de R\$ 187.256 refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica, que compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE; e (iii) saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais (liminares) de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 10)	Total
Saldo em 31/12/2016	(282)	(318)	(600)
Provisão revertida (constituída) líquida	(133)	(8)	(141)
Recuperação de receita	9	-	9
Saldo em 31/12/2017	(406)	(326)	(732)
Provisão revertida (constituída) líquida	(45)	-	(45)
Recuperação de receita	(294)	-	(294)
Baixa de contas a receber provisionadas	294	-	294
Saldo em 31/12/2018	(451)	(326)	(777)
Circulante	(451)	(326)	(777)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	3.987	560	4.463
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	9.388	2.265	10.894
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.588	1.508	48.140	27.339
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.588	14.882	50.965	42.695
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.037	10.052	59.651	48.445
ICMS a compensar	-	-	4.861	3.451
Programa de integração social - PIS	709	755	4.502	2.618
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.273	3.483	21.016	12.431
Outros	3	3	202	206
Outros tributos a compensar	17.022	14.293	90.233	67.152
Total Circulante	24.610	29.175	141.198	109.847
Não circulante				
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	1.907	1.660
Imposto de renda a compensar	-	-	1.907	1.660
ICMS a compensar	-	-	2.813	2.808
Outros	-	-	3.530	4.008
Outros tributos a compensar	-	-	6.343	6.816
Total não circulante	-	-	8.250	8.476

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - No consolidado em 31 de dezembro de 2018, inclui-se o montante de R\$ 44.450 (R\$ 28.870 em 31 de dezembro de 2017) da controlada CPFL Renováveis, referente a retenções sobre aplicações financeiras, que conforme expectativa da Administração será compensado com recolhimento de imposto de renda.

PIS/COFINS - No circulante consolidado em 31 de dezembro de 2018, inclui o montante de R\$ 18.048 (R\$ 10.324 em 31 de dezembro de 2017) que representa os créditos apurados pela controlada CPFL Renováveis retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia.

(8) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1 – Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	-	-	23.081	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(56.931)	(54.755)	(316.691)	(332.535)
Subtotal	(56.931)	(54.755)	(293.610)	(332.535)
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	-	3.096	64.114	3.096
Benefício fiscal do intangível incorporado	12.061	13.992	12.061	13.992
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(158.143)	(152.099)	(877.642)	(921.499)
Subtotal	(146.082)	(135.010)	(801.467)	(904.411)
Crédito (Débito) de PIS e COFINS				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	-	(7.824)	(7.881)
Total	(203.013)	(189.765)	(1.102.901)	(1.244.827)
Total crédito fiscal	3.017	-	3.017	696
Total débito fiscal	(206.030)	(189.765)	(1.105.918)	(1.245.523)

8.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 13.

8.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis

	Controladora			
	31/12/2018		31/12/2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.094	3.038	775	2.153
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67	187	65	180
Provisão relacionada a pessoal	197	547	181	502
Derivativos	(10.308)	(28.633)	3	9
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	554	1.538	554	1.538
Instrumentos financeiros (IFRS/CPC)	(1.287)	(3.574)	(5.167)	(14.353)
Depreciação acelerada incentivada	(149)	(415)	(104)	(288)
Outros	166	464	158	438
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(48.806)	(135.572)	(51.961)	(144.336)
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	1.540	4.277	741	2.058
Total	(56.931)	(158.143)	(54.755)	(152.099)

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.094	3.038	-	775	2.153	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67	187	-	65	180	-
Programas de P&D e eficiência energética	3	10	-	3	8	-
Provisão relacionada a pessoal	197	547	-	181	502	-
Derivativos	(10.308)	(28.633)	-	3	9	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (IFRS/CPC)	(2.219)	(4.102)	(7.824)	(2.237)	(4.135)	(7.881)
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	554	1.538	-	554	1.538	-
Instrumentos financeiros (IFRS/CPC)	(1.287)	(3.574)	-	(5.167)	(14.353)	-
Depreciação acelerada incentivada	(149)	(415)	-	(104)	(288)	-
Outros	163	454	-	155	430	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(48.806)	(135.572)	-	(51.961)	(144.336)	-
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	1.540	4.277	-	741	2.058	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios CPFL Renováveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	21.365	59.347	-	21.442	59.699	-
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(24.690)	(68.584)	-	(25.811)	(71.699)	-
Outras diferenças temporárias	(27.016)	(75.053)	-	(24.117)	(66.994)	-
Total	(316.691)	(877.642)	(7.824)	(332.535)	(921.499)	(7.881)

8.4 – Expectativa de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de (i) diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia.

Sua composição é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Expectativa de recuperação		
2019	3.603	3.603
2020	2.091	7.670
2021	1.947	7.527
2022	1.810	7.390
2023	1.688	7.268
2024 a 2026	4.339	34.417
2027 a 2029	10.251	68.771
2030 a 2032	-	37.301
2033 a 2035	-	18.109
2036 a 2038	-	1.581
Total	25.729	193.637

8.5 – Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios de 2018 e 2017:

	<u>Controladora</u>			
	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Lucro antes dos tributos	851.052	851.052	629.291	629.291
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(483.962)	(483.962)	(412.562)	(412.562)
Amortização de intangível adquirido	(579)	-	(579)	-
Realização correção monetária complementar	2	-	2	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(18)	(18)	(11)	(11)
Juros sobre o capital próprio	(120.513)	(120.513)	(115.896)	(115.896)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.252	2.480	1.826	3.493
Base de cálculo	248.234	249.039	102.071	104.315
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(22.341)	(62.260)	(9.186)	(26.079)
Corrente	(18.676)	(47.054)	(14.388)	(39.058)
Diferido	(3.665)	(15.206)	5.202	12.979

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	Consolidado			
	2018		2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	960.127	960.127	812.389	812.389
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(334.198)	(334.198)	(312.390)	(312.390)
Amortização de intangível adquirido	(579)	-	(579)	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(18)	(18)	(11)	(11)
Efeito regime lucro presumido	(203.381)	(288.222)	(301.717)	(377.500)
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	(52.336)	-	(71.340)
Juros sobre o capital próprio	(120.513)	(120.513)	(115.896)	(115.896)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	23.918	16.191	6.999	8.664
Base de cálculo	325.356	181.031	88.795	(56.084)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(29.282)	(45.258)	(7.992)	14.021
Crédito fiscal não reconhecido, líquido	(5.025)	(16.911)	(46.188)	(126.537)
Total	(34.307)	(62.169)	(54.179)	(112.516)
Corrente	(71.715)	(161.007)	(71.341)	(159.652)
Diferido	37.409	98.838	17.162	47.136

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Crédito fiscal não reconhecido, líquido - A parcela de crédito não reconhecido corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R\$ 136.247 refere-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa (receita de R\$ 84.099); (ii) benefício fiscal do ágio incorporado (despesa de R\$ 1.931) e (iii) diferenças temporárias (receita de R\$ 56.741).

8.6 – Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	2018		2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/(ganhos) atuariais	4.179	4.179	(3.845)	(3.845)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(375)	(1.044)	346	961
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	(424)	(1.174)	-	-
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(799)	(2.218)	346	961

(9) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Consolidado
Saldo em 31/12/2016	180.333
Circulante	10.700
Não circulante	169.633
Adições	46.043
Atualização - ativo mensurado ao custo amortizado	27.807
Recebimento RAP	(15.460)
Saldo em 31/12/2017	238.723
Circulante	23.736
Não circulante	214.987
Adoção IFRS 15 / CPC 47 (nota 3)	(238.723)
Saldo em 31/12/2018	-

(10) OUTROS CRÉDITOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos a receber - consórcios	-	-	-	-	-	-	21.494	13.210
Adiantamentos - Fundação CESP	62	90	134	134	62	90	134	134
Adiantamentos - fornecedores	-	-	-	-	2.721	31.634	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	75.034	151.399	508.213	588.902
Ordens em curso	-	13	-	-	5.777	145	6.844	5.062
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	-	-	25.390	26.260
Despesas antecipadas	1.706	1.675	1.559	2.449	13.463	30.027	1.559	12.500
Repactuação GSF	-	-	-	-	11.391	10.084	4.627	13.894
Adiantamentos a funcionários	214	212	-	-	668	652	-	-
Indenizações	21.963	24.082	-	-	28.880	31.690	-	-
Ativo contratual das transmissoras	-	-	-	-	23.535	-	226.117	-
Outros	1.732	539	-	-	9.274	38.577	15.606	13.051
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(326)	(326)	-	-	(326)	(326)	-	-
Total	25.352	26.284	1.693	2.583	170.479	293.972	809.984	673.013

Créditos a receber – Consórcios – No saldo consolidado em 31 de dezembro de 2018, inclui: i) O montante de R\$ 9.842 (R\$ 9.842 em 31 de dezembro de 2017), representado pelo direito que a CPFL Bioenergia S.A. (“CPFL Bioenergia”), empresa controlada pela CPFL Renováveis, tem a receber da Baldin Bioenergia S.A. (“Baldin”), pelos investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível no montante de R\$ 47.454 (R\$ 47.454 em 31 de dezembro de 2017), líquido de provisão para cobrir potenciais perdas no valor de R\$ 37.612 (R\$ 37.612 em 31 de dezembro de 2017), valor esse considerado suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial. Até 31 de dezembro de 2018, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado. ii) O montante de R\$ 2.928 reconhecido em 31 de dezembro de 2016, ajustado a valor presente, referente ao direito a receber diante do *déficit* de geração de energia na controlada Bio Coopcana. Esse montante será recebido através do desconto da parcela mensal de serviços de manutenção durante os anos de 2034 a 2035. iii) e o montante de R\$ 6.848 (R\$ 6.376 em 31 de dezembro de 2017) referente ao adiantamento realizado ao consorciado da controlada Bio Formosa, para financiamento da construção do sistema de recolhimento de palha e ponta de cana de açúcar, com o objetivo de aumentar a quantidade de insumos fornecidos. Esse montante está sendo recebido através do desconto da parcela mensal de serviços de manutenção até o ano 2029.

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Garantias oferecidas para pagamento de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), sendo da controlada CPFL Renováveis os montantes de R\$ 506.019 (R\$ 586.841 em 31 de dezembro de 2017). Estes fundos são remunerados a taxa média equivalente entre 83,41% a 99,05% do CDI.

Contratos de pré-compra de energia – Pagamentos antecipados realizados pelas controladas da CPFL Renováveis, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Repactuação GSF – Prêmio pago antecipadamente pelas controladas Ceran e CPFL Renováveis, referente à transferência do risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Recursos da Bandeira Tarifária (“CCRBT”) e é amortizado de forma linear em contrapartida a outros custos operacionais.

Indenizações – No consolidado o montante de R\$ 28.880, inclui o valor registrado na controladora de R\$ 21.963, referente à indenização pelo acordo de acionistas da Baesa, e o montante de R\$ 6.917, referente a indenizações a receber de seguradora referente à sinistros ocorridos em controladas da CPFL Renováveis.

Ativo contratual das transmissoras: Direito de recebimento de “Receita Anual Permitida – RAP” ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

(11) INVESTIMENTOS

11.1 – Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.461.018	3.383.023	970.302	990.910
Mais valia de ativos, líquidos	10.060	10.640	10.060	10.640
Adiantamento para futuro aumento de capital (*)	-	50.000	-	-
Total	3.471.079	3.443.663	980.362	1.001.550

(*) Em 31 de dezembro de 2017, o montante de adiantamento para futuro aumento de capital era composto pelo adiantamento para a CPFL Transmissão Morro Agudo.

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2018			31/12/2018		31/12/2017	
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2018	2017
Baesa	99.618.754	25,01	398.381	700.590	3.164	175.189	187.654	791	11.849
Enercan	97.831.000	48,72	200.787	359.422	208.100	175.122	176.998	101.392	85.808
Chapecoense	364.399.765	51,00	714.509	742.271	249.510	378.558	385.870	127.250	120.651
Epasa	150.941.659	53,34	221.413	452.601	197.481	241.433	240.388	105.343	94.663
Mais valia de ativos, líquidos						-	-	(579)	(579)
Soma (Consolidado)						970.302	990.910	334.198	312.390
CPFL Renováveis	259.748.799	51,56	3.398.048	4.147.795	109.267	2.138.478	2.080.900	56.336	5.926
Ceran	78.000.000	65,00	120.000	218.423	99.230	141.975	159.773	64.500	70.477
CPFL Transmissão Piracicaba	82.585.354	100,00	82.585	96.910	13.705	96.910	92.650	13.705	13.866
CPFL Transmissão Morro Agudo	50.010.000	100,00	100.010	113.343	15.224	113.343	58.791	15.224	9.903
CPFL Transmissão Maracanaú	10.000	100,00	10.000	10	-	10	-	-	-
Total (Controladora)						3.461.018	3.383.023	483.962	412.562

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Companhia, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 579 (R\$ 579 em 31 de dezembro 2017), é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09(R2).

A movimentação dos saldos de investimento em controladas e empreendimentos controlados em conjunto nos exercícios de 2018 e 2017 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2017			Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)*	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	240.388	-	240.388	-	105.343	(104.299)	241.433	-	241.433
BAESA	187.654	-	187.654	-	791	(13.257)	175.189	-	175.189
ENERCAN	176.998	-	176.998	-	101.392	(103.269)	175.122	-	175.122
Chapecoense	385.870	-	385.870	-	127.250	(134.561)	378.558	-	378.558
CERAN	159.773	(159.773)	-	-	64.500	(82.298)	141.975	(141.975)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	92.650	(92.650)	-	-	13.705	(9.446)	96.910	(96.910)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	58.791	(58.791)	-	50.000	15.224	(10.671)	113.343	(113.343)	-
CPFL Transmissão Maracanaú	-	-	-	10	-	-	10	(10)	-
CPFL Renováveis	2.080.900	(2.080.900)	-	1.243	56.336	-	2.138.478	(2.138.478)	-
	3.383.023	(2.392.114)	990.910	51.253	484.542	(457.801)	3.461.018	(2.490.716)	970.302

* Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R\$ 579 no período.

Investimento	Saldo em 31/12/2016			Movimentação em 2017			Saldo em 31/12/2017		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)*	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	206.749	-	206.749	-	94.663	(61.024)	240.388	-	240.388
BAESA	175.914	-	175.914	-	11.848	(108)	187.654	-	187.654
ENERCAN (a)	562.701	-	562.701	(91.599)	85.807	(379.912)	176.998	-	176.998
Chapecoense	537.170	-	537.170	-	120.651	(271.951)	385.870	-	385.870
CERAN (b)	489.765	(489.765)	-	(228.069)	70.477	(172.400)	159.773	(159.773)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	95.173	(95.173)	-	-	13.866	(16.389)	92.650	(92.650)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	7.340	(7.340)	-	43.900	9.903	(2.352)	58.791	(58.791)	-
CPFL Renováveis	2.076.844	(2.076.844)	-	-	5.926	(1.870)	2.080.900	(2.080.900)	-
	4.151.654	(2.669.122)	1.482.533	(275.768)	413.142	(906.006)	3.383.023	(2.392.114)	990.910

* Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R\$ 579 no período.

11.2 – Dividendos a Receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CPFL Sul Centrais Elétricas	-	4.000	-	-
BAESA	3	108	3	108
ENERCAN	65.010	21.184	65.010	21.184
CERAN	48.567	17.619	-	-
Chapecoense	33.733	32.734	33.733	32.734
CPFL Transmissão Piracicaba	21.255	16.389	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	3.616	2.735	-	-
CPFL Renováveis	-	1.870	-	-
	172.184	96.640	98.747	54.026

11.3 – Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento para futuro aumento de capital		
CPFL Renováveis	300.000	300.000
Total	300.000	300.000

11.4 – Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

11.4.1 – Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CPFL		Total
	CERAN	Renováveis	
Saldo em 31/12/2016	263.719	2.060.963	2.324.682
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	37.949	13.720	51.669
Dividendos	(92.832)	(16.620)	(109.452)
Outras movimentações	(122.806)	16	(122.790)
Saldo em 31/12/2017	86.031	2.058.078	2.144.109
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	34.731	62.469	97.200
Dividendos	(44.314)	(8.671)	(52.985)
Outras movimentações	-	817	817
Saldo em 31/12/2018	76.448	2.112.693	2.189.141
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,44%	

11.4.2 – Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, são como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	CERAN	CPFL Renováveis	CERAN	CPFL Renováveis
Ativo circulante	80.367	1.330.819	110.566	1.623.645
Caixa e equivalentes de caixa	32.729	876.571	37.043	950.215
Ativo não circulante	799.390	10.845.036	848.445	11.232.357
Passivo circulante	246.482	1.396.120	198.624	1.957.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.555	819.993	105.844	1.259.105
Outros passivo financeiros	13.406	7.670	12.360	7.258
Passivo não circulante	414.852	6.528.563	514.583	6.760.025
Empréstimos, financiamentos e debêntures	316.581	4.738.841	422.166	5.251.704
Outros passivo financeiros	89.965	-	83.766	-
Patrimônio líquido	218.423	4.251.172	245.804	4.138.977
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	218.423	4.147.795	245.804	4.032.448
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	103.377	-	106.529
	2018	CPFL Renováveis	2017	CPFL Renováveis
Receita operacional líquida	333.289	1.936.319	321.743	1.959.084
Custo e despesa operacional	(95.321)	(727.557)	(103.671)	(737.472)
Depreciação e amortização	(41.378)	(623.106)	(45.212)	(617.017)
Receita de juros	6.191	93.076	30.489	126.041
Despesa de juros	(53.630)	(517.403)	(40.202)	(648.571)
Despesa de imposto sobre a renda	(48.239)	37.276	(54.099)	(74.125)
Lucro (prejuízo) líquido	99.230	118.805	108.427	19.645
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	99.230	109.264	108.427	11.484
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	9.542	-	8.162

11.4.3 – Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2018, e 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	31/12/2018				31/12/2017			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	208.326	68.956	345.737	327.084	182.843	124.361	329.721	319.222
Caixa e equivalentes de caixa	66.519	17.425	184.002	18.269	48.695	17.873	116.425	74.741
Ativo não circulante	1.033.320	966.664	2.604.162	502.618	1.101.291	1.030.904	2.745.989	531.527
Passivo circulante	385.271	50.639	424.635	152.168	291.010	121.369	426.695	157.343
Empréstimos, financiamentos e debêntures	137.225	-	138.706	34.473	140.090	63.154	138.788	34.299
Outros passivo financeiros	5.869	34.832	74.156	1.346	4.085	17.113	67.897	993
Passivo não circulante	496.953	284.391	1.782.993	224.933	629.850	283.456	1.892.407	242.765
Empréstimos, financiamentos e debêntures	383.358	-	1.045.402	151.964	510.874	-	1.172.181	186.373
Outros passivo financeiros	26.936	272.079	734.630	-	25.115	265.250	716.986	-
Patrimônio líquido	359.422	700.590	742.271	452.601	363.273	750.440	756.608	450.641
	2018				2017			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	591.875	321.142	863.861	840.005	580.430	412.329	829.525	789.402
Custo e despesa operacional	(188.756)	(214.448)	(191.749)	(562.097)	(273.339)	(265.955)	(186.638)	(518.352)
Depreciação e amortização	(50.051)	(50.609)	(117.858)	(34.525)	(52.773)	(50.621)	(126.811)	(35.640)
Receita de juros	4.793	4.176	15.729	4.258	32.849	4.906	24.639	6.102
Despesa de juros	(46.042)	(53.946)	(205.138)	(17.491)	(31.135)	(27.986)	(183.237)	(26.197)
Despesa de imposto sobre a renda	(101.484)	(1.229)	(124.284)	(38.740)	(88.229)	(25.442)	(123.307)	(39.892)
Lucro (prejuízo) líquido	208.100	3.164	249.510	197.481	176.113	47.385	236.570	177.458
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN, BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

11.4.4 – Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

(12) IMOBILIZADO

	Controladora							Total
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2016	11.268	264.327	205.971	654.873	583	563	9.304	1.146.889
Custo histórico	11.268	462.781	386.048	1.438.310	1.480	2.723	9.304	2.311.914
Depreciação acumulada	-	(198.454)	(180.077)	(783.437)	(897)	(2.160)	-	(1.165.025)
Adições	-	-	-	-	-	-	5.620	5.620
Baixas	-	-	-	(575)	(95)	-	-	(670)
Transferências	-	-	-	1.819	232	4	(2.054)	-
Depreciação	-	(12.327)	(10.021)	(40.974)	(143)	(113)	-	(63.577)
Baixa da depreciação	-	-	-	324	19	-	-	344
Saldo em 31/12/2017	11.268	252.000	195.950	615.467	595	455	12.869	1.088.604
Custo histórico	11.268	462.781	386.048	1.439.554	1.616	2.727	12.869	2.316.863
Depreciação acumulada	-	(210.781)	(190.098)	(824.087)	(1.021)	(2.273)	-	(1.228.259)
Adições	-	-	-	-	-	-	4.488	4.488
Baixas	-	-	-	-	(39)	-	-	(39)
Transferências	-	-	-	4.273	236	-	(4.509)	-
Depreciação	-	(11.821)	(10.083)	(41.393)	(178)	(95)	-	(63.571)
Baixa da depreciação	-	-	-	-	28	-	-	28
Saldo em 31/12/2018	11.268	240.179	185.867	578.347	643	359	12.849	1.029.511
Custo histórico	11.268	462.781	386.048	1.443.827	1.813	2.728	12.849	2.321.313
Depreciação acumulada	-	(222.602)	(200.181)	(865.480)	(1.170)	(2.368)	-	(1.291.801)
Taxa média de depreciação 2017	0,00%	2,68%	2,60%	3,09%	12,90%	8,82%		
Taxa média de depreciação 2018	0,00%	2,57%	2,62%	3,11%	13,63%	7,49%		

	Consolidado							Total
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2016	172.175	1.390.885	1.142.672	6.557.605	1.522	3.355	224.138	9.492.351
Custo histórico	202.360	2.056.081	1.635.216	8.946.942	3.324	9.425	224.138	13.077.487
Depreciação acumulada	(30.185)	(665.197)	(492.544)	(2.389.337)	(1.801)	(6.071)	-	(3.585.135)
Adições	-	-	-	-	-	-	695.559	695.559
Baixas	(22)	(132)	(140)	(15.456)	(924)	(591)	(8.332)	(25.597)
Transferências	2.950	399	148.812	547.668	527	277	(700.634)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(1.893)	6.393	(153.515)	146.946	20	44	490	(1.515)
Depreciação	(8.004)	(79.177)	(58.465)	(420.924)	(396)	(572)	-	(567.538)
Baixa da depreciação	2	124	120	9.421	680	377	-	10.724
Transferências de/para outros ativos - depreciação	(683)	(2.413)	656	2.467	(18)	62	-	71
Redução do valor recuperável	-	-	(474)	(14.787)	-	-	-	(15.261)
Saldo em 31/12/2017	164.524	1.316.078	1.079.667	6.812.941	1.412	2.950	211.221	9.588.793
Custo histórico	203.395	2.062.741	1.630.372	9.626.101	2.947	9.155	211.221	13.745.931
Depreciação acumulada	(38.870)	(746.663)	(550.706)	(2.813.160)	(1.535)	(6.204)	-	(4.157.138)
Adições	-	-	-	-	-	-	243.910	243.910
Baixas	(7)	-	(7.909)	(13.062)	(381)	(18)	(2.107)	(23.483)
Transferências	20.181	151.754	39.161	85.353	470	646	(297.564)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(2.755)	-	(100.720)	102.914	-	6	(2.044)	(2.599)
Depreciação	(8.082)	(79.136)	(59.969)	(423.429)	(368)	(146)	-	(571.130)
Baixa da depreciação	2	-	15	5.554	226	31	-	5.828
Transferências de/para outros ativos - depreciação	(994)	-	20.714	(18.845)	-	-	-	875
Saldo em 31/12/2018	172.869	1.388.696	970.958	6.551.426	1.359	3.469	153.416	9.242.194
Custo histórico	220.813	2.214.495	1.560.904	9.801.306	3.036	9.789	153.416	13.963.759
Depreciação acumulada	(47.944)	(825.799)	(589.946)	(3.249.880)	(1.677)	(6.319)	-	(4.721.565)
Taxa média de depreciação 2017	3,86%	3,93%	3,65%	4,46%	17,98%	8,12%		
Taxa média de depreciação 2018	3,86%	3,66%	3,92%	4,39%	16,56%	6,57%		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da controlada CPFL Renováveis, com imobilizado em curso de R\$ 139.615 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 197.305 em 31 de dezembro de 2017).

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2018 foram capitalizados R\$ 10.591 a uma taxa de 8,74% a.a. (R\$ 29.817 a uma taxa de 8,80% a.a. em 31 de dezembro de 2017), vide nota 26.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização” (nota 25).

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 15, é de R\$ 3.654.120 (R\$ 3.841.016 em 31 de dezembro de 2017), estando relacionado à controlada CPFL Renováveis.

12.1 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Em 2017, devido a mudanças no cenário político, econômico e energético brasileiro, a controlada CPFL Renováveis registrou uma perda no montante de R\$ 15.261 referente aos ativos imobilizados dos empreendimentos Bio Baía Formosa e Solar Tanquinho. Esta perda foi registrada na demonstração do resultado na rubrica “Outras despesas operacionais” (nota 25). Para o exercício de 2018, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

As referidas provisões para perda ao valor recuperável tiveram como base a avaliação destas unidades geradoras de caixa formada pelo ativo imobilizado destas controladas, as quais, isoladamente, não caracterizam um segmento operacional (nota 27). Adicionalmente, durante 2018 e 2017 a Companhia não mudou a forma de agregação dos ativos para identificação destas unidades geradoras de caixa.

Para a mensuração ao valor justo foi utilizada a abordagem de custo, técnica de avaliação que reflete o valor que seria exigido atualmente para substituir a capacidade de serviço de um ativo (normalmente referido como o custo de substituição ou reposição). O reconhecimento da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos, quando aplicável, se dá em função do cenário desfavorável para os negócios destas controladas e é calculado com base em seus valores justos líquidos das despesas de venda.

(13) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Direito de concessão		
	Adquirido em combinações de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	112.953	4.581	117.534
Custo histórico	426.450	16.093	442.543
Amortização acumulada	(313.497)	(11.513)	(325.010)
Adições	-	527	527
Amortização	(9.967)	(1.313)	(11.280)
Saldo em 31/12/2017	102.986	3.794	106.780
Custo histórico	426.450	16.387	442.837
Amortização acumulada	(323.463)	(12.593)	(336.056)
Adições	-	1.340	1.340
Amortização	(9.966)	(991)	(10.957)
Saldo em 31/12/2018	93.020	4.143	97.163
Custo histórico	426.450	17.727	444.177
Amortização acumulada	(333.430)	(13.583)	(347.013)

Consolidado

	Direito de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio	Uso do bem público		
Saldo em 31/12/2016	3.107.981	27.324	36.495	3.171.800
Custo histórico	4.143.543	35.840	93.673	4.273.056
Amortização acumulada	(1.035.563)	(8.516)	(57.177)	(1.101.256)
Adições			4.694	4.694
Amortização	(165.291)	(1.419)	(5.339)	(172.049)
Transferência - intangíveis			1.348	1.348
Baixa e transferência - outros ativos	(16.245)		384	(15.861)
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	(5.129)		(47)	(5.176)
Saldo em 31/12/2017	2.921.317	25.904	37.534	2.984.755
Custo histórico	4.123.379	35.840	94.831	4.254.050
Amortização acumulada	(1.202.062)	(9.936)	(57.297)	(1.269.295)
Adições	-	-	11.575	11.575
Amortização	(167.615)	(1.419)	(5.207)	(174.241)
Transferência - intangíveis	-	-	1.616	1.616
Perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-	-
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(565)	(564)
Combinação de negócios	-	-	50	50
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	-	-	47	47
Outros	(58.057)	-	-	(58.057)
Saldo em 31/12/2018	2.695.645	24.485	45.051	2.765.181
Custo histórico	4.067.744	35.840	107.370	4.183.234
Amortização acumulada	(1.372.099)	(11.355)	(62.318)	(1.418.052)

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No consolidado, no ano de 2018 foram capitalizados R\$ 10.591 a uma taxa de 7,99% a.a. (R\$ 29.817 a uma taxa de 8,17% em 2017).

No consolidado, os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, nas seguintes linhas: (i) “depreciação e amortização” para a amortização do Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios (nota 25).

13.1 – Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Em 2017 a controlada CPFL Renováveis registrou uma perda no montante de R\$ 5.176, referente aos ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios dos empreendimentos Pedra Cheirosa I e Bio Formosa. Para o exercício de 2018, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

As referidas provisões para perda ao valor recuperável tiveram como base a avaliação destas unidades geradoras de caixa formada pelo ativo intangível destas controladas, as quais, isoladamente, não caracterizam um segmento

operacional (nota 27). Adicionalmente, durante 2018 e 2017 a Companhia não mudou a forma de agregação dos ativos para identificação destas unidades geradoras de caixa.

Para a mensuração ao valor justo foi utilizada a abordagem de custo, técnica de avaliação que reflete o valor que seria exigido atualmente para substituir a capacidade de serviço de um ativo (normalmente referido como o custo de substituição ou reposição). O reconhecimento da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos se deu em função do cenário desfavorável para os negócios destas controladas e foi calculado com base em seus valores justos líquidos das despesas de venda.

(14) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	3.960	12.956	50.533	82.849
Encargos de uso da rede elétrica	109	85	3.328	2.962
Materiais e serviços	2.811	4.143	35.679	143.367
Total	6.880	17.184	89.540	229.178
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	-	-	113.853	-
Total	-	-	113.853	-

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						
	Saldo inicial 31/12/2017	Captação	Amortizaçã o principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo Final 31/12/2018
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	460.255	166.404	(71.631)	37.641	-	(37.751)	554.915
Pós Fixado							
TJLP	3.039.454	125.515	(294.766)	258.090	-	(234.405)	2.893.887
CDI	1.312.096	16.000	(970.703)	63.124	-	(92.855)	327.661
IGP-M	57.291	-	(10.511)	9.788	-	(4.679)	51.889
IPCA	-	32.418	-	678	-	(312)	32.784
Total ao custo	4.869.096	340.337	(1.347.611)	369.321	-	(370.002)	3.861.136
Gastos com captação (*)	(19.385)	(6.820)	-	3.832	-	-	(22.373)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	814.777	194.995	(321.888)	38.895	161.423	(36.941)	851.261
Marcação a mercado	(10.310)	-	-	838	-	-	(9.472)
Total ao valor justo	804.467	194.995	(321.888)	39.733	161.423	(36.941)	841.789
Total	5.654.178	528.512	(1.669.499)	412.886	161.423	(406.943)	4.680.552
Circulante	880.135						1.104.284
Não Circulante	4.774.043						3.576.268

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas. Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantias
		31/12/2018	31/12/2017		
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 5,5%	61.909	167.106	2011 a 2023	(i) Aval da CPFL Energia (ii) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação; (iv) Fiança Corporativa da Bioenergia, CPFL-R, CPFL Energia e State Grid.
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 3%	70.455	16.663	2015 a 2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Fiança Corporativa da CPFL-R; (iii) Aval da CPFL Energia;
FINEP	Pré fixado de 3,5% a 8%	3.360	4.995	2014 a 2021	Fiança Bancária.
Empréstimos bancários	Pré fixado de 9,5% a 10% e bônus de adimplência de 15% e 25%			2009 a 2037	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de Contratos de Operação; (iii) Fiança bancária e Corporativa da SIF Energies do Brasil e da BVP S.A.
		<u>419.191</u>	<u>271.492</u>		
		554.915	460.255		
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 3,4%	2.893.887	3.029.938	2009 a 2033	(i) Fiança bancária; (ii) Aval da CPFL Energia; (iii) Penhor de recebíveis, de equipamentos e de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (iv) Penhor de ações das SPEs, T-16, PCH Holding, Eólica Holding, DESA Eólicas SA; (v) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (vi) Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis; (vii) Fiança Corporativa da Bioenergia, Eólica Holding S.A, CPFL-R, CPFL Energia e State Grid; (viii) Hipoteca de propriedade rural;
FINEP	TJLP e TJLP -1%	-	9.516	2017 a 2024	Fiança Bancária.
		<u>2.893.887</u>	<u>3.039.454</u>		
CDI					
Empréstimos bancários	(i) De 100,00% a 109,50% do CDI (a)	149.773	703.473	2018 e 2019	(i) Aval da CPFL Renováveis e CPFL Energia (ii) Nota promissória da CPFL-R (iii) Fiança da CPFL Energia
Notas Promissórias	(ii) CDI + 1,45% a 1,90%	-	63.582	2018	Aval da CPFL Renováveis e CPFL Energia
Empréstimos bancários	(i) 104% do CDI (ii) CDI + 1,39%	177.888	443.035	2013 a 2024	Não existem garantias
Notas Promissórias	(i) 105% do CDI (ii) CDI + 0,5% a 3,40%	-	102.006	2017 a 2019	Não existem garantias
		<u>327.661</u>	<u>1.312.096</u>		
IGPM					
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%	51.889	57.291	2011 a 2024	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação.
Outros					
Empréstimos bancários		32.785	-		
TOTAL moeda nacional		<u>3.861.137</u>	<u>4.869.096</u>		
Gastos com captação (*)		(22.373)	(19.385)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 1,2% a 2,3%	310.382	529.891	2018 a 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 3,1259% a 3,3703%	540.880	284.886	2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
		<u>851.262</u>	<u>814.777</u>		
Marcação a mercado		(9.472)	(10.309)		
TOTAL moeda estrangeira		<u>841.790</u>	<u>804.467</u>		
Total		<u>4.680.552</u>	<u>5.654.178</u>		

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial em variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPC 48 e IFRS 9, classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 841.790 (R\$ 804.467 em 31 de dezembro de 2017).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2018, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 9.472 (R\$ 10.309 em 31 de dezembro 2017), que compensados pelas perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 12.120 (R\$ 10.478 em 31 de dezembro de 2017), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram uma perda líquida de R\$ 2.648 (perda líquida de R\$ 169 em 31 de dezembro de 2017).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2020	2.592
2021	564.126
2022	501.972
2023	378.662
2024	362.235
2025 a 2029	1.226.533
2030 a 2034	435.200
2035 a 2039	105.994
2040 a 2044	5.617
Subtotal	3.582.931
Marcação a mercado	(6.663)
Total	3.576.268

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Varição</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>acumulada % a.a</u>		<u>% da dívida</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IGPM	7,54	(0,52)	1,11	1,01
TJLP	6,72	7,00	61,83	53,76
CDI	6,40	6,89	25,19	37,62
Outros			11,88	7,61
			100,00	100,00

Principais adições no exercício:

Modalidade	R\$ mil			Pagamento de juros	Destinação dos recursos
	Total aprovado	Liberado em 2018	Liberado líquido dos gastos de captação		
Moeda nacional:					
Pré fixado					
Empréstimos bancários	170.152	166.404	164.601	Mensal	Plano de investimento
Pós fixado					
CDI					
Empréstimos bancários (a)	16.000	16.000	16.000	Único	Capital de Giro
TJLP e TLP					
FINEM	316.545	125.515	124.185	Mensal	Plano de investimento
Outros					
Empréstimos bancários	39.054	32.418	32.007	Mensal	Plano de investimento
Moeda Estrangeira:					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	194.995	194.995	194.995	Trimestral	Capital de Giro
	736.746	535.332	531.788		

(a) Não há cláusulas restritivas financeiras.

Pré-pagamento:

No ano de 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 728.988 de empréstimos cujos vencimentos originais eram de março de 2019 a junho 2019.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da CPFL Renováveis, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,0 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a um índice que varia entre 25,0% e 39,5%.
- Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 80%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,55.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. (“State Grid Brazil”)

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Em 18 de dezembro de 2018, a CPFL Renováveis obteve do BNDES a não declaração de vencimento antecipado na hipótese de não cumprimento do ICSD nas demonstrações financeiras de sua subsidiária Bio Ester e dos índices financeiros ICSD, Dívida Líquida dividida pelo EBITDA e Patrimônio Líquido dividido pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida nas demonstrações financeiras de suas subsidiárias Bio Coopcana e Bio Alvorada. Adicionalmente, na mesma ocasião, a CPFL Renováveis também obteve a anuência para a exclusão da exigência de manutenção dos índices mencionados a partir do exercício de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado acima acerca da controlada indireta CPFL Renováveis para a qual a controlada obteve as devidas aprovações das instituições financeiras.

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em		Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em
	31/12/2017	Captação				
Mensuradas ao custo - pós fixado						
TJLP	495.408	-	(46.768)	37.539	(5.080)	481.099
CDI	3.774.900	1.743.000	(2.241.360)	265.448	(331.420)	3.210.568
IPCA	403.301	-	-	38.725	(22.251)	419.775
Total ao custo	4.673.609	1.743.000	(2.288.128)	341.712	(358.751)	4.111.442
Gastos com captação (*)	(31.969)	(4.303)	-	10.920	-	(25.352)
Total	4.641.639	1.738.697	(2.288.128)	352.632	(358.751)	4.086.090
Curto Prazo	1.359.300					716.319
Longo Prazo	3.282.339					3.369.771

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Consolidado						
Modalidade	Encargos financeiros a.a.		31/12/2018	31/12/2017	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
CDI	(i) De 105,75% a 129,5% do CDI (ii) CDI + 0,27% a 1,90%	(a)	2.351.141	2.566.041	2015 a 2024	(i) Fiança da CPFL Energia e CPFL-R (ii) Quirografia (iii) Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding (iv) Cessão Fiduciária de 60% de quotas e de créditos dos contratos de PPA da Ludesa e Fiança Dobrevê. Não existem garantias
	107,75% do CDI	(a)	<u>859.427</u>	<u>1.208.859</u>	2018 a 2022	
			3.210.568	3.774.900		
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,86%	(b) (c)	<u>419.774</u>	<u>403.301</u>	2019 a 2027	Fiança da CPFL Energia
			419.774	403.301		
TJLP	TJLP + 1%	(d)	481.100	495.408	2009 a 2029	Alienação Fiduciária
Total			<u>4.111.443</u>	<u>4.673.609</u>		
Gastos com captação (*)			(25.352)	(31.969)		
Total			<u>4.086.090</u>	<u>4.641.639</u>		

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 105,4% a 146,5% do CDI | CDI + de 0,75% a 4,26%

(b) IPCA + 4,42% a 6,31%

(c) De 101,74% a 103,3% do CDI

(d) TJLP + 3,48%

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2020	104.581
2021	719.238
2022	1.102.637
2023	771.077
2024	436.192
2025 a 2029	236.046
Total	<u>3.369.771</u>

Principais adições no exercício:

Os recursos obtidos pelas principais adições abaixo tiveram a destinação para o plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro das controladas e o pagamento de juros é semestral.

Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros
			Liberado em 2018	Liberado líquido dos gastos de emissão	
CPFL Geração	10ª emissão	190.000	190.000	189.838	Semestral
CPFL Geração	11ª emissão	1.400.000	1.400.000	1.397.949	Semestral
CPFL Renováveis	8ª emissão	153.000	153.000	150.910	Semestral
			1.743.000	1.738.697	

Pré-pagamento:

No ano de 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 635.000 de debêntures cujos vencimentos originais eram de abril de 2019.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais de subsidiárias da CPFL Renováveis, emissoras das debêntures

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2.
- Dívida Líquida dividida pelos Dividendos Recebidos menor ou igual a 3,5.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, para debêntures emitidas pela CPFL Renováveis e suas subsidiárias

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 4,0.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice que varia entre 3,0 e 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Em 19 de junho de 2018, a CPFL Renováveis obteve dos debenturistas a anuência para a exclusão da obrigação de cumprimento dos Índices de Cobertura de Serviço da Dívida e Índice de Cobertura de Serviço da Dívida da Operação referentes à 1ª emissão de debêntures da CPFL Renováveis.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado acima acerca da controlada indireta CPFL Renováveis, para a qual a controlada obteve as devidas aprovações das instituições financeiras.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados conforme abaixo:

17.1 Características

Atualmente vigora para os funcionários da Companhia um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido (“BD”) – vigente até 31 de outubro de 1997 – plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2018</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	119.964
Valor justo dos ativos do plano	(98.836)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>21.128</u>
	 <u>31/12/2017</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	110.801
Valor justo dos ativos do plano	(94.379)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>16.423</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2016	108.486
Custo do serviço corrente bruto	73
Juros sobre obrigação atuarial	11.431
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	14
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(372)
Benefícios pagos no ano	(8.831)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2017	110.801
Custo do serviço corrente bruto	78
Juros sobre obrigação atuarial	10.109
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	8.409
Benefícios pagos no ano	(9.433)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2018	119.964

	Ativo
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2016	(89.533)
Rendimento esperado no ano	(9.437)
Contribuições de patrocinadoras	(753)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(3.487)
Benefícios pagos no ano	8.831
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2017	(94.379)
Rendimento esperado no ano	(8.634)
Contribuições de patrocinadoras	(1.027)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(4.230)
Benefícios pagos no ano	9.433
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2018	(98.837)

17.3 Movimentação dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado
Passivo atuarial líquido em 31/12/2016	18.954
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	2.067
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(753)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	14
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(372)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(3.487)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2017	16.423
Outras contribuições	158
Total passivo	16.581
Circulante	986
Não circulante	15.595

	<u>Consolidado</u>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2017	16.423
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.553
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(1.027)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	8.409
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(4.230)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	21.128
Outras contribuições	117
Total passivo	<u>21.246</u>
Circulante	1.350
Não Circulante	19.896

17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2019 estão apresentadas no montante de R\$ 2.525.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	
2019	9.638
2020	9.966
2021	10.202
2022	10.423
2023 a 2028	<u>66.555</u>
Total	<u>106.784</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,5 anos.

17.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2019 e as despesas reconhecidas em 2018 e 2017, são como segue:

	<u>2019 estimadas</u>
Custo do serviço	84
Juros sobre obrigações atuariais	10.507
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(8.699)</u>
Total da despesa (receita)	<u>1.892</u>

	<u>2018 realizadas</u>
Custo do serviço	78
Juros sobre obrigações atuariais	10.109
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(8.634)</u>
Total da despesa (receita)	<u>1.553</u>

	<u>2017 realizadas</u>
Custo do serviço	73
Juros sobre obrigações atuariais	11.431
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(9.437)</u>
Total da despesa (receita)	<u>2.067</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,56% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

17.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, administrados pela Fundação CESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2019, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2018.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Renda fixa	77%	77%
Títulos públicos federais	55%	53%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	4%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	4%	2%
Outros investimentos de renda fixa	15%	17%
Renda variável	15%	15%
Fundos de investimento em ações	15%	15%
Investimentos estruturados	2%	3%
Fundos de investimento multimercado	2%	3%
Cotados em mercado ativo	94%	94%
Imóveis	3%	3%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	6%	6%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta para 2019</u>
Renda Fixa	70,90%
Renda variável	9,56%
Imóveis	4,63%
Empréstimos e financiamentos	2,09%
Investimentos estruturados	5,83%
Investimentos no exterior	6,99%
	100,00%

A meta de alocação para 2019 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Funcesp efetuada ao final de 2018 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2019, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de *déficit* atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Funcesp atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IFRS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	CPFL Geração
Taxa de desconto nominal(*)	-0,25 p.p. +0,25 p.p.	2.889 (2.768)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano -1 ano	(2.718) 2.684

(*) A premissa utilizada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,10% a.a. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 8,85% a.a. e 9,35% a.a..

(**) A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da FUNCESP. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

17.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, ao qual inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Funcesp o que ocorre ao menos trimestralmente.

Além do controle do risco de mercado através da metodologia da divergência não planejada exigida pela legislação, a Funcesp utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: *VaR, Tracking Risk, Tracking Error e Stress Test*.

A Política de Investimentos da Fundação CESP impõe restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia

dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	5.927	-	53.726	51.545
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.932	-	20.831	18.491
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.859	-	74.557	70.036
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(6)	123	5.069	4.570
Programa de integração social - PIS	978	907	3.497	3.702
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.505	4.179	16.174	17.149
Outros	592	1.366	6.194	6.924
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	6.069	6.575	30.935	32.345
Total Circulante	14.928	6.575	105.492	102.382
Não circulante				
ICMS a pagar	-	-	772	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	772	-
Total Não circulante	-	-	772	-

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	270	129	359	128	3.611	2.022	4.483	1.801
Cíveis	-	-	-	-	20.820	3.094	20.669	4.003
Fiscais	11.855	615	8.211	442	13.884	9.369	19.185	8.117
Outros	-	-	-	-	-	12	-	9
Total	12.124	744	8.570	570	38.315	14.497	44.337	13.930

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2018
Trabalhistas	4.483	535	(636)	(953)	182	3.611
Cíveis	20.669	747	-	(606)	10	20.820
Fiscais	19.185	3.227	(9.326)	(155)	952	13.884
Total	44.337	4.509	(9.962)	(1.713)	1.144	38.315

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia e de suas controladas.

Nas provisões para riscos fiscais, refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins. Com relação ao Pis e Cofins, a Companhia ajuizou ação judicial objetivando discutir a aplicação do Decreto nº 8.426/15, que majorou as respectivas alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras de 0% para 4,65%. Tendo sido acolhido seu pedido liminar para suspender a exigibilidade dos referidos tributos, a Companhia vem, desde então, provisionando os valores que deixaram de ser recolhidos à Receita Federal do Brasil por força da referida liminar. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo referente a esta ação é de R\$ 11.855.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não (*"more likely than not"*) de que não haja desembolso para estes casos devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas
	31/12/2018	31/12/2017	
Trabalhistas	13.521	10.651	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras, dentre outros
Cíveis	377.303	325.976	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	2.054.020	1.697.977	Ações de cobrança retroativas de impostos de PIS, COFINS, ISS, CSLL e IRPJ
Regulatório	56.445	67.077	Cobrança do encargo de serviços do sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03
Total	2.501.288	2.101.680	

(a) Fiscais:

Em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante de R\$ 330.931 sobre cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, entende e assim classificou que as chances de êxito são possíveis.

No final de dezembro de 2016 a CPFL Geração recebeu 1 (um) auto de infração no montante total atualizado de R\$ 414.470 (R\$ 316.372 em 31 de dezembro de 2017) relativo à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL relativo ao anos-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou que as chances de êxito são possíveis.

(b) Cíveis:

Na controlada CPFL Renováveis o montante de processos possíveis cíveis é de R\$ 272.591, sendo que as principais ações versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, procedimento arbitral, indenização em razão de perdas relacionadas a descumprimento de cláusulas contratuais.

Está incluso nos processos cíveis, uma ação em que a Companhia em conjunto com Furnas, é citada como ré no qual solicita-se que as referidas empresas promovam medidas reparadoras e mitigadoras relativas aos impactos

ambientais causados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, cujo montante atribuível à Companhia é estimado em R\$ 28.312 (R\$ 25.137 em 31 de dezembro de 2017).

(c) Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja nova decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) USO DO BEM PÚBLICO

Empresa	Consolidado		Quantidade de parcelas restantes	Taxa de juros
	31/12/2018	31/12/2017		
CERAN	101.535	94.731	207	IGP-M + 9,6% a.a.
Circulante	11.570	10.965		
Não circulante	89.965	83.766		

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	142	29	-	-	7.799	6.980	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	77	46	-	-	7.340	5.665	8.306	8.651
FNDCT (*)	5	2	-	-	354	342	-	-
Adiantamentos	9	9	27	29	211.273	311.303	48.666	21.641
Provisão para gastos ambientais	-	-	-	-	22.489	16.140	110.261	107.814
Folha de pagamento	417	446	-	-	2.052	2.065	-	-
Participação nos lucros	2.956	3.094	1.602	1.454	15.660	13.609	1.602	1.454
Aquisição de negócios	-	-	-	-	7.598	6.926	-	-
Indenização	-	-	-	-	65.499	64.303	-	-
Outros	295	595	-	-	295	595	1.656	1.656
Total	3.901	4.220	1.630	1.482	340.360	427.928	170.491	141.216

(*) FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Adiantamentos: refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipados pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos: refere-se principalmente a provisões constituídas pela controlada CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a

arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Indenizações: referem-se a valores registrados pela controlada CPFL Renováveis referente a indenização devida pelos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 205.492.020 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

22.1 – Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 240.934, que compreende: i) R\$ 61.046, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis em decorrência do lançamento de ações e ii) R\$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA. iii) saldo devedor de R\$ 565 referente ao pagamento de minoritários. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

22.2 – Reservas de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 993.747, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 136.010, ii) Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 157.852 e iii) Reserva de reforço de capital de giro R\$ 699.885.

22.3 – Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado, no montante de R\$ 373.620;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 21.699 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2);
- (iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48 (saldo devedor de R\$ 5.058).

22.4 – Dividendo

Na AGO de 26 de abril de 2018, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 98.511, líquido dos impostos.

Na AGE de 26 de junho de 2018, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 200.000.

Na AGE de 30 de novembro de 2018, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 102.436, líquido de impostos, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2018.

Foram pagos em 2018 o montante de R\$ 298.511 referente aos dividendos e juros sobre capital próprio.

22.5 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício	766.451
Reversão do resultado abrangente	25.070
Adoção Inicial do IFRS 9 / CPC 48	<u>(7.527)</u>
Lucro Líquido base para destinação	783.994
Dividendos obrigatórios	(71.099)
Juros sobre capital próprio intermediários	<u>(120.513)</u>
Base para destinação	592.382
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(592.382)

A Companhia não está constituindo Reserva Legal, por ter ultrapassado o limite estabelecido na legislação societária vigente.

22.6 – Lucro por ação-básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	766.451	594.026
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	205.492.019.285	70.752.128.929
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	-	134.739.890.356
Lucro básico por lote de mil ações ordinárias	3,73	2,89
Lucro básico por lote de mil ações preferenciais	-	2,98
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	766.451	594.026
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis	<u>(7.526)</u>	<u>(11.847)</u>
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	758.925	582.179
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	205.492.019.285	70.752.128.929
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	-	134.739.890.356
Lucro diluído por lote de mil ações ordinárias	3,69	2,83
Lucro diluído por lote de mil ações preferenciais	-	2,92

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada CPFL Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias da controlada no início de cada exercício.

Em 26 de dezembro de 2017 através da AGE, foi efetuado alteração no estatuto social da Companhia para a conversão das ações preferenciais em ordinárias, na relação de conversão de ações em que, para cada 1 (uma) ação preferencial, será entregue 1 (uma) ação ordinária, por meio do cancelamento das ações preferenciais e da emissão de 136.991.810.529 (cento e trinta e seis bilhões, novecentos e noventa e um milhão, oitocentos e dez mil e quinhentos e vinte e nove) ações ordinárias.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita de operações com energia elétrica								
Classe de consumidores								
Industrial	-	-	-	-	10	18	1.813	3.868
Comercial	-	-	-	-	93	166	19.605	37.601
Fornecimento de energia elétrica					103	184	21.417	41.469
Furnas Centrais Elétricas S.A.	2.875	3.026	544.342	565.592	2.875	3.026	544.342	565.592
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	878	834	212.411	206.790	10.345	10.003	2.460.166	2.372.324
Energia elétrica de curto prazo	2	1	381	156	1.235	1.008	150.574	200.062
Suprimento de energia elétrica	3.755	3.861	757.134	772.538	14.455	14.036	3.155.082	3.137.978
Receita de construção da infraestrutura de concessão			-	-			1.635	47.199
Outras receitas e rendas			42.833	58.498			82.625	96.375
Outras receitas operacionais			42.833	58.498			84.260	143.574
Total da receita operacional bruta			799.967	831.036			3.260.760	3.323.022
Deduções da receita operacional								
PIS			(13.196)	(13.714)			(39.712)	(36.033)
COFINS			(60.934)	(63.167)			(183.162)	(166.086)
ISS			(409)	(397)			(409)	(397)
Reserva global de reversão - RGR			-	-			(247)	(2.952)
Programa de P & D e eficiência energética			(70)	(44)			(3.703)	(3.385)
Outros			(3.266)	(3.244)			(9.618)	(9.638)
			(77.874)	(80.568)			(236.851)	(218.493)
Receita operacional líquida			722.093	750.469			3.023.909	3.104.530

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	-	-	(43)	1	734	1.638	135.739	118.359
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	836	835	34.992	90.217	2.293	1.436	180.589	270.219
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(3.237)	(8.345)	-	-	(16.453)	(12.494)
Subtotal	836	835	31.712	81.873	836	3.074	299.876	376.084
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos da rede básica			-	-			88.339	85.890
Encargos de conexão			-	-			11.597	13.270
Encargos de uso do sistema de distribuição			1.168	1.031			25.305	24.138
Encargos de serviço do sistema - ESS			-	-			(61)	15
Encargos de energia de reserva - EER			-	-			8	-
Crédito de PIS e COFINS			(108)	(95)			(14.861)	(1.182)
Subtotal			1.060	936			110.326	122.131
Total			32.772	82.809			410.202	498.216

24.1 Generating Scaling Factor ("GSF")

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional ("SIN") participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, denominada Energia Secundária, este excedente é liquidado ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD e rateado entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o *Generating Scaling Factor* ("GSF"), sendo este *déficit* de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e consequentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorizando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013, este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

Repactuação do Risco Hidrológico de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa Aneel nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de 2015 geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Os geradores que aderissem à repactuação deveriam encerrar os processos judiciais contra o órgão regulador das concessões e efetuar o pagamento do prêmio de risco referente à transferência do risco de GSF para a CCRBT de 2015.

Em dezembro de 2015, as controladas CERAN e CPFL Renováveis e os empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN e Chapecoense aderiram à repactuação de seus contratos do ACR.

Em 2016, o empreendimento controlado em conjunto BAESA aderiu à repactuação de seus contratos do ACR, encerrando a participação no processo judicial conjunto movido pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - (“APINE”), o efeito líquido dos impostos reconhecido como resultado de participação societária na controladora CPFL Geração foi de R\$ 5.102.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Despesas Operacionais									
	Custo de operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
			2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pessoal	11.038	10.566	3.974	4.302	12.985	17.250	-	-	27.997	32.117
Entidade de previdência privada	1.553	2.067	-	-	-	-	-	-	1.553	2.067
Material	991	1.281	11	9	121	108	-	-	1.123	1.399
Serviços de terceiros	3.561	7.625	60	77	6.632	6.898	-	-	10.253	14.600
Depreciação e amortização	63.276	63.751	15	15	1.270	1.125	-	-	64.561	64.891
Outros	216	220	322	131	2.904	2.530	9.967	10.177	13.412	13.058
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	320	129	-	-	-	-	320	129
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	452	548	-	-	452	548
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	341	328	-	-	341	328
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(51)	(47)	-	-	(51)	(47)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	984	528	-	-	984	528
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	1	211	1	211
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	9.966	9.966	9.966	9.966
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	147	148	-	-	-	-	-	-	147	148
Outros	69	72	2	3	1.177	1.172	-	-	1.251	1.247
Total	80.636	85.510	4.382	4.535	23.913	27.910	9.968	10.178	118.899	128.133

	Consolidado									
	Despesas Operacionais									
	Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
			2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pessoal	46.392	46.040	-	-	86.940	86.945	-	-	137.306	137.287
Entidade de previdência privada	1.553	2.067	-	-	-	-	-	-	1.553	2.067
Material	26.874	26.827	11	9	2.269	2.008	-	-	29.154	28.844
Serviços de terceiros	132.880	133.959	-	60	57.464	60.726	-	-	190.404	194.762
Depreciação e amortização	560.885	563.620	-	15	10.510	8.181	-	-	571.410	571.816
Custos com construção de infraestrutura	-	-	1.575	45.474	-	-	-	-	1.575	45.474
Outros	52.833	51.432	-	-	17.293	22.496	229.502	207.719	299.968	281.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	339
Arrendamentos e aluguéis	16.857	19.236	-	-	9.044	8.861	-	-	25.901	28.097
Publicidade e propaganda	-	6	-	-	1.156	1.049	-	-	1.156	1.055
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	1.337	2.262	-	-	1.337	2.262
Doações, contribuições e subvenções	1.988	-	-	-	984	528	-	-	2.972	528
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	61.888	21.991	61.888	21.991
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	167.614	165.290	167.614	165.290
Amortização de prêmio pago - GSF	11.103	9.594	-	-	-	-	-	-	11.103	9.594
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	9.871	7.719	-	-	-	-	-	-	9.871	7.719
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	20.438	-	20.438
Outros	13.013	14.878	-	2	4.772	9.796	-	-	17.787	24.677
Total	821.417	823.945	1.575	45.474	4.401	4.538	174.477	180.357	229.502	207.718

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	32.554	45.336	132.288	203.580
Acréscimos e multas moratórias	409	152	513	1.069
Atualização de créditos fiscais	1.526	282	1.588	386
Atualização de depósitos judiciais	33	42	1.438	626
Atualizações monetárias e cambiais	1.221	18.856	1.530	21.003
Juros sobre contratos de mútuo	17.716	29	1.774	(223)
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.073)	(2.387)	(6.765)	(8.945)
PIS e COFINS sobre JCP	-	-	11	-
Outros	13.040	5.479	52.842	19.673
Total	63.426	67.789	185.219	237.169
Despesas				
Encargos de dívidas	(212.510)	(316.818)	(699.440)	(911.383)
Atualizações monetárias e cambiais	(51.694)	(71.854)	(122.195)	(140.163)
(-) Juros capitalizados	-	-	10.591	29.817
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(17.759)	(8.048)
Outros	(2.556)	(1.915)	(112.821)	(51.674)
Total	(266.760)	(390.587)	(941.623)	(1.081.451)
Resultado financeiro	(203.334)	(322.798)	(756.405)	(844.282)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,74% a.a. durante o exercício de 2018 (8,80% a.a. durante o ano de 2017) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos, sendo apurado um ganho no montante de R\$ 109.067 (perda de R\$ 46.973 em 2017), conforme detalhe na nota 31.

(27) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de geração (fontes convencionais e renováveis) e outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos da Companhia:

	Geração (Fontes convencionais)	Renováveis (Fontes renováveis)	Eliminações	Total
2018				
Receita operacional líquida	1.087.604	1.936.305	-	3.023.909
(-) Vendas entre segmentos	15	14	(29)	-
Custo com energia elétrica	(89.872)	(320.346)	16	(410.202)
Custos e despesas operacionais	(85.149)	(407.211)	13	(492.348)
Depreciação e amortização	(115.918)	(623.106)	-	(739.024)
Resultado do serviço	796.680	585.655	-	1.382.335
Resultado de participações societárias	334.198	-	-	334.198
Receita financeira	70.593	131.694	(17.069)	185.219
Despesa financeira	(322.872)	(635.820)	17.069	(941.623)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	878.598	81.530	-	960.127
Imposto de renda e contribuição social	(133.751)	37.276	-	(96.476)
Lucro (prejuízo) líquido	744.846	118.805	-	863.652
Total do ativo	4.141.559	12.268.898	(408.795)	16.001.662
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	10.096	225.202	-	235.298

	Geração (Fontes convencionais)	Renováveis (Fontes renováveis)	Eliminações	Total
2017				
Receita operacional líquida	1.145.445	1.959.084	-	3.104.530
(-) Vendas entre sociedades parceiras	14	-	(14)	-
Custo com energia elétrica	(150.202)	(348.029)	14	(498.216)
Custos e despesas operacionais	(135.483)	(389.443)	-	(524.927)
Depreciação e amortização	(120.089)	(617.017)	-	(737.106)
Resultado do serviço	739.685	604.596	-	1.344.281
Equivalência	312.390	-	-	312.390
Receita financeira	99.479	137.746	(56)	237.169
Despesa financeira	(432.937)	(648.571)	56	(1.081.451)
Lucro antes dos impostos	718.619	93.770	-	812.389
Imposto de renda e contribuição social	(92.570)	(74.125)	-	(166.695)
Lucro líquido	626.049	19.645	-	645.694
Atribuído aos acionistas controladores	588.100	5.926	-	594.026
Atribuído aos acionistas não controladores	37.949	13.719	-	51.669
Total do ativo	4.620.034	12.856.002	(306.985)	17.169.051
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	8.172	621.047	-	629.219

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2018 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia.
- b) **Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- c) **Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008, foi de R\$ 15.399 (R\$ 14.918 em 2017). Este valor é composto por R\$ 14.583 (R\$ 13.782 em de 2017) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 85 (R\$ 154 em 2017) de benefícios pós-emprego e reversão de provisão de R\$ 731 (pós emprego e reversão de provisão de R\$ 982 em 2017) de outros benefícios em 2017, valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	2018	2017
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Campos Novos Energia S.A.	65.010	21.184	-	-	-	-	-	-
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	3	108	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração	33.733	32.734	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	42.613	-	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	152	-	-	2.225	1.819	-	-
Campos Novos Energia S.A.	-	152	-	-	1.902	1.819	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	15	2	-	-	2.143	2.143	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	2.498	12.751	-	-	39.224	84.211
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	7.813	7.722
Outras operações financeiras								
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	418	440	-	-	(22)	(22)
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	657	691	-	-	(35)	(35)
Campos Novos Energia S.A.	-	-	1.155	1.212	-	-	(57)	(57)
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	930	979	-	-	(49)	(49)
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	550	470
Coligadas, controladas e controladora								
Acionistas não controladores da CPFL Renováveis	-	8.612	-	-	-	-	-	-

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	2018	2017
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	39	-	-	-	-	-	(390)
Companhia Paulista de Força e Luz	-	77	-	217	-	-	64	2.110
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	37	-	78	-	-	-	926
Companhia Luz e Força Santa Cruz(*)	-	3	-	-	-	-	-	(29)
Companhia Leste Paulista de Energia(*)	-	1	-	-	-	-	-	(9)
Companhia Sul Paulista de Energia(*)	-	1	-	-	-	-	-	(11)
Companhia Jaguari de Energia	-	1	-	-	-	-	-	(6)
Companhia Luz e Força de Mococa(*)	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Rio Grande Energia S.A. (**)	13	14	-	4	-	-	-	(129)
CPFL Energia S.A.	-	13	-	-	-	-	-	(147)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	5	-	-	-	-	-	(56)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	3	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	285	233
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	102.436	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	6.766
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	9	-	438	1
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	361	610	-	-	5.319	3.304
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	188	163	-	-	2.554	1.042
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	882	259	-	-	3.276	2.754
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	-	43
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	100.458	-	-	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	48.610	47.485	-	1.804	585.619	581.247	2.917	8.944
Companhia Paulista de Força e Luz	23.511	83.389	650	307	287.976	247.887	5.315	5.236
Companhia Piratininga de Força e Luz	11.626	22.907	-	-	137.236	131.833	191	277
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	19	-	-	-	700	-	1
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	-	26	-	969
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	-	43	-	13
Companhia Jaguari de Energia	34	34	-	-	246	66	1.145	92
Companhia Luz e Força de Mococa(*)	-	-	-	-	-	10	-	-
Rio Grande Energia S.A. (**)	68	37	8	6	618	724	106	207
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	39	-	-	-	334	384	3	90
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	-	-	2	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	20	-
Adiantamentos de clientes								
Companhia Jaguari de Energia	-	-	321	218	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	683	1.444	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	29.333	21.689	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	2.123	1.348	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A. (**)	-	-	337	333	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	241	236	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	72.497	67.652	10	-	4.852	5.466
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	11.014	-	11	1
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	2.115	-	3	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	472	-	-	-
Rio Grande Energia S.A. (**)	-	-	-	-	-	-	1	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	12.863	5.357

(*) As informações referentes aos resultados de 2018 estão apresentadas na Companhia Jaguari de Energia em função da incorporação destas empresas em 31/12/2017.

(**) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultado realizadas após 31/10/2018, estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa pela RGE Sul Distribuidora de Energia.

(29) SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2018
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	4.632.449
Transporte	Transporte nacional	3.638
Automóveis	Cobertura para terceiros	1.554
Responsabilidade civil	Danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros	218.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	123.707
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	352.931
Total		5.332.279

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos *Compliance* e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna e Riscos e *Compliance* é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A exposição relativa à receita da ENERCAN, proporcional a participação detida pela Companhia, está protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero cost collar*, descrito na nota 31.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez hídrica: A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

As chuvas abaixo do normal observadas no período de maio a setembro não causaram risco de abastecimento energético em 2018, porém incorreram em forte despacho termoeletrico e consequente redução da geração hidroelettrica, o que impactou significativamente os custos com compra de energia e encargos para os agentes do setor elétrico neste período.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2018		31/12/2018	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	81.913	81.913	306.971	306.971
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	-	-	692.861	692.861
Derivativos	31	(a)	Nível 2	108.630	108.630	108.630	108.630
Derivativos - zero-cost collar	31	(a)	Nível 3	16.367	16.367	16.367	16.367
Total				206.910	206.910	1.124.829	1.124.829
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	59.795	59.934	3.838.762	3.846.231
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15 (**)	(a)	Nível 2	841.790	841.790	841.790	841.790
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.871.409	1.873.010	4.086.090	4.120.370
Derivativos	31	(a)	Nível 2	5.644	5.644	5.644	5.644
Total				2.778.638	2.780.378	8.772.286	8.814.035

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 6.086 em 2018 (um ganho de R\$ 872 em 2017).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) coligadas, controladas e controladora, (ii) ativo financeiro da concessão das transmissoras e, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, e (iv) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e (vi) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2018 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “zero-cost collar”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 31 b.1.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos, adicionalmente, a Companhia contratou em 2015, derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo).

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	86.506	(5.644)	80.862	92.982	(12.120)	US\$ + (Libor 3 meses + 1,41%) ou (3,13% a 4,32%)	101,5% a 109,9% do CDI	jun/19 a abri/21	751.436
	86.506	(5.644)	80.862	92.982	(12.120)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo									
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	22.125	-	22.125	21.548	577	IPCA + 5,86%	100,15% do CDI	abri/19	70.469
Outros derivativos⁽²⁾									
Zero cost collar	16.367	-	16.367		16.367	US\$	(nota explicativa 31 b.1)	de jul/18 a set/20	49.077
Total	124.998	(5.644)	119.354	114.530	4.823				
Circulante	105.824	5.644							
Não circulante	19.174	-							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

⁽²⁾ Devido às características deste derivativo (zero cost collar) o nacional está apresentado em dólar norte-americano.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2018
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	(17.129)	144.437	(34.326)	92.982
Para dívidas não designadas a valor justo	17.091	(5.076)	9.533	21.548
Derivativos outros (zero cost collar)	-	11.984	(11.984)	-
Marcação a mercado (*)	47.102	(42.278)	-	4.824
Total	47.064	109.067	(36.777)	119.354

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (marcação a mercado) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 1.642 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 4.945 para as dívidas não designadas a valor justo e (iii) perda de R\$ 35.691 para outros derivativos (zero cost collar).

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2018 e 2017, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente
	2018	2017	2018
Variação de taxas de juros	(5.076)	852	-
Marcação a mercado	(4.709)	4.853	(236)
Variação cambial	156.421	(41.793)	-
Marcação a mercado	(37.569)	(10.885)	(504)
	109.067	(46.973)	(740)

b.1) Contratação de derivativo pela CPFL Geração (zero-cost collar)

Em 2015, a controlada CPFL Geração contratou operação de compra de opções de venda (*put options*) e venda de opções de compra (*call options*) em dólar, ambas tendo a mesma instituição como contraparte, e que combinadas caracterizam uma operação usualmente conhecida como *zero-cost collar*. A contratação desta operação não apresenta caráter especulativo, tendo como objetivo minimizar eventuais impactos negativos na receita futura do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN, que possui contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. Adicionalmente, na visão da Administração, o cenário em 2015 estava favorável para contratação deste tipo de instrumento financeiro, considerando a alta volatilidade implícita nas opções de dólar e o fato de que não há custo inicial para este tipo de operação.

O montante total contratado foi de US\$ 111.817, com vencimentos entre 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2018 o montante total contratado é de US\$ 44.083, consideradas as opções já liquidadas até esta data. Os preços de exercício das opções de dólar variam de R\$ 4,20 a R\$ 4,40 para as *put options* (opções de venda) e de R\$ 5,40 a R\$ 7,50 para as *call options* (opções de compra).

Estas opções foram mensuradas a valor justo de forma recorrente conforme requerimentos do IFRS 9/CPC 48. O valor justo das opções que são parte desta operação foi calculado com base nas seguintes premissas:

Técnicas de avaliação e informações-chave	Foi utilizado o Modelo de <i>Black Scholes</i> de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.
Informações não observáveis significativas	Volatilidade determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis a essa operação em específico, com variação média de 18,61%.
Relação entre informações não observáveis e valor justo (sensibilidade)	Um pequeno aumento na volatilidade no longo prazo, analisado isoladamente, resultaria em um aumento não significativo do valor justo. Se a volatilidade fosse 10% mais alta e todas as outras variáveis fossem mantidas constantes, o valor contábil líquido (ativo) aumentaria em R\$ 587, resultando em um ativo líquido de R\$ 16.954.

Apresentamos abaixo quadro de conciliação dos saldos iniciais e saldos finais das opções de compra e venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme requerido pelo IFRS 13/CPC 46:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	57.715	-	57.715
Mensuração a valor justo	16.715	-	16.715
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(22.372)	-	(22.372)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	52.058	-	52.058
Mensuração a valor justo	(23.707)	-	(23.707)
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(11.984)	-	(11.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.367	-	16.367

A mensuração ao valor justo destes instrumentos financeiros foi reconhecida no resultado financeiro do exercício na rubrica receita financeira, não tendo sido reconhecidos quaisquer efeitos em outros resultados abrangentes.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2018 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Consolidado					
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) - R\$ mil		
			Depreciação	Apreciação	Apreciação
Instrumentos financeiros passivos	(841.790)		(24.983)	191.710	408.403
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	845.505		25.094	(192.556)	(410.206)
	3.715	baixa dólar	111	(846)	(1.803)
Total	3.715		111	(846)	(1.803)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			110	(846)	(1.802)
Efeitos no resultado do exercício			1	-	(1)

Receita (despesa) - R\$ mil					
Instrumentos	Exposição (US\$ mil)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial de 25% (c)	Depreciação cambial de 50% (c)
Derivativos <i>zero-cost collar</i>	44.083 (d)	alta dólar	(1.770)	(17.126)	(32.482)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2018 foi de R\$ 3,87 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 3,99 e a depreciação cambial de 2,97%, referente ao dólar em 31.12.2018.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

(d) Devido às características deste derivativo (*zero cost collar*) o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

Exceto pelo derivativo *zero-cost collar* em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2018 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Consolidado							
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) - R\$ mil			Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
			taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Cenário provável		
Instrumentos financeiros ativos	1.533.077				100.723	125.904	151.085
Instrumentos financeiros passivos	(3.708.680)				(243.660)	(304.575)	(365.490)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(838.075)				(55.062)	(68.827)	(82.592)
	(3.013.678)	alta CDI	6,40%	6,57%	(197.999)	(247.498)	(296.997)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(101.535)				(3.239)	(4.049)	(4.858)
	(101.535)	alta IGP-M	7,54%	3,19%	(3.239)	(4.049)	(4.858)
Instrumentos financeiros passivos	(3.618.557)				(254.385)	(317.981)	(381.577)
	(3.618.557)	alta TJLP	6,72%	7,03%	(254.385)	(317.981)	(381.577)
Instrumentos financeiros passivos	(419.717)				(14.019)	(17.523)	(21.028)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	95.558				3.192	3.990	4.787
	(324.159)	alta IPCA	3,69%	3,34%	(10.827)	(13.533)	(16.241)
Total	(7.057.929)				(466.450)	(583.061)	(699.673)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					2	2	2
Efeitos no resultado do período					(466.452)	(583.063)	(699.675)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 38.567.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2017 e 2018 indicadores de que os títulos tivessem uma perda por redução ao valor recuperável, utilizando o critério de perdas esperadas.

e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2018, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2018	Nota explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	14	67.191	22.152	325	113.853	-	-	203.521
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	45.625	215.176	1.175.282	1.728.986	1.125.005	2.081.760	6.371.834
Derivativos	31	-	-	6.631	-	-	-	6.631
Debêntures - principal e encargos	16	8.143	286.492	830.646	2.233.610	1.402.787	244.652	5.006.330
Taxas regulamentares		20.576	1.497	-	-	-	-	22.073
Uso do bem público	20	782	4.435	15.715	36.137	48.193	147.643	252.905
Outros	21	218	339	7.598	-	-	-	8.155
Consumidores e concessionárias		202	-	7.598	-	-	-	7.800
EPE / FNDCT / PROCEL		16	339	-	-	-	-	355
Total		142.535	530.091	2.036.197	4.112.586	2.575.985	2.474.055	11.871.449

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outras transações				
Adiantamentos para futuro aumento de capital integralizados	50.000	43.900	-	-
Juros capitalizados	-	-	10.591	29.817
Transferência entre imobilizado e outros ativos	-	-	1.724	1.447
Pagamento de mútuo com dividendos de minoritários	-	-	377	259
Provisão de custos socioambientais no imobilizado	-	-	1.684	41.213

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2018	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Aluguéis	até 4 anos	3.300	7.547	9.023	5.199	25.069
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 31 anos	125.424	315.663	300.217	5.792.336	6.533.640
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 29 anos	7.580	38.898	49.076	311.691	407.245
Projetos de construção de usina	até 2 anos	17.298	1.089	-	-	18.387
Fornecedores de materiais e serviços	até 16 anos	125.394	280.971	316.999	1.500.320	2.223.684
Total		278.996	644.168	675.315	7.609.546	9.208.025

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

OSVALDO CIA
Conselheiro

DIRETORIA

KARIN REGINA LUCHESI
Diretora Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro

WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS
Diretor Administrativo

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor de Gestão de Energia

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis e Ativo Imobilizado
CT CRC 1SP251528/O-0



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Geração de Energia S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Geração de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(a) Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos

(Notas explicativas 3.10 e 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

As demonstrações financeiras incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, decorrente de sua controlada direta CPFL Energias Renováveis S.A., cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros com base no julgamento da Companhia e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros. Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia e as taxas de desconto e comparamos com dados disponíveis no mercado. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração



do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 11 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027612/F



Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

Relatório da Administração

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Introdução

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no **exercício de 2018**, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CPFL Geração de Energia S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações Iniciais

Em 2018, a CPFL Geração cumpriu com sua agenda estratégica e seguiu trabalhando em iniciativas de valor e no seu plano de investimentos, com disciplina financeira, empenho e comprometimento de suas equipes.

Dentre as iniciativas de valor, vale mencionar a participação da Companhia nos seguintes leilões de transmissão: (i) em junho de 2018, a companhia venceu o Lote 9 (subestação Maracanaú II), no Ceará, e (ii) em dezembro de 2018, a companhia venceu os Lotes 5 (subestação Itá), em Santa Catarina, e 11 (subestações Osório 3, Porto Alegre 1 e Vila Maria), no Rio Grande do Sul.

Também tivemos a entrada em operação da PCH Boa Vista II (29,9 MW de capacidade instalada), em novembro de 2018, e a participação da CPFL Renováveis no Leilão A-6 de agosto de 2018. A companhia venceu com os seguintes projetos: (i) PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, e (ii) Complexo Eólico Gameleira, com 69,3 MW de capacidade instalada, localizado no estado do Rio Grande do Norte.

Ainda em relação à CPFL Renováveis, tivemos a realização da OPA Mandatória da companhia em 26 de novembro. Como resultado do leilão, a State Grid adquiriu 243.771.824 ações ordinárias de emissão da companhia, representativas de 48,39% do capital social da companhia. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço de R\$ 16,85, totalizando o valor de R\$ 4,1 bilhões. A State Grid e a CPFL Geração (controlada indiretamente pela State Grid) passaram a deter, em conjunto, 503.520.623 ações ordinárias de emissão da companhia, equivalente a 99,94% do capital social total da companhia.

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, bem como as térmicas a óleo combustível, além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco). A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.131 MW.

A CPFL Geração também detém 51,56% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável. Em 31 de dezembro de 2018, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.133 MW de capacidade instalada em operação. Em 2018, 29,9 MW foram agregados à capacidade instalada da CPFL Renováveis, relacionados à entrada em operação da PCH Boa Vista II.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis,

com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

Resultado

Em 31/12/2017, a CPFL Geração de Energia S.A. detinha **2.131 MW** de potência instalada em operação, dos quais **678 MW** em base de controladora (propriedade integral e compartilhada em consórcio) e **1.454 MW** por meio da participação proporcional nas SPes, conforme quadro a seguir:

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	1.295	645		678	336		
UHE Macaco Branco ¹	2,36	1,66	100%	2,36	1,66	01/01/1911	31/12/2042
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II) ²	18,06	5,79	100%	18,06	5,79	01/01/1925	31/12/2042
UHE Cariobinha ³	-	-	100%	-	-	01/01/1936	19/11/2027
UHE Serra da Mesa ⁴	1.275,00	637,50	51,54%	657,14	328,57	30/04/1998	30/09/2040
UTE Carioba (OCA 2) ⁵	-	-	100%	-	-	01/01/1954	19/11/2027
Sociedade de Propósito Específico	3.127	1.593		1.453	736		
UHE Barra Grande	690,00	372,80	25,01%	172,54	93,22	01/11/2005	14/05/2036
UHE Campos Novos	880,00	379,70	48,72%	428,74	185,00	03/02/2007	28/05/2035
UHE Monte Claro	130,00	56,10	65%	84,50	36,47	29/12/2004	14/03/2036
UHE Castro Alves	130,00	61,80	65%	84,50	40,17	04/03/2008	14/03/2036
UHE 14 de Julho	100,00	47,50	65%	65,00	30,88	25/12/2008	14/03/2036
UHE Foz do Chapecó	855,00	427,20	51%	436,05	217,87	14/10/2010	06/11/2036
UTE Termonordeste (OCB1)	170,76	123,80	53,34%	91,08	66,03	24/12/2010	11/12/2042
UTE Termoparaíba (OCB1)	170,76	123,90	53,34%	91,08	66,09	13/01/2011	06/12/2042
Total	4.422	2.238		2.131	1.072		

1) Em 29/09/2015 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.463 que transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Macaco Branco, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras

2) Em 29/09/2015 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.464 que transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Rio do Peixe, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras

3) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 1.776 de 2016.

4) A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Geração de Energia S.A. possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95.

5) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008.

Cabe destacar que a CPFL Geração de Energia S.A. também detém 51,61% da CPFL Renováveis S.A. Contudo, e respaldado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – versão 2015, na elaboração deste relatório, as informações sobre a CPFL Renováveis S.A. não são reportadas, visto que seus empreendimentos operam por meio de autorizações em regime de produção independente de energia elétrica..

A Companhia não possui nenhum novo projeto de geração em construção, mas mantém esforços contínuos para manutenção e melhoria das condições operativas do seu parque gerador. Em 2018, a CPFL Geração de Energia S.A. investiu R\$ 6,5 milhões nos projetos em que possui participação integral ou compartilhada (em 2017 foi investido R\$ 4,3 milhões).

Em bases totais, onde consideramos os investimentos realizados pela controladora e a participação proporcional dos investimentos realizados pelas SPE's listadas nas tabelas do relatório, foram investidos **R\$ 17,9** milhões em 2017, contra **R\$ 16,6** milhões em 2016.

Em vista do parque gerador atual e já notando os dois empreendimentos incorporados em 2015, a garantia física na proporção - sem considerar a participação dos projetos em operação - é de **9.388 GWh/ano** para 2018, conforme quadro a seguir:

Garantia Física

Usina - Garantia Física GWh/ano Proporcional	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Controladora							
Integral e Compartilhada	3.103	3.095	2.944	2.944	2.952	2.944	2.944
UHE Macaco Branco ¹	14,58	14,54	14,54	14,54	14,58	14,54	14,54
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II) ²	50,86	50,72	50,72	50,72	50,86	50,72	50,72
UHE Cariobinha ³	-	-	-	-	-	-	-
UHE Serra da Mesa ⁴	3.037,80	3.029,50	2.878,25	2.878,25	2.886,14	2.878,25	2.878,25
UTE Carioba (OCA 2) ⁵	-	-	-	-	-	-	-
Não Controladora							
Sociedade de Propósito Específico	6.537	6.519	6.445	6.445	6.463	6.445	6.445
UHE Barra Grande	835,99	833,71	816,62	816,62	818,86	816,62	816,62
UHE Campos Novos	1.617,26	1.612,84	1.620,52	1.620,52	1.624,96	1.620,52	1.620,52
UHE Monte Claro	336,87	335,95	319,43	319,43	320,31	319,43	319,43
UHE Castro Alves	365,41	364,42	351,89	351,89	352,85	351,89	351,89
UHE 14 de Julho	285,48	284,70	270,47	270,47	271,21	270,47	270,47
UHE Foz do Chapecó	1.935,29	1.930,00	1.908,56	1.908,56	1.913,79	1.908,56	1.908,56
UTE Termonordeste (OCB1)	580,05	578,47	578,47	578,47	580,05	578,47	578,47
UTE Termoparaíba (OCB1)	580,52	578,93	578,93	578,93	580,52	578,93	578,93
Consolidado	9.640	9.614	9.388	9.388	9.414	9.388	9.388

1) Em 29/09/2015 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.463 que transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Macaco Branco, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras

2) Em 29/09/2015 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.464 que transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Rio do Peixe, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras

3) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 1.776 de 2016.

4) A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Geração de Energia S.A. possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95.

5) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011e Despacho nº 3.066 de 2008

Em **31/12/2018**, parte considerável da garantia física tinha receita garantida por meio dos CCEARs, o que reduz o risco das flutuações de preços no mercado de curto prazo.

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 1º/jan/2018	Preço no ACR em 1º/jan/2018	Data e índice de reajuste no ACR
Integral e Compartilhada			
UHE Macaco Branco ¹	100% ACR até o vcto. outorga Lei 12.783/2013	RAG anual de R\$ 1.230.086,10	IPCA em 1º/Jul
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II) ²	100% ACR até o vcto. outorga Lei 12.783/2013	RAG anual de R\$ 5.657.953,68	IPCA em 1º/Jul
UHE Cariobinha ³			
UHE Serra da Mesa ⁴			
UTE Carioba (OCA 2) ⁵			
Sociedade de Propósito Específico			
UHE Barra Grande	28,5% ACR com vcto. em 2036 e 2038 e 71,5% no ACL	R\$ 248,29/MWh	IGPM em 08/abr e 23/out
UHE Campos Novos	49,96% ACR com vcto. em 2027 e 50,04% no ACL	R\$ 196,31/MWh	IGPM (59%) e Dólar (41%) em 08/abr e 23/out
UHE Castro Alves			
UHE Monte Claro	81,94% ACR com vcto. em 2027 e 2039 e 18,06% no ACL com vcto. em 2019	R\$ 250,52/MWh	IPCA e IGPM na data de reajuste das distribuidoras.
UHE 14 de Julho			
UHE Foz do Chapecó	100% ACR com vcto. em 2027 e 2041	R\$ 245,97/MWh	IPCA e IGPM na data de reajuste das distribuidoras.
UTE Termonordeste (OCB1)			
UTE Termoparaíba (OCB1)	100% ACR com vcto. em 2024	CVU jan/18 = R\$ 497,09/MWh	Base Platts e Dólar mensalmente

1) Resolução Autorizativa nº 5.463/15 transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Macaco Branco, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras. Seus resultados foram incorporados à Companhia a partir de agosto daquele ano.

2) Resolução Autorizativa nº 5.464/15 transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Rio do Peixe, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras. Seus resultados foram incorporados à Companhia a partir de agosto daquele ano.

3) Usina fora de operação comercial desde 1996 e apesar da busca por alternativas capazes de viabilizar a recuperação desse empreendimento, o empreendimento não apresenta condições que permitam a comercialização de sua energia.

4) A CPFL Geração de Energia S.A. possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95. Em abril de 2014 foi celebrado o Contrato de Suprimento 12.292, operacionalizando a compra desse montante de energia por FURNAS até 2028.

5) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008

Nesta seção, destacamos os principais investimentos realizados pela CPFL Geração de Energia S.A. em base da controladora, onde o principal ativo do portfólio é a Usina de Serra da Mesa.

1) Modernização do sistema de regulação de velocidade das Unidades Geradoras.

Em decorrência do tempo de operação da UHE Serra da Mesa, que completou 20 anos em 2018, os componentes eletrônicos e digitais dos reguladores de velocidade das três Unidades Geradoras encontram-se em final de vida útil e em elevado estado de obsolescência. O regulador de velocidade é um equipamento fundamental para operação das UG, sendo que falhas nesse equipamento resultam na indisponibilidade do processo de produção da Usina.

Mediante o exposto acima, com a modernização, haverá uma redução de despesa com sobressalentes, extensão de vida útil dos componentes e aumento da confiabilidade operacional das UG, contribuindo positivamente para o Índice de Disponibilidade (ID) da Usina. Vale observar que também haverá uma compatibilização de tecnologia com os sistemas de proteção e supervisão atualmente disponíveis no mercado.

2) Modernização das redes corporativa e operativa da Usina.

A Usina Serra possui vários equipamentos que necessitam de comunicação via rede para troca de dados com o sistema de Supervisão e Controle, sala de operação e ONS (Operador Nacional do Sistema). A estrutura do sistema atualmente instalado não suporta os novos protocolos de comunicação e as velocidades de tráfego de dados exigidas pelos componentes atuais e por isso necessita ser ampliada e modernizada. Assim sendo, houve a contratação de uma empresa especializada para fornecimento de materiais e serviços de instalação e comissionamento do sistema de infraestrutura das Redes de Comunicação de Dados Operativa e Corporativa para atender o sistema de proteção, controle, dados e voz da Usina Serra da Mesa.

3) Reforma dos trafos elevadores

Em função do tempo de operação (aproximadamente 17 anos), os transformadores elevadores da Usina Serra da Mesa apresentam degradação por envelhecimento em alguns de seus principais componentes.

Assim sendo, esses materiais e componentes foram substituídos por outros com tecnologia mais moderna, tais como as principais juntas e vedações, o controle de temperatura eletromecânico e o rele de gás. Também foi efetuada a regeneração do óleo isolante. Esta aquisição faz parte de um planejamento para a modernização e reforma de todos os dez transformadores atualmente instalados na Usina.

4) Modernização e reforma dos compressores de ar de rebaixamento.

A Usina Serra da Mesa possui cinco compressores que tem por função suprir o fornecimento de ar comprimido para o sistema de Ar de Rebaixamento da Usina.

Esse sistema tem a função promover o rebaixamento do nível d'água do tubo de sucção e manter o nível rebaixado durante a operação da Unidade Geradora como compensador síncrono.

Esses compressores foram instalados há 20 anos e estão com aproximadamente vinte e quatro mil horas de operação e por esse motivo necessitaram de uma reforma geral a fim de prolongar

a sua vida útil e manter a confiabilidade operativa da Usina.

5) Substituição da talha auxiliar da ponte rolante nº2.

A Usina Serra da Mesa possui uma talha elétrica auxiliar que está instalado na ponte rolante nº 2. Essa talha auxiliar é um equipamento essencial para movimentação de pequenas cargas no piso do gerador, acesso ao poço de cargas e serviços específicos tais como: trabalhos no gerador, montagem e desmontagem dos trocadores de calor do painel de excitação e do sistema de ventilação do painel da excitação.

Essa talha foi modernizada devido ao fato de que grande parte dos seus componentes estão desgastados e em final de vida útil.

6) Troca do filtro de areia da ETA – Estação de tratamento de água.

A Usina Serra possui uma ETA – Estação de Tratamento de Água que tem por finalidade o tratamento da água bruta, que é proveniente do lago da Usina e adequá-la as condições requeridas ao consumo humano.

Essa ETA possui, dentre outros equipamentos, uma unidade de filtragem composta por um filtro de areia e antracito, que está há 20 anos em operação e por isso apresenta um elevado estado de corrosão interna e se encontra em final de vida útil. Assim sendo ocorreu a contratação de uma empresa especializada para fornecimento e instalação de um filtro novo

7) Troca das bombas de circulação de óleo do mancal de escora.

As bombas do sistema de circulação de óleo do mancal escora das Unidades Geradoras da Usina Serra da Mesa apresentam desgastes mecânicos que comprometem o resultado satisfatório de sua operação e causam um defeito crônico de vazamento de óleo no sistema de vedação, sem condições de reparo. Assim sendo, essas bombas foram substituídas por bombas novas com tecnologia e materiais mais modernos e atuais a fim de manter a confiabilidade operativa da Usina.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2018, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: (i) O&M das Transmissoras (ii) eSocial - Fase 2017 (iii) Risco de Mercado (MRA/MTM) (iv) Catálogo de cursos UC (v) Entrega da Obrigação Fiscal do Reinf (SAP TDF).

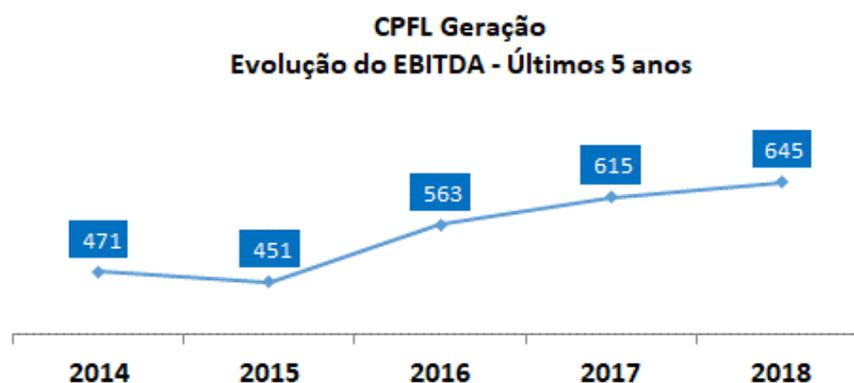
Desempenho econômico-financeiro

Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui publicados refletem as demonstrações contábeis regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2018, a receita operacional líquida da CPFL Geração de Energia S.A. A atingiu **R\$ 681 milhões**, comparado a **R\$ 693 milhões**, uma queda de **1,7%**

As despesas operacionais totalizaram em 2016 **R\$ 76 milhões**, **35,6%** inferior em relação a 2017 (R\$ 42 milhões), com destaque para a Energia Elétrica comprada para Revenda, que foi de **R\$ 82 milhões** em 2017, para **R\$ 32 milhões**, em 2018.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de **R\$ 645 milhões**, superior em **4,9%** a 2017, que foi de **R\$ 615 milhões**, conforme gráfico abaixo:



Em 2018, o lucro líquido foi de **R\$ 772 milhões**, um aumento de 27,4% (R\$ 166 milhões) comparado aos **R\$ 606 milhões** registrados em 2017.

Investimentos: Em 2018, os investimentos da Companhia (em bases totais, onde consideramos os investimentos realizados pela controladora e a participação proporcional dos investimentos realizados pelas SPE's listadas nas tabelas do relatório) totalizaram **R\$ 17,9 milhões, 8,2%** superior em relação ao realizado em 2017.

Captações de recursos: Em 2018, para reforço de capital de giro, a Companhia emitiu debêntures (R\$ 1.590 milhões) e complementou o saldo restante com recursos de captações sob amparo da Lei 4131 (R\$ 287,2 milhões).

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Na AGO de 26 de abril de 2018, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 98.511, líquido dos impostos.

Na AGE de 26 de junho de 2018, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 200.000.

Na AGE de 30 de novembro de 2018, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 102.436, líquido de impostos, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2018.

Foram pagos em 2018 o montante de R\$ 298.511 referente aos dividendos e juros sobre capital próprio.

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício	766.451
Reversão do resultado abrangente	25.070
Adoção Inicial do IFRS 9 / CPC 48	(7.527)
Lucro Líquido base para destinação	783.994
Dividendos obrigatórios	(71.099)
Juros sobre capital próprio intermediários	(120.513)
Base para destinação	592.382
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(592.382)

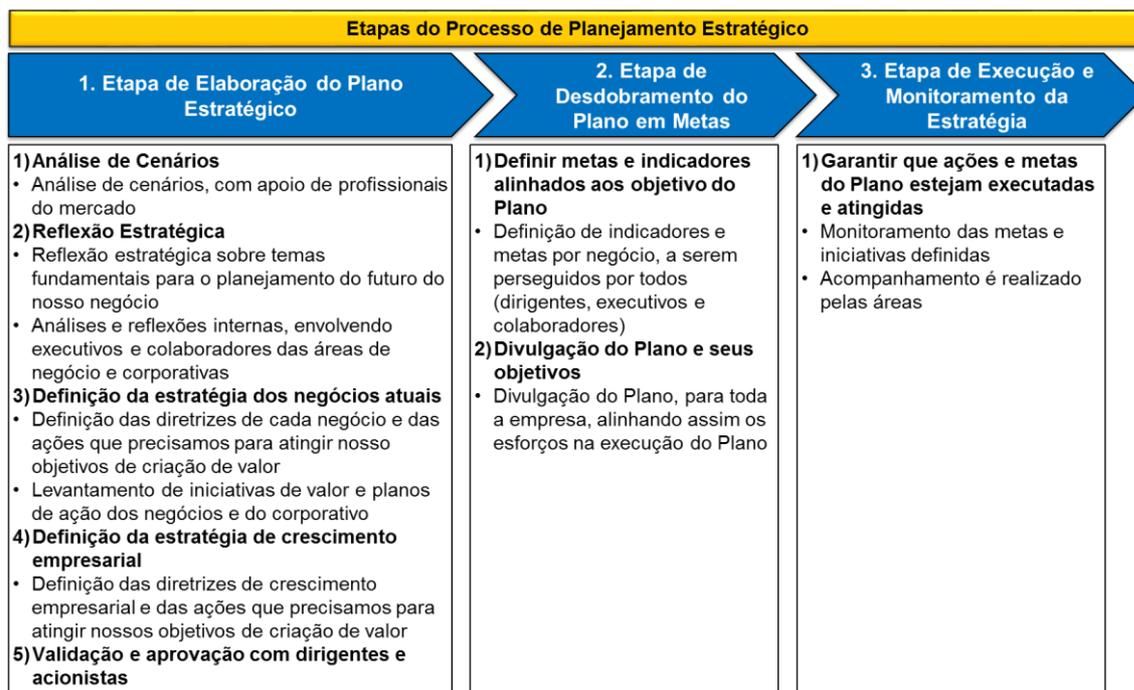
A Companhia não está constituindo Reserva Legal, por ter ultrapassado o limite estabelecido na legislação societária vigente.

Para maiores detalhes sobre destinação do lucro líquido da CPFL Geração, ver o relatório das Demonstrações Financeiras de 2018 em www.cpfl.com.br/ri.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da CPFL Geração de Energia S.A. era de R\$ 1.043.922 mil, composto por 205.492.019.285 (duzentos e cinco bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, dezenove mil, duzentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 26 de dezembro de 2017 através da AGE, foi efetuado alteração no estatuto social da Companhia para a conversão das ações preferenciais em ordinárias, na relação de conversão de ações em que, para cada 1 (uma) ação preferencial, será entregue 1 (uma) ação ordinária, por meio do cancelamento das ações preferenciais e da emissão de 136.991.810.529 (cento e trinta e seis bilhões, novecentos e noventa e um milhão, oitocentos e dez mil e quinhentos e vinte e nove) ações ordinárias.

Planejamento empresarial – O Planejamento Empresarial é realizado desde 2002 pela Diretoria de Estratégia e Inovação, que coordena a formulação das estratégias para o grupo CPFL Energia, a aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento nas Vice-Presidências (VPs), incluindo a Vice-Presidência de Operações Reguladas (VPR), que contempla o Negócio Distribuição. O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios. O processo de Planejamento Estratégico engloba três etapas (figura abaixo).

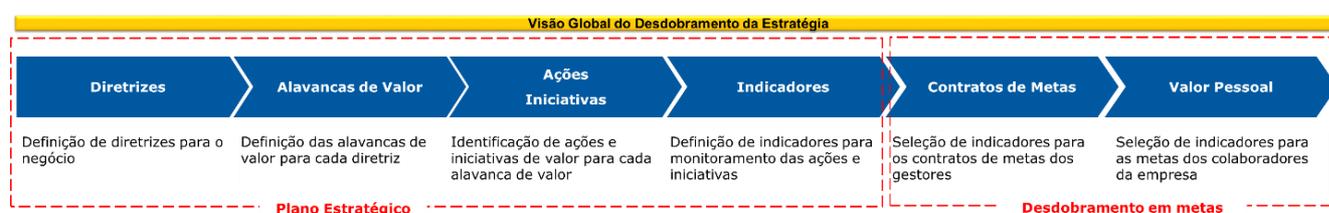


A “Elaboração do Plano Estratégico” ocorre em paralelo ao processo de planejamento orçamentário plurianual, coordenado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores e submetido ao Conselho de Administração.

A análise do macroambiente e suas tendências é realizada por meio da análise de cenários, durante a elaboração do plano estratégico, com seminários, palestras e fóruns de discussões, para mapear direcionadores do macroambiente, tendências do setor elétrico, do mercado e dos acionistas.

O desdobramento das estratégias e metas para o negócio inicia-se após a aprovação do Plano Estratégico, quando são divulgados os resultados do ano anterior, bem como o planejamento, metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado, com compromissos de cumprimento e acompanhamento dos planos.

Em seguida, cada diretoria desdobra e envolve suas respectivas equipes nos planos de ação para alcançar os resultados propostos, acompanhados nas Reuniões mensais de acompanhamento dos negócios.



A disseminação das principais diretrizes da estratégia para todos os colaboradores é realizada de diversas formas permeando todas as áreas da companhia e motivando o colaborador a engajar-se. O profissional é instigado a criar valor e descobrir como sua área pode ajudar no crescimento organizacional.

Estes são os canais formais de divulgação:

- Campanhas internas: direcionadores em *banners* e cartazes em diferentes locais;
- Apresentação de vídeo: com as principais diretrizes do plano estratégico da companhia;
- Apresentações formais nas áreas: reuniões com grupos de liderança para reforço do plano;
- Portal de Planejamento Estratégico (*intranet*): local onde é disponibilizado um resumo com o processo de planejamento estratégico e com os principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

Completando a divulgação para todos os *stakeholders*, a CPFL Energia também faz divulgação externa das principais diretrizes do grupo. Na página de Relações com Investidores, há o resumo com as principais diretrizes estratégicas dos negócios do grupo.

Em adição à análise de cenários, a Diretoria de Estratégia e Inovação acompanha e monitora ao longo do ano eventuais mudanças de cenário que impactem o planejamento estratégico do grupo e dos negócios.

Recursos humanos: Em 2018 a CPFL Geração investiu cerca de R\$ 220 mil em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

O nosso compromisso é formar e desenvolver pessoas. Por isso, contamos com a Universidade CPFL, que tem o objetivo de preparar os colaboradores para os desafios do futuro e atender às mudanças dos negócios, a fim de promover uma cultura de multinegócios, inovação, agilidade e foco no cliente.

A Universidade atua como facilitadora, incentivando cada colaborador a assumir o protagonismo da própria carreira, por meio do aprendizado de soft skills, ou habilidades mentais, emocionais e sociais, que complementem a formação técnica e aprimorem o

desenvolvimento. Para isso, são realizadas diferentes ações como: cursos presenciais e online, atividades *on the job*, acompanhamentos, PDIs e palestras, divididos em quatro escolas de ensino: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

Em 2018, **116 colaboradores** foram alcançados pelas atividades da Universidade CPFL (podendo um funcionário participar de mais de um treinamento), o que representa **56,97 horas de treinamento** por colaborador neste período.

Sustentabilidade: A CPFL Geração mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável, por meio de iniciativas que buscam fortalecer a governança e a gestão integrada, considerando aspectos econômico-financeiros e socioambientais, evitar ou mitigar impactos negativos de suas operações e gerar valor compartilhado com seus públicos de relacionamento. Mais informações sobre como atuamos, nossos resultados e desafios estão disponíveis no Relatório Anual da CPFL Energia em www.cpfl.com.br/relatorioanual e www.cpfl.com.br/ri.

CPFL Geração de Energia S.A. em números

Mercado	2018	2017	Var.	Var. %
Número de usinas em operação	13	13	-	0,0%
Capacidade Instalada (MW)	2.131	2.194	- 63	-2,9%
Financeiros	2018	2017	Var.	Var. %
Receita operacional bruta (R\$ mil)	757.134	772.538	- 15.404	-2,0%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	681.028	693.016	- 11.988	-1,7%
Margem operacional do serviço líquida (%)	88,9%	83,1%		
EBITDA OU LAJIDA	644.281	614.577	29.704	4,8%
Lucro líquido (R\$ mil)	771.939	606.049	165.890	27,4%
Lucro líquido por lote de mil ações	772	606	166	27,4%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	2.214.175	1.932.279	281.896	14,6%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	34,9%	31,4%	-	-

Nota: As usinas listadas contemplam os ativos controlados integralmente ou compartilhados e as SPEs que possuem regime de concessão ou permissão. Os ativos da CPFL Renováveis S.A., que operam mediante autorização, não foram considerados.

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Geração de Energia S.A. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Geração de Energia S.A.

Campinas, 26 de abril de 2019.

A Administração

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 03.953.509/0001-47
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo			
Ativo Circulante		508.310	763.398
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	81.913	435.567
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	98.427	155.298
Serviços em Curso		39	13
Tributos Compensáveis	7	24.610	29.175
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	105.824	20.434
Dividendos	10	172.184	96.640
Outros Ativos Circulantes	9	25.313	26.272
Ativo Não Circulante		4.759.855	4.515.830
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	28.430	28.090
Depósitos Judiciais e Cauções	16	744	570
Tributos Diferidos	8	-	8.979
Despesas Pagas Antecipadamente		1.559	2.449
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	19.174	54.236
Coligadas e controladas		407.730	100.458
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.1	300.000	300.000
Outros Ativos Não Circulantes	9	134	134
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		3.979.550	3.997.669
Participações Societárias Permanentes	10.1	3.417.698	3.402.873
Propriedade para investimento - Bens de renda	10.2	468.831	491.809
Ágio de Incorporação		93.020	102.986
Imobilizado	11	18.393	19.410
Intangível	11	4.143	3.835
Total do Ativo		<u>5.268.165</u>	<u>5.279.228</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 03.953.509/0001-47
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo			
Passivo Circulante		1.120.159	923.857
Fornecedores	12	6.880	17.184
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13	891.450	871.875
Obrigações Sociais e Trabalhistas		5.340	5.576
Benefício Pós-Emprego	14	1.350	986
Tributos	15	14.928	6.575
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		173.536	-
Encargos Setoriais		20.586	17.571
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	5.644	3.457
Outros Passivos Circulantes		446	633
Passivo Não Circulante		1.933.831	2.423.091
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13	1.881.545	2.370.847
Benefício Pós-Emprego	14	19.896	15.595
Provisão para Litígios	16	12.124	8.570
Tributos Diferidos	8	18.636	2.448
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	-	24.149
Outros Passivos Não Circulantes		1.630	1.482
Total do Passivo		<u>3.053.990</u>	<u>3.346.948</u>
Patrimônio Líquido	17		
Capital Social		1.043.922	1.043.922
Reservas de Capital		240.934	239.691
Outros Resultados Abrangentes		(21.699)	(20.537)
Reservas de Lucros		993.747	601.365
Lucros ou prejuízos Acumulados		(42.728)	(30.673)
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		-	98.511
Total do Patrimônio Líquido		<u>2.214.175</u>	<u>1.932.279</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>5.268.165</u>	<u>5.279.228</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 03.953.509/0001-47

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017
Receita / Ingresso	18	757.134	772.538
Suprimento de Energia Elétrica		756.753	772.382
Energia Elétrica de Curto Prazo		381	156
Tributos		(72.623)	(76.086)
PIS-PASEP		(12.928)	(13.572)
COFINS		(59.696)	(62.514)
Encargos - Parcela "A"		(3.482)	(3.436)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(70)	(44)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(147)	(148)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(3.266)	(3.244)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		681.028	693.016
Gastos Operacionais	19	(75.548)	(117.240)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(31.712)	(81.873)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(1.060)	(936)
Pessoal e Administradores	20	(29.550)	(34.184)
Material		(1.124)	(1.399)
Serviços de Terceiros		(10.253)	(14.600)
Arrendamento e Aluguéis		(452)	(548)
Seguros		(802)	(833)
Doações, Contribuições e Subvenções		(984)	(528)
Provisões		59	77
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(320)	(129)
(-) Recuperação de Despesas		10	40
Tributos		(42)	(39)
Depreciação e Amortização		(29.505)	(28.835)
Amortização de ágio		(9.966)	(9.966)
Gastos Diversos		(764)	(774)
Outras Receitas Operacionais		40.927	57.362
Outras Despesas Operacionais		(11)	(76)
Resultado da Atividade		605.480	575.776
Equivalência Patrimonial	10.1.1	471.951	401.240
Resultado Financeiro	21	(211.578)	(323.378)
Receitas Financeiras		63.426	68.684
Despesas Financeiras		(275.004)	(392.062)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		865.853	653.638
Despesa com Impostos sobre o Lucro	8	(93.914)	(47.590)
Resultado Líquido do Exercício		771.939	606.049
Atribuível aos Acionistas Controladores		771.939	606.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 03.953.509/0001-47
Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado Líquido do Exercício	771.939	606.049
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial Líquida dos Impostos	(1.162)	2.537
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>770.777</u>	<u>608.586</u>
Atribuível aos Acionistas Controladores	<u>770.777</u>	<u>608.586</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 03.953.509/0001-47
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Resultado Abrangente acumulado	Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	1.043.922	239.691	293.862	(23.074)	186.947	(16.823)	1.724.526
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	606.049	606.049
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	2.537	-	-	2.537
Mutações internas do patrimônio líquido							
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	307.503	-	-	(307.503)	-
Transações de capital com os acionistas							
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	(196.500)	(196.500)
Juros sobre capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	(115.896)	(115.896)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	(186.947)	-	(186.947)
Juros sobre capital próprio adicional proposto	-	-	-	-	98.511	-	98.511
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1.043.922	239.691	601.365	(20.537)	98.511	(30.673)	1.932.279
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	771.939	771.939
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	(1.162)	-	-	(1.162)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	592.382	-	-	(592.382)	-
Reversão parcial da reserva de reforço de capital de giro	-	-	(200.000)	-	-	200.000	-
Transações de capital com os acionistas							
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Aprovação do juros sobre capital próprio adicional proposto - JCP	-	-	-	-	(98.511)	-	(98.511)
Juros sobre capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	(120.513)	(120.513)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(71.099)	(71.099)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	1.243	-	-	-	-	1.243
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	1.043.922	240.934	993.747	(21.699)	-	(42.728)	2.214.175

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 03.953.509/0001-47
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	771.939	606.049
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	10.998	11.280
Depreciação	28.473	27.521
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	1	18
Imposto de renda e Contribuição social	96.520	47.590
Juros e variações monetárias	244.561	364.029
Equivalência patrimonial	(471.951)	(401.240)
Obrigações pós-emprego	1.553	2.067
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	320	129
Provisões para litígios	3.169	2.326
	685.583	659.769
Redução (aumento) de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	56.211	(6.347)
Depósitos vinculados a litígios	(140)	200
Tributos compensáveis	8.449	3.567
Outros ativos operacionais	2.719	(14.962)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	382.255	912.042
Aumento (redução) de passivos		
Encargos setoriais	2.981	(59)
Fornecedores	(10.304)	(12.437)
Obrigações pós-emprego	(1.068)	(603)
Salários e encargos sociais	-	196
Tributos e contribuição social	(18.149)	(16.857)
Provisões para litígios pagos	(154)	(278)
Outros passivos operacionais	(241)	439
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.108.142	1.524.670
Encargos de dívidas pagos	(220.614)	(346.494)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58.193)	(79.724)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	829.335	1.098.452
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento de participação societária	(10)	-
Adições do Intangível	(1.340)	(526)
Redução de capital em subsidiárias	-	319.668
Aquisições de imobilizado	(4.488)	(5.620)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(50.000)
Operações de mútuo com controladas e coligadas	(293.440)	(100.435)
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento	(299.278)	163.087
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.782.781	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(2.404.757)	(862.290)
Liquidação de operações com derivativos	36.777	26.339
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(298.511)	(779.533)
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento	(883.710)	(1.615.484)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(353.653)	(353.945)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	435.567	789.512
No fim do exercício	81.913	435.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 03.953.509/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária de serviço público e com participação no capital social de outras Companhias. A Companhia detém a concessão para exploração da usina hidrelétrica Cariobinha e a usina termelétrica de Carioba, com potência total instalada de 1,3 MW e 36 MW, respectivamente. Estes empreendimentos encontram-se desativados enquanto aguardam posicionamento do Ministério de Minas e Energia sobre o encerramento antecipado de sua concessão. A partir de 30 de setembro de 2015, passou a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 – Km 2,5, CEP 13088-900 – Parque São Quirino em Campinas, Estado de São Paulo.

A concessão da CPFL Geração se encerra em 2042, prazo final das concessões de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Possui ainda parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios). Estes ativos estão classificados nestas demonstrações contábeis regulatórias como propriedade para investimento – bens de renda.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou nas demonstrações contábeis regulatórias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 611.849.

A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

1.1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Desde 1995 o governo brasileiro adotou inúmeras medidas para reformar o Setor Elétrico Brasileiro, que culminaram em 15 de março de 2004 na promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que reestruturou o setor de energia elétrica com o objetivo final de oferecer aos consumidores um abastecimento seguro de energia elétrica a uma tarifa adequada.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora, e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil com tarifas adequadas por meio de processos de leilão competitivos de eletricidade. Os principais elementos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- Criação de dois “ambientes” para comercialização de energia elétrica, sendo (i) o mercado regulado mais estável em termos de fornecimento de energia elétrica denominado de Ambiente de Contratação Regulada – ACR; e (ii) um mercado especificamente destinado a certos participantes entre eles consumidores livres e agentes comercializadores, que permita certo grau de competição, denominado Ambiente de Contratação Livre - ACL.
- Restrições a determinadas atividades para as distribuidoras, de forma a exigir que estas se concentrem em seu negócio essencial de distribuição, para promover serviços mais eficientes e confiáveis a Consumidores Cativos.
- Eliminação do direito à chamada auto contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas.
- Manutenção de contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico inclui entre outras disposições, normas relativas a procedimentos de leilão, a forma elaboração de *Power Purchase Agreement* - PPAs e o método de repasse de custos aos consumidores finais. Nos termos da regulamentação, todas as partes que comprem energia elétrica devem contratar a totalidade de sua demanda de energia elétrica. As partes que venderem energia elétrica devem apresentar o correspondente lastro físico, por exemplo, a quantidade de energia vendida na CCEE deve ser previamente comprada no âmbito de PPAs e/ou gerada por usinas do próprio vendedor. Os agentes que descumprirem tais exigências ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL e CCEE.

A partir de 2005, todo agente gerador, distribuidor, transmissor de energia, produtores independentes de energia, consumidores livres e especiais, deverão notificar ao MME até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, conforme o caso, para cada um dos cinco anos subsequentes.

A proteção contra certos riscos hidrológicos para geradores hidrelétricos com despacho centralizado é proporcionada pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica determinando que geradores hidrelétricos compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Interligado Nacional. De acordo com a legislação brasileira, a cada usina hidrelétrica é atribuída uma Energia Assegurada, determinada em cada contrato de concessão pertinente, independentemente da quantidade de energia elétrica gerada pela usina, o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, transfere a energia excedente daqueles que geraram além de sua Energia Assegurada para aqueles que geraram abaixo. O despacho efetivo de geração é determinado pelo ONS tendo em vista a demanda de energia em âmbito nacional e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da energia assegurada, é precificada por uma tarifa denominada tarifa de energia de otimização, que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional deve ser contabilizada mensalmente para cada gerador.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.2 Participações Societárias

A Companhia possui participações nas seguintes sociedades (informações sobre capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes). Estas participações societárias estão registradas nestas demonstrações contábeis regulatórias pelo método de equivalência patrimonial.

Controladas pela Companhia:

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN que é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)

A Companhia detém e controla com participação de 51,56%, a CPFL Renováveis que é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2018, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 110 projetos de 2.480,1 MW de capacidade instalada (2.132,7 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 44 PCH's (514,9 MW) com 40 PCH's em operação (453,1 MW) e 4 PCH's em desenvolvimento (61,8 MW);
- Geração de energia eólica: 57 projetos (1.594,1 MW) com 45 projetos em operação (1.308,5 MW) e 12 projetos em construção/desenvolvimento (285,6 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370 MW);
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW);

CPFL Transmissão Piracicaba S.A. (“CPFL Transmissão Piracicaba”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012, pela CPFL Geração, para operar na concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, para a construção e operação de uma subestação de 440 KV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão.

CPFL Transmissão Morro Agudo S.A. (“CPFL Transmissão Morro Agudo”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500/138 KV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica iniciou suas operações em 02 de julho de 2017.

CPFL Transmissão Maracanaú S.A. (“CPFL Transmissão Maracanaú”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em julho de 2018 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 KV, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2 km de extensão.

Empreendimentos controlados em conjunto

BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)

Controlado em conjunto com participação de 48,72%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração do aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a terceira e última turbina em maio do mesmo ano. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015, a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoeletricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”)

Controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense é uma sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a quarta e última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos e aprovados pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas pela ANEEL.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins Regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicada na nota explicativa 26, para melhor entendimento do leitor.

A administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 12 de abril de 2019.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpfl.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 25 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Tributos diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10.2 – Propriedade para investimento – bens de renda;
- Nota 11 – Imobilizado e Intangível (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Benefício Pós-Emprego (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); e
- Nota 16 – Provisões para litígio e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis regulatórias estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2018 descritas na nota explicativa 3.14

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um

risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Instrumentos Financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

- i. Registrados pelo valor justo por meio do resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- ii. Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais passivos financeiros:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- (ii) Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 25.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Propriedade para investimento bens de renda

Compreende os bens originados do ativo imobilizado que estão em posse de terceiro para obtenção de renda. Os bens registrados como bens de renda são depreciados pelas mesmas taxas estabelecidas para o Imobilizado em serviço ou intangível em serviço.

3.4 Imobilizado em serviço

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2,57% a 13,63%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.5 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

3.6 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágio direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

3.7 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- I. Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado como disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, basicamente Ativo Imobilizado e Intangível sujeitos à depreciação/amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio de aquisição, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.8 Investimentos

Os investimentos para as empresas controladas, empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) e coligadas, são mensurados e registrados nestas demonstrações contábeis regulatórias pelo método de equivalência patrimonial. Para os exercícios de 2018 e 2017, os valores de investimento por equivalência registrado na Companhia, oriundo das empresas CPFL Renováveis, CERAN, BAESA, ENERCAN, Chapecoense e EPASA, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por conta da não obrigatoriedade de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias para as concessionárias de geração em regime de produção independente e autorizadas, conforme previsto na Instrução Contábil nº 6.2.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Adicionalmente, conforme nota divulgação pela ANEEL, não há exigência compulsória pela ANEEL para preparação e divulgação de demonstração contábil regulatória consolidada, portanto a Companhia prepara apenas demonstrações contábeis regulatórias individuais.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.10 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos por competência em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (revisado 2011) – Benefícios a Empregados, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.11 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas

contábeis brasileiras e internacionais, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações contábeis regulatórias após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis regulatórias.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço anual ou semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua proposição pela Administração.

3.12 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de suprimento da CPFL Geração proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Em 2018 as receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais do total de receitas da Companhia são como seguem: Furnas R\$ 544.342 (68%) e CPFL Paulista R\$ 137.236 (17%).

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia registra em suas demonstrações contábeis regulatórias os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A Companhia e suas controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Novas normas e interpretações vigentes adotadas na Contabilidade Societária e não adotadas na Contabilidade Regulatória

Foram emitidas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018, mas que não foram aprovadas pela ANEEL, e portanto, não foram aplicadas a essas demonstrações contábeis regulatórias:

a) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros

Aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, a norma IFRS 9 / CPC 48, estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros passam a ser classificados em três categorias, baseados no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos estabelecidos pelo IAS 39 / CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

Com as mudanças do risco de crédito, os passivos financeiros que estavam designados a valor justo contra o resultado até o exercício de 2017, geraram impactos nos registros referentes às mudanças no risco de crédito em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício. Os efeitos da adoção inicial foram reconhecidos de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2018, totalizando uma perda de R\$ 11.404 (R\$ 7.526 líquido dos efeitos tributários) em lucros acumulados, cuja contrapartida foi a conta de outros resultados abrangentes.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 / CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, no lugar do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39 / CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Isso significa dizer que não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, não foram apurados efeitos acumulados da adoção inicial.

b) IFRIC 22 / ICPC 21 – Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 8 de dezembro de 2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

As transações em moeda estrangeira da Companhia restringem-se, atualmente, aos instrumentos de dívida com instituições financeiras internacionais, mensuradas a valor justo. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo desta interpretação, a Administração da Companhia avalia que o IFRIC 22 não causou nem causará impactos relevantes em suas demonstrações contábeis regulatórias.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias:

a) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial efeito da aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 e espera um impacto imaterial nas demonstrações contábeis regulatórias.

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o pronunciamento, e espera que sua adoção não causará impactos materiais nestas demonstrações contábeis regulatórias.

b) IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

A IFRS 23 / ICPC 22 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação preliminarmente e não espera impactos materiais na adoção desta interpretação.

c) Melhorias Anuais às IFRS / Ciclo 2015 - 2017

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 12 de dezembro de 2017 foram publicadas medidas referentes ao ciclo 2015-2017, com início a partir de 1º de janeiro de 2019:

IFRS 3 Combinações de Negócios e IFRS 11 Negócios em Conjunto - esclarece que quando uma entidade obtém o controle de um negócio que é uma operação em conjunto, ela mensura interesses anteriormente mantidos naquele negócio. Sobre a IFRS 11, esclarece que quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, a entidade não repassa as participações anteriormente detidas naquele negócio.

IAS 12 Imposto de Renda - esclarece os requisitos sobre as exigências dos efeitos do reconhecimento do imposto de renda de dividendos referentes as transações ou eventos que geraram lucros a distribuir.

IAS 23 Custos de Empréstimos - esclarece que se qualquer empréstimo permanecer em aberto após o ativo relacionado estar disponível para uso ou venda, esse empréstimo torna-se parte dos recursos

que uma entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis regulatórias.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 25), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Bancários	314	45
Aplicações Financeiras	<u>81.599</u>	<u>435.522</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	647
Certificado de depósito bancário (b)	81.599	-
Fundos de investimento (c)	-	434.875
Total	<u>81.913</u>	<u>435.567</u>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificado de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

- b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média, a 100,3% do CDI.
- c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente na média de 79% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição das Contas a Receber

	Valores Correntes			Total em 31/12/2018	Total em 31/12/2017	
	Correntes a Vencer	Correntes Vencidas				
	Até 60 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos			
Suprimento Energia - Moeda Nacional	98.849	28.430	(422)	126.857	183.388	
TOTAL	98.849	28.430	(422)	126.857	183.388	
				Circulante	98.427	155.298
				Não Circulante	28.430	28.090
					126.857	183.388

Provisão para devedores duvidosos:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2016	(275)
Provisão revertida (constituída) líquida	(121)
Saldo em 31/12/2017	(396)
Provisão revertida (constituída) líquida	(27)
Recuperação de receita	(294)
Baixa de contas a receber provisionadas	294
Saldo em 31/12/2018	(422)
Circulante	(422)
Não circulante	-

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O saldo do não circulante de R\$ 28.430 refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica, que compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	3.987
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	9.388
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.588	1.508
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (*)	13.037	10.052
Programa de integração social - PIS	709	755
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.273	3.483
Outros	3	3
Total	<u>24.610</u>	<u>29.175</u>

(*) **Imposto de renda retido na fonte – IRRF** - Os saldos referem-se principalmente IRRF sobre aplicações financeiras.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

Composição dos créditos (débitos) fiscais:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(8.125)	(2.794)
Subtotal	(8.125)	(2.794)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	-	3.096
Benefício fiscal do ágio incorporado	12.061	13.992
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(22.571)	(7.762)
Subtotal	(10.510)	9.326
Total	<u>(18.636)</u>	<u>6.532</u>
Total crédito fiscal	-	8.979
Total débito fiscal	(18.636)	(2.448)

Composição das diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis:

	31/12/2018		31/12/2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para litígios	1.094	3.038	775	2.153
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67	187	65	180
Programas de P&D e eficiência energética	3	10	3	8
Provisão relacionada a pessoal	197	547	181	502
Derivativos	(10.308)	(28.633)	3	9
Instrumentos financeiros (CPC)	(1.287)	(3.574)	(5.167)	(14.353)
Perdas atuariais (CPC)	554	1.538	554	1.538
Depreciação acelerada incentivada	(149)	(415)	(104)	(288)
Outros	163	454	155	430
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	1.540	4.277	741	2.058
Total	(8.125)	(22.571)	(2.794)	(7.762)

Expectativa de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de (i) diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia.

Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2019	3.603
2020	2.091
2021	1.947
2022	1.810
2023	1.688
2024 a 2026	4.339
2027 a 2029	10.251
Total	25.729

Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018		2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	865.853	865.853	653.638	653.638
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(471.951)	(471.951)	(401.240)	(401.240)
Amortização de intangível Adquirido	-	579	-	579
Realização correção monetária complementar	2	2	2	2
Juros sobre o capital próprio	(120.513)	(120.513)	(115.896)	(115.896)
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(18)	(18)	(11)	(11)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.252	2.480	1.826	3.493
Base de cálculo	275.625	276.433	138.319	140.566
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(24.806)	(69.108)	(12.449)	(35.142)
Corrente	(18.676)	(47.054)	(14.388)	(39.058)
Diferido	(6.130)	(22.054)	1.940	3.917

(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) no exercício de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	2018		2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/ (ganhos) atuariais	4.179	4.179	(3.845)	(3.845)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(375)	(1.045)	346	961
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	(424)	(1.174)		
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(799)	(2.219)	346	961

9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos - Fundação CESP	62	90	134	134
Despesas Antecipadas	1.706	1.675	-	-
Adiantamentos a funcionários	214	212	-	-
Indenizações de sinistros	21.963	24.082	-	-
Ordem de Dispêndios a Reembolsar	767	-	-	-
Outros	601	213	-	-
Total	25.313	26.272	134	134

10. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

10.1 - Participações Societárias Permanentes

	31/12/2018	31/12/2017
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial		
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.407.638	3.342.234
Mais valia de ativos, líquidos	10.060	10.640
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	50.000
Total	3.417.698	3.402.873

10.1.1 - Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital - %	31/12/2018			31/12/2018		31/12/2017		2018	2017
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação líquida	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial		
Baesa	99.618.754	25,01	398.381	700.590	3.164	175.189	187.654	791	11.849		
Enercan	97.831.000	48,72	200.787	359.422	208.100	175.122	176.998	101.392	85.808		
Chapecoense	364.399.765	51,00	714.509	742.271	249.510	378.558	385.870	127.250	120.651		
Epasa	150.941.650	53,34	221.413	452.601	197.481	241.433	240.388	105.343	94.663		
CPFL Renováveis	259.748.799	51,56	3.398.048	4.147.795	113.010	2.130.295	2.070.783	58.268	7.875		
Ceran	78.000.000	65,00	120.000	218.423	99.230	141.975	159.773	64.500	70.477		
CPFL Transmissão Piracicaba	82.585.354	100,00	82.585	67.240	6.388	67.240	70.298	6.388	6.737		
CPFL Transmissão Morro Agudo	50.010.000	100,00	100.010	97.817	8.018	97.817	50.470	8.018	3.180		
CPFL Transmissão Maracanaú	10.000	100,00	10.000	10	-	10	-	-	-		
						3.407.638	3.342.234	471.950	401.240		

10.1.2 - A movimentação dos saldos de investimento no exercício de 2018 é como segue:

Investimentos	Saldo em 31/12/2017	Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018
		Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendo e juros sobre capital próprio	
Baesa	187.654	-	791	(13.257)	175.188
Enercan	176.998	-	101.392	(103.269)	175.121
Chapecoense	385.870	-	127.250	(134.561)	378.559
Epasa	240.388	-	105.343	(104.299)	241.432
CPFL Renováveis	2.070.783	1.243	58.268	-	2.130.294
Ceran	159.773	-	64.500	(82.298)	141.975
CPFL Transmissão Piracicaba	70.298	-	6.388	(9.446)	67.240
CPFL Transmissão Morro Agudo	50.470	50.000	8.018	(10.671)	97.817
CPFL Transmissão Maracanaú	-	10	-	-	10
	3.342.234	51.253	471.950	(457.801)	3.407.638

10.1.3 - Dividendo a receber:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CPFL Sul Centrais Elétricas	-	4.000
BAESA	3	108
ENERCAN	65.010	21.184
CERAN	48.567	17.619
Chapecoense	33.733	32.734
CPFL Transmissão Piracicaba	21.255	16.389
CPFL Transmissão Morro Agudo	3.616	2.735
CPFL Renováveis	-	1.870
	<u>172.184</u>	<u>96.640</u>

10.1.4 - Participação de acionistas não controladores e Controladas em Conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

10.1.5 - Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CERAN	CPFL Renováveis	Total
Saldo em 31/12/2016	263.719	2.060.963	2.324.682
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	37.949	13.720	51.669
Dividendos	(92.832)	(16.620)	(109.452)
Outras movimentações	(122.806)	16	(122.790)
Saldo em 31/12/2017	86.031	2.058.078	2.144.109
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	34.731	62.469	97.200
Dividendos	(44.314)	(8.671)	(52.985)
Outras movimentações	-	817	817
Saldo em 31/12/2018	76.448	2.112.693	2.189.141
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,44%	

10.1.6 - Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 dezembro de 2018 e 2017, são como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	CPFL		CPFL	
	CERAN	Renováveis	CERAN	Renováveis
Ativo circulante	80.367	1.330.819	110.566	1.623.645
Caixa e equivalentes de caixa	32.729	876.571	37.043	950.215
Ativo não circulante	799.390	10.845.036	848.445	11.232.357
Passivo circulante	246.482	1.396.120	198.624	1.957.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.555	819.993	105.844	1.259.105
Outros passivo financeiros	13.406	7.670	12.360	7.258
Passivo não circulante	414.852	6.528.563	514.583	6.760.025
Empréstimos, financiamentos e debêntures	316.581	4.738.841	422.166	5.251.704
Outros passivo financeiros	89.965	-	83.766	-
Patrimônio líquido	218.423	4.251.172	245.804	4.138.977
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	218.423	4.147.795	245.804	4.032.448
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	103.377	-	106.529
	2018		2017	
	CPFL		CPFL	
	CERAN	Renováveis	CERAN	Renováveis
Receita operacional líquida	333.289	1.936.319	321.743	1.959.084
Custo e despesa operacional	(95.321)	(727.557)	(103.671)	(737.472)
Depreciação e amortização	(41.378)	(623.106)	(45.212)	(617.017)
Receita de juros	6.191	93.076	30.489	126.041
Despesa de juros	(53.630)	(517.403)	(40.202)	(648.571)
Despesa de imposto sobre a renda	(48.239)	37.276	(54.099)	(74.125)
Lucro (prejuízo) líquido	99.230	118.805	108.427	19.645
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	99.230	109.264	108.427	11.484
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	9.542	-	8.162

10.1.7 - Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 dezembro de 2018, e 2017 são como segue:

	31/12/2018				31/12/2017			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	208.326	68.956	345.737	327.084	182.843	124.361	329.721	319.222
Caixa e equivalentes de caixa	66.519	17.425	184.002	18.269	48.695	17.873	116.425	74.741
Ativo não circulante	1.033.320	966.664	2.604.162	502.618	1.101.291	1.030.904	2.745.989	531.527
Passivo circulante	385.271	50.639	424.635	152.168	291.010	121.369	426.695	157.343
Empréstimos, financiamentos e debêntures	137.225	-	138.706	34.473	140.090	63.154	138.788	34.299
Outros passivo financeiros	5.869	34.832	74.156	1.346	4.085	17.113	67.897	993
Passivo não circulante	496.953	284.391	1.782.993	224.933	629.850	283.456	1.892.407	242.765
Empréstimos, financiamentos e debêntures	383.358	-	1.045.402	151.964	510.874	-	1.172.181	186.373
Outros passivo financeiros	26.936	272.079	734.630	-	25.115	265.250	716.986	-
Patrimônio líquido	359.422	700.590	742.271	452.601	363.273	750.440	756.608	450.641
	2018				2017			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	591.875	321.142	863.861	840.005	580.430	412.329	829.525	789.402
Custo e despesa operacional	(188.756)	(214.448)	(191.749)	(562.097)	(273.339)	(265.955)	(186.638)	(518.352)
Depreciação e amortização	(50.051)	(50.609)	(117.858)	(34.525)	(52.773)	(50.621)	(126.811)	(35.640)
Receita de juros	4.793	4.176	15.729	4.258	32.849	4.906	24.639	6.102
Despesa de juros	(46.042)	(53.946)	(205.138)	(17.491)	(31.135)	(27.986)	(183.237)	(26.197)
Despesa de imposto sobre a renda	(101.484)	(1.229)	(124.284)	(38.740)	(88.229)	(25.442)	(123.307)	(39.892)
Lucro (prejuízo) líquido	208.100	3.164	249.510	197.481	176.113	47.385	236.570	177.458
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN, BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

10.1.8 - Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

10.2 - A composição do Adiantamento para futuro aumento de capital, é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Investimento		
CPFL Transmissão Morro Agudo (nota 10.1)	-	50.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		
CPFL Renováveis	300.000	300.000
TOTAL	300.000	350.000

10.3 - Propriedade para Investimento – Bens de Renda

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31/12/2016	4.675	176.807	81.761	253.840	176	517.259
Custo histórico	4.675	311.406	156.014	484.565	567	957.227
Depreciação acumulada	-	(134.599)	(74.253)	(230.725)	(391)	(439.968)
Depreciação	-	(8.808)	(4.046)	(14.045)	(31)	(26.931)
Saldo em 31/12/2017	4.675	168.000	77.714	241.275	145	491.809
Custo histórico	4.675	311.406	156.014	486.046	567	958.708
Depreciação acumulada	-	(143.407)	(78.299)	(244.770)	(422)	(466.899)
Depreciação	-	(8.808)	(4.046)	(14.250)	(31)	(27.136)
Saldo em 31/12/2018	4.675	159.192	73.668	231.184	113	468.831
Custo histórico	4.675	311.406	156.014	490.204	567	962.866
Depreciação acumulada	-	(152.214)	(82.346)	(259.021)	(454)	(494.035)

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (*)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Geração	22.447	-	(39)	4.509	(4.158)	22.758	4.470	(17.215)	5.544	6.541
Terrenos	324	-	-	-	-	324	-	-	324	324
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.612	-	-	-	-	3.612	-	(3.099)	513	611
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.818	-	-	-	-	2.818	-	(2.438)	380	448
Máquinas e Equipamentos	12.416	-	-	4.273	(4.158)	12.530	4.273	(8.984)	3.546	4.393
Veículos	1.717	-	(39)	236	-	1.914	197	(1.271)	643	595
Móveis e Utensílios	1.560	-	-	-	-	1.560	-	(1.422)	138	170
Subtotal	22.447	-	(39)	4.509	(4.158)	22.758	4.470	(17.215)	5.544	6.541
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Geração	12.869	4.488	-	(4.509)	-	12.849	(21)	-	12.849	12.869
Máquinas e Equipamentos	8.416	3.298	-	(431)	-	11.283	2.868	-	11.283	8.416
Outros	4.454	1.190	-	(4.078)	-	1.566	(2.888)	-	1.566	4.454
Subtotal	12.869	4.488	-	(4.509)	-	12.849	(21)	-	12.849	12.869
Total do Ativo Imobilizado	35.316	4.488	(39)	-	(4.158)	35.607	4.449	(17.215)	18.393	19.410

(*) Itens transferidos para Bens de Renda

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Geração	15.624	-	-	-	15.624	-	(13.345)	2.278	3.310
Softw ares	15.624	-	-	-	15.624	-	(13.345)	2.278	3.310
Subtotal	15.624	-	-	-	15.624	-	(13.345)	2.278	3.310
Ativo Intangível em Curso									
Geração	525	1.340	-	-	1.865	1.340	-	1.865	525
Softw ares	525	1.340	-	-	1.865	1.340	-	1.865	525
Subtotal	525	1.340	-	-	1.865	1.340	-	1.865	525
Total do Ativo Intangível	16.148	1.340	-	-	17.489	1.340	(13.345)	4.143	3.835

Teste de redução ao valor recuperável - Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipa-mentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	833	-	833
Máquinas e Equipamentos	2.016	1.279	4	3.298
Veiculos	342	8	-	350
Móveis e Utensílios	7	-	-	7
Total das Adições	2.358	2.121	4	4.488

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL no 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Geração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Estrutura da tomada d'água	2,86%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina hidráulica	2,50%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	109	85
Suprimento de Energia Elétrica	3.960	12.956
Materiais e serviços	2.811	4.143
Total	<u>6.880</u>	<u>17.184</u>

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

13.1 Encargos de Dívidas, Empréstimos e Financiamentos

	<u>Encargos</u>		<u>Principal</u>		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>		
Empréstimos e financiamentos	5.515	619.901	276.169	901.586	1.434.663	
Debêntures	22.426	243.607	1.605.376	1.871.409	1.808.059	
Total	<u>27.941</u>	<u>863.509</u>	<u>1.881.545</u>	<u>2.772.995</u>	<u>3.242.723</u>	

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	<u>Saldo inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Amortizaçã</u>	<u>o principal</u>	<u>Encargos, atualização monetária e marcação a mercado</u>	<u>Atualização cambial</u>	<u>Encargos pagos</u>	<u>Saldo Final</u>
	<u>31/12/2017</u>							<u>31/12/2018</u>
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
CDI	630.309	-	(558.551)	11.892	-	(23.783)	59.866	
Total ao custo	<u>630.309</u>	<u>-</u>	<u>(558.551)</u>	<u>11.892</u>	<u>-</u>	<u>(23.783)</u>	<u>59.866</u>	
Gastos com captação (*)	<u>(113)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(71)</u>	
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	814.778	194.995	(321.888)	38.895	161.423	(36.941)	851.261	
Marcação a mercado	(10.311)	-	-	838	-	-	(9.472)	
Total ao valor justo	<u>804.467</u>	<u>194.995</u>	<u>(321.888)</u>	<u>39.733</u>	<u>161.423</u>	<u>(36.941)</u>	<u>841.789</u>	
Total	<u>1.434.663</u>	<u>194.995</u>	<u>(880.439)</u>	<u>51.667</u>	<u>161.423</u>	<u>(60.724)</u>	<u>901.585</u>	
Circulante	<u>1.290.730</u>						<u>625.417</u>	
Não Circulante	<u>143.933</u>						<u>276.169</u>	

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2018	31/12/2017	Faixa de vencimento	Garantias
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
CDI					
Empréstimos bancários	109,50% do CDI	59.866	630.309	2019	Fiança da CPFL Energia
TOTAL moeda nacional		59.866	630.309		
Gastos com captação (*)		(71)	(113)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 1,41%	310.382	529.891	2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 3,13% a 4,32%	540.880	284.886	2019 a 2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
		851.262	814.777		
Marcação a mercado		(9.472)	(10.309)		
TOTAL moeda estrangeira		841.790	804.467		
Total		901.586	1.434.663		
	Circulante	625.375	1.290.730		
	Não Circulante	276.141	143.933		

(*) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial em variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 25.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPC's 38 e 39, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado) e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 841.790 (R\$ 804.467 em 31 de dezembro de 2017).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2018, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 9.472 (R\$ 10.309 em 31 de dezembro 2017), que compensados pelas perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 12.120 (R\$ 10.478 em 31 de dezembro de 2017), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram uma perda líquida de R\$ 2.648 (perda líquida de R\$ 169 em 31 de dezembro de 2017).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2020	154.964
2021	127.868
Subtotal	282.832
Marcação a mercado	(6.663)
Total	276.169

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada		% da dívida	
	2018	2017	31/12/2018	31/12/2017
CDI	6,40	6,89	100,00	100,00
			100,00	100,00

Principais adições no exercício:

Modalidade	R\$ mil			Pagamento de juros	Destinação dos recursos	Cláusula restritiva - covenant financeiro
	Total aprovado	Liberado em 2018	Liberado líquido dos gastos de captação			
Moeda Estrangeira:						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	194.995	194.995	194.995	Trimestral	Capital de Giro	CPFL Energia: (i) Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,75 vezes; (ii) EBITDA/Resultado Financeiro \geq 2,25 vezes.
	194.995	194.995	194.995			

Pré-pagamento:

No ano de 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 558.551 de empréstimos cujo vencimento original era março de 2019.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

13.2 Encargos de Debêntures e Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
Mensuradas ao custo - pós fixado						
60104 - CDI	1.667.015	1.590.000	(1.524.318)	132.085	(139.785)	1.724.998
IND_FIN_IPCA - IPCA	143.528	-	-	13.836	(8.077)	149.287
Total ao custo	1.810.543	1.590.000	(1.524.318)	145.921	(147.862)	1.874.285
Gastos com captação (*)	(2.484)	(2.214)	-	1.822	-	(2.876)
CSO - TOTAL	1.808.060	1.587.786	(1.524.318)	147.743	(147.862)	1.871.409
Curto Prazo	727.943					266.033
Longo Prazo	1.080.117					1.605.376

(*) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros a.a.	31/12/2018	31/12/2017	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
CDI	(i) De 105,75% a 107,50% do CDI	1.724.998	1.667.015	2018 a 2023	Fiança da CPFL Energia
	(ii) CDI + 0,75%	<u>1.724.998</u>	<u>1.667.015</u>		
IPCA	IPCA + de 5,47% a 5,86%	149.287	143.528	2019 a 2021	Fiança da CPFL Energia
		<u>149.287</u>	<u>143.528</u>		
Total		<u>1.874.285</u>	<u>1.810.543</u>		
Gastos com captação (*)		(2.875)	(2.483)		
Total		<u>1.871.409</u>	<u>1.808.060</u>		

(*) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados

Ano de vencimento

2020	152.465
2021	753.202
2022	349.795
2023	349.914
Total	<u>1.605.376</u>

Principais adições no exercício:

Os recursos obtidos pelas principais adições abaixo tiveram a destinação para o plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e o pagamento de juros é semestral.

Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros
		Liberado em 2018	Liberado líquido dos gastos de emissão	
10ª emissão	190.000	190.000	189.838	Semestral
11ª emissão	1.400.000	1.400.000	1.397.949	Semestral
		<u>1.590.000</u>	<u>1.587.787</u>	

Pré-pagamento:

No ano de 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 635.000 de debêntures cujos vencimentos originais eram de abril de 2019.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice que varia entre 3,0 e 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

13.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

	Encargos Circulante e Não Circulante	Principal		31/12/2018	31/12/2017
		Circulante	Não Circulante		
Dívida Bruta	27.941	870.502	1.901.441	2.799.884	3.286.910
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	897	58.969	-	59.866	630.309
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	4.619	560.974	276.197	841.790	804.467
Debêntures	22.426	244.773	1.607.086	1.874.285	1.810.543
Gastos com Captação	-	(1.209)	(1.738)	(2.946)	(2.597)
Benefício pós emprego	-	1.350	19.896	21.245	16.851
Derivativos a Pagar	-	5.644	-	5.644	27.607
Ativos Financeiros	-	(595.466)	(19.174)	(614.640)	(610.695)
Alta Liquidez	-	(81.913)	-	(81.913)	(435.567)
Derivativos a Receber	-	(105.824)	(19.174)	(124.997)	(74.670)
		(407.730)	-	(407.730)	(100.458)
Dívida Líquida	27.941	275.036	1.882.267	2.185.244	2.676.214

14. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados conforme abaixo:

14.1 Características

Atualmente vigora para os funcionários da Companhia um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido ("BD") – vigente até 31 de outubro de 1997 – plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Salgado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os Benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

14.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2018
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	119.964
Valor justo dos ativos do plano	(98.836)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	21.128

	31/12/2017
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	110.801
Valor justo dos ativos do plano	(94.379)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	16.423

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Ativo
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2016	(89.533)
Rendimento esperado no ano	(9.437)
Contribuições de patrocinadoras	(753)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(3.487)
Benefícios pagos no ano	8.831
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2017	(94.379)
Rendimento esperado no ano	(8.634)
Contribuições de patrocinadoras	(1.027)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(4.230)
Benefícios pagos no ano	9.433
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2018	(98.837)

	Passivo
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2016	108.486
Custo do serviço corrente bruto	73
Juros sobre obrigação atuarial	11.431
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	14
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(372)
Benefícios pagos no ano	(8.831)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2017	110.801
Custo do serviço corrente bruto	78
Juros sobre obrigação atuarial	10.109
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	8.409
Benefícios pagos no ano	(9.433)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2018	119.964

14.3 Movimentação do passivo registrado

As movimentações ocorridas no passivo líquido foram as seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo atuarial líquido no início do exercício	16.423	18.954
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.553	2.067
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(1.027)	(753)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	14
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	8.409	(372)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(4.230)	(3.487)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	21.128	16.423
Outras contribuições	117	158
Total passivo	<u>21.246</u>	<u>16.581</u>
Circulante	1.350	986
Não Circulante	19.896	15.595

14.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2019 estão apresentadas no montante de R\$ 2.525.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	
2019	9.638
2020	9.966
2021	10.202
2022	10.423
2023 a 2028	66.555
Total	<u>106.784</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,5 anos.

14.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2019 e as despesas reconhecidas em 2018 e 2017, são como segue:

	<u>2019 estimadas</u>
Custo do serviço	84
Juros sobre obrigações atuariais	10.507
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.699)
Total da despesa (receita)	<u>1.892</u>

	<u>2018 realizadas</u>
Custo do serviço	78
Juros sobre obrigações atuariais	10.109
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(8.634)</u>
Total da despesa (receita)	<u>1.553</u>

	<u>2017 realizadas</u>
Custo do serviço	73
Juros sobre obrigações atuariais	11.431
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(9.437)</u>
Total da despesa (receita)	<u>2.067</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,56% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

14.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, administrados pela Fundação CESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2019, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2018.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Renda fixa	77%	77%
Títulos públicos federais	55%	53%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	4%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	4%	2%
Outros investimentos de renda fixa	15%	17%
Renda variável	15%	15%
Fundos de investimento em ações	15%	15%
Investimentos estruturados	2%	3%
Fundos de investimento multimercado	2%	3%
Cotados em mercado ativo	94%	94%
Imóveis	3%	3%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	6%	6%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta para 2019</u>
Renda Fixa	70,90%
Renda variável	9,56%
Imóveis	4,63%
Empréstimos e financiamentos	2,09%
Investimentos estruturados	5,83%
Investimentos no exterior	6,99%
	100,00%

A meta de alocação para 2019 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Funcesp efetuada ao final de 2018 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2019, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de *déficit* atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Funcesp atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

14.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IFRS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	CPFL Geração
Taxa de desconto nominal(*)	-0,25 p.p.	2.889
	+0,25 p.p.	(2.768)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(2.718)
	-1 ano	2.684

(*) A premissa utilizada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,10% a.a. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 8,85% e 9,35%.

(**) A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da FUNCESP. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

14.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, ao qual inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de

recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Funcesp o que ocorre ao menos trimestralmente.

Além do controle do risco de mercado através da metodologia da divergência não planejada exigida pela legislação, a Funcesp utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: *VaR*, *Tracking Risk*, *Tracking Error* e *Stress Test*.

A Política de Investimentos da Fundação CESP impõe restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

15. TRIBUTOS

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Programa de integração social - PIS	978	907
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.505	4.179
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	5.927	486
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.932	-
IRRF sobre operações financeiras - IOF	-	435
Outros	586	568
Total	14.928	6.575

16. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções
Trabalhistas	270	129	359	128
Fiscais	11.855	615	8.211	442
Total	12.124	744	8.570	570

As movimentações da provisão para riscos e depósitos judiciais estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2018
Trabalhistas	359	86	(196)	-	20	270
Fiscais	8.211	3.227	-	(154)	570	11.855
Total	8.570	3.314	(196)	(154)	591	12.124

As provisões para riscos fiscais e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Nas provisões para riscos fiscais, as adições durante o exercício de 2018, referem-se substancialmente a discussões sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras. A Companhia ajuizou ação judicial objetivando discutir a aplicação do Decreto nº 8.426/15, que majorou as respectivas alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras de 0% para 4,65%. Tendo sido acolhido seu pedido liminar para suspender a exigibilidade dos referidos tributos, a Companhia vem, desde então, provisionando os valores que deixaram de ser recolhidos à Receita Federal do Brasil por força da referida liminar.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não (*"more likely than not"*) de que não haja desembolso para estes casos devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estavam assim representadas:

	31/12/2018	31/12/2017	Principais causas
Trabalhistas	1.661	49	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras dentre outros
Cíveis	28.326	25.150	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	1.350.880	1.134.699	Ações de cobrança retroativas de impostos de PIS, COFINS, ISS, CSLL e IRPJ
Regulatórias	197	472	Cobrança de encargo de serviços do sistema - ESS, prevista na Resolução nº 03
Total	1.381.063	1.160.369	

(a) Fiscais:

No final de dezembro de 2016 a CPFL Geração recebeu 1 (um) auto de infração no montante total atualizado de R\$ 414.470 (R\$ 316.372 em 31 de dezembro de 2017) relativo à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSa Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou que as chances de êxito são possíveis.

(b) Cíveis:

Está incluso nos processos cíveis, uma ação em que a Companhia em conjunto com Furnas, é citada como ré no qual solicita-se que as referidas empresas promovam medidas reparadoras e mitigadoras relativas aos impactos ambientais causados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, cujo montante atribuível à Companhia é estimado em R\$ 28.312 (R\$ 25.137 em 31 de dezembro de 2017).

(c) Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja nova decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não

é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 205.492.020 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

17.1 – Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 240.934, que compreende: i) R\$ 61.046, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis em decorrência do lançamento de ações e ii) R\$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA. iii) saldo devedor de R\$ 565 referente ao pagamento de minoritários. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

17.2 – Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 993.747, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 136.010, ii) Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 157.852 e iii) Reserva de reforço de capital de giro R\$ 699.885.

17.3 – Resultado abrangente acumulado

O saldo devedor de R\$ 21.699 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2);

17.4 – Dividendo

Na AGO de 26 de abril de 2018, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 98.511, líquido dos impostos.

Na AGE de 26 de junho de 2018, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 200.000.

Na AGE de 30 de novembro de 2018, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 102.436, líquido de impostos, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2018.

Foram pagos em 2018 o montante de R\$ 298.511 referente aos dividendos e juros sobre capital próprio.

17.5 – Destinação do lucro líquido societário do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

Lucro líquido societário do exercício	766.451
Reversão do resultado abrangente	25.070
Efeitos negativos da adoção inicial do CPC 48	(7.527)
Lucro líquido societário - base para destinação	783.994
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(592.383)
Juros sobre o capital próprio	(120.513)
Dividendo mínimo obrigatório	(71.099)

A Companhia não está constituindo Reserva Legal, por ter ultrapassado o limite estabelecido na legislação societária vigente.

18. RECEITA / INGRESSO

	GWh		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017
Suprimento de energia elétrica				
Furnas Centrais Elétricas S.A.	2.875	3.026	544.342	565.592
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	878	834	212.411	206.790
Energia elétrica de curto prazo	2	1	381	156
Total da receita / ingresso	3.755	3.861	757.134	772.538

19. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	GWh		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de curto prazo	-	-	(43)	1
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	836	835	34.992	90.217
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(3.237)	(8.345)
Subtotal	836	835	31.712	81.873
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos de uso do sistema de distribuição			1.168	1.031
Crédito de PIS e COFINS			(108)	(95)
Subtotal			1.060	936
Total			32.772	82.809

20. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2018	2017
Pessoal e Administradores		
<u>Pessoal</u>		
Remuneração	14.331	16.559
Encargos	3.901	4.265
Previdência privada - Corrente	822	893
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	1.553	2.067
Programa de demissão voluntária	-	10
Despesas rescisórias	1.302	351
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	2.213	2.819
Outros benefícios - Corrente	1.942	1.794
Outros (a)	289	59
Subtotal	26.353	28.816
<u>Administradores</u>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.599	3.695
Benefícios dos administradores	1.599	1.674
Subtotal	3.198	5.369
Total	29.550	34.184

(a) Capitalização de despesas com pessoal para ordens de investimentos "ODI"

21. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas	2018	2017
Rendas de aplicações financeiras	32.554	45.329
Acréscimos e multas moratórias	409	152
Atualização de créditos fiscais	1.526	282
Atualização de depósitos judiciais	1.255	42
Atualizações monetárias e cambiais	-	19.751
Juros sobre contratos de mútuo	17.716	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.073)	(2.387)
Outros	13.039	5.516
Total	63.426	68.684
Despesas		
Encargos de dívidas	(212.510)	(316.818)
Atualizações monetárias e cambiais	(51.694)	(71.854)
Outros	(3.136)	(3.390)
Total	(267.340)	(392.062)
Resultado Financeiro	(203.914)	(323.378)

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos, sendo apurado um ganho no montante de R\$ 109.067 em 2018 (perda de R\$ 46.973 em 2017), conforme detalhe na nota 25.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes companhias:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.2.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia.
- Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- Adiantamentos** - Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008, foi de R\$ 15.399 (R\$ 14.918 em 2017). Este valor é composto por R\$ 14.583 (R\$ 13.782 em de 2017) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 85 (R\$ 154 em 2017) de benefícios pós-emprego e reversão de provisão de R\$ 731 (pós emprego e reversão de provisão de R\$ 982 em 2017) de outros benefícios em 2017, valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

22.1) Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	2018	2017
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Campos Novos Energia S.A.	65.010	21.184	-	-	-	-	-	-
BAESA- Energética Barra Grande S.A.	3	108	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração	33.733	32.734	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	42.613	-	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
BAESA- Energética Barra Grande S.A.	-	152	-	-	2.225	1.819	-	-
Campos Novos Energia S.A.	-	152	-	-	1.902	1.819	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	15	2	-	-	2.143	2.143	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
BAESA- Energética Barra Grande S.A.	-	-	2.498	12.751	-	-	39.224	84.211
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	7.813	7.722
Outras operações financeiras								
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	418	440	-	-	(22)	(22)
BAESA –Energética Barra Grande S.A.	-	-	657	691	-	-	(35)	(35)
Campos Novos Energia S.A.	-	-	1.155	1.212	-	-	(57)	(57)
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	930	979	-	-	(49)	(49)
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	550	470

22.2) Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	2018	2017
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	39	-	-	-	-	-	(390)
Companhia Paulista de Força e Luz	-	77	-	217	-	-	64	2.110
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	37	-	78	-	-	-	926
Companhia Luz e Força Santa Cruz(*)	-	3	-	-	-	-	-	(29)
Companhia Leste Paulista de Energia(*)	-	1	-	-	-	-	-	(9)
Companhia Sul Paulista de Energia(*)	-	1	-	-	-	-	-	(11)
Companhia Jaguari de Energia	-	1	-	-	-	-	-	(6)
Companhia Luz e Força de Mococa(*)	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Rio Grande Energia S.A.	13	14	-	4	-	-	-	(129)
CPFL Energia S.A.	-	13	-	-	-	-	-	(147)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	5	-	-	-	-	-	(56)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	3	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	285	233
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	102.436	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	6.766
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	9	-	438	1
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	361	610	-	-	5.319	3.304
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	188	163	-	-	2.554	1.042
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	882	259	-	-	3.276	2.754
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	-	43
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	48.610	47.485	-	1.804	585.619	581.247	2.917	8.944
Companhia Paulista de Força e Luz	23.511	83.389	650	307	287.976	247.887	5.315	5.236
Companhia Piratininga de Força e Luz	11.626	22.907	-	-	137.236	131.833	191	277
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	19	-	-	-	700	-	1
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	-	26	-	969
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	-	43	-	13
Companhia Jaguari de Energia	34	34	-	-	246	66	1.145	92
Companhia Luz e Força de Mococa(*)	-	-	-	-	-	10	-	-
Rio Grande Energia S.A.	68	37	8	6	618	724	106	207
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	39	-	-	-	334	384	3	90
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	-	-	2	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	20	-
Adiantamentos de clientes								
Companhia Jaguari de Energia	-	-	321	218	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	683	1.444	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	29.333	21.689	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	2.123	1.348	-	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	337	333	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	241	236	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	72.497	67.652	10	-	4.852	5.466
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	11.014	-	11	1
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	2.115	-	3	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	472	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	1	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	12.863	5.357

23. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2018
Ativo imobilizado	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	1.230.736
Automóveis	Cobertura abrangente	554
Responsabilidade civil	Danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros	60.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	5.925
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	206.500
Total		1.503.714

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

24. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos *Compliance* e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e

reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna e Riscos e *Compliance* é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A exposição relativa à receita da ENERCAN, proporcional a participação detida pela Companhia, está protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero cost collar*, descrito na nota 25.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 25.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 25.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez hídrica: A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

As chuvas abaixo do normal observadas no período de maio a setembro não causaram risco de abastecimento energético em 2018, porém incorreram em forte despacho termoeletrico e consequente redução da geração hidroelétrica, o que impactou significativamente os custos com compra de energia e encargos para os agentes do setor elétrico neste período.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Mensuração	Nível(*)	31/12/2018	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	81.913	81.913
Derivativos	25	(a)	(2)	Nível 2	108.630	108.630
Derivativos - zero-cost collar	25	(a)	(2)	Nível 3	16.367	16.367
					206.910	206.910
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	13	(b)	(1)	Nível 2 (***)	59.795	59.934
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	13 (**)	(a)	(2)	Nível 2	841.790	841.790
Debêntures - principal e encargos	13	(b)	(1)	Nível 2 (***)	1.871.409	1.873.010
Derivativos	25	(a)	(2)	Nível 2	5.644	5.644
					2.778.638	2.780.378

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 6.086 em 2018 (um ganho de R\$ 872 em 2017).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
(b) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
(2) - Mensurado ao valor justo

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) coligadas, controladas e controladora, (ii) cauções, fundos e depósitos vinculados, e (iii) serviços prestados a terceiros.

- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e (vi) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2018 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “*zero-cost collar*”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 25 b.1.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos, adicionalmente, a Companhia contratou em 2015, derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo).

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	86.506	(5.644)	80.862	92.982	(12.120)	US\$ + (Libor 3 meses + 1,41%) ou (3,13% a 4,32%)	101,5% a 109,9% do CDI	jun/19 a abril/21	751.436
	86.506	(5.644)	80.862	92.982	(12.120)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo									
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	22.125	-	22.125	21.548	577	IPCA + 5,86%	100,15% do CDI	abr/19	70.469
Outros derivativos⁽²⁾									
Zero cost collar	16.367	-	16.367		16.367	US\$	(nota explicativa 32 b.1)	de jul/18 a set/20	49.077
Total	124.998	(5.644)	119.354	114.530	4.823				
Circulante	105.824	5.644							
Não circulante	19.174	-							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide nota 13.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

⁽²⁾ Devido às características deste derivativo (zero cost collar) o nacional está apresentado em dólar norte-americano.

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2018 e 2017, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente
	2018	2017	2018
Varição de taxas de juros	(5.076)	852	-
Marcação a mercado	(4.709)	4.853	(236)
Varição cambial	156.421	(41.793)	-
Marcação a mercado	(37.569)	(10.885)	(504)
	109.067	(46.973)	(740)

b.1) Contratação de derivativo pela CPFL Geração (zero-cost collar)

Em 2015, a controlada CPFL Geração contratou operação de compra de opções de venda (*put options*) e venda de opções de compra (*call options*) em dólar, ambas tendo a mesma instituição como contraparte, e que combinadas caracterizam uma operação usualmente conhecida como *zero-cost collar*. A contratação desta operação não apresenta caráter especulativo, tendo como objetivo minimizar eventuais impactos negativos na receita futura do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN, que possui contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. Adicionalmente, na visão da Administração, o cenário em 2015 estava favorável para contratação deste tipo de instrumento financeiro, considerando a alta volatilidade implícita nas opções de dólar e o fato de que não há custo inicial para este tipo de operação.

O montante total contratado foi de US\$ 111.817, com vencimentos entre 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2018 o montante total contratado é de US\$ 44.083, consideradas as opções já liquidadas até esta data. Os preços de exercício das opções de dólar variam de R\$ 4,20 a R\$ 4,40 para as *put options* (opções de venda) e de R\$ 5,40 a R\$ 7,50 para as *call options* (opções de compra).

Estas opções foram mensuradas a valor justo de forma recorrente. O valor justo das opções que são parte desta operação foi calculado com base nas seguintes premissas:

Técnicas de avaliação e informações-chave	Foi utilizado o Modelo de <i>Black Scholes</i> de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.
Informações não observáveis significativas	Volatilidade determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis a essa operação em específico, com variação média de 18,61%.
Relação entre informações não observáveis e valor justo (sensibilidade)	Um pequeno aumento na volatilidade no longo prazo, analisado isoladamente, resultaria em um aumento não significativo do valor justo. Se a volatilidade fosse 10% mais alta e todas as outras variáveis fossem mantidas constantes, o valor contábil líquido (ativo) aumentaria em R\$ 587, resultando em um ativo líquido de R\$ 16.954.

Apresentamos abaixo quadro de conciliação dos saldos iniciais e saldos finais das opções de compra e venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme requerido pelo IFRS 13/CPC 46:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	57.715	-	57.715
Mensuração a valor justo	16.715	-	16.715
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(22.372)	-	(22.372)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	52.058	-	52.058
Mensuração a valor justo	(23.707)	-	(23.707)
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(11.984)	-	(11.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.367	-	16.367

A mensuração ao valor justo destes instrumentos financeiros foi reconhecida no resultado do exercício na rubrica receita financeira, não tendo sido reconhecidos quaisquer efeitos em outros resultados abrangentes.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os

riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2018 fosse mantida, a simulação dos efeitos agrupados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) - R\$ mil		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(841.790)		(24.983)	191.710	408.403
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	845.505		25.094	(192.556)	(410.206)
	3.715	baixa dólar	111	(846)	(1.803)
Total	3.715		111	(846)	(1.803)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			110	(846)	(1.802)
Efeitos no resultado do exercício			1	-	(1)

Instrumentos	Exposição (US\$ mil)	Risco	Receita (despesa) - R\$ mil		
			Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial de 25% (c)	Depreciação cambial de 50% (c)
Derivativos zero-cost collar	44.083 (d)	alta dólar	(1.770)	(17.126)	(32.482)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2018 foi de R\$ 3,87 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 3,99 e a depreciação cambial de 2,97%, referente ao dólar em 31.12.2018.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

(d) Devido às características deste derivativo (*zero cost collar*) o notional está apresentado em dólar norte-americano.

Exceto pelo derivativo *zero-cost collar* em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2018 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Cenário provável	Elevação/Redução de índice em	
						25% (b)	50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	489.328				832	8.869	16.906
Instrumentos financeiros passivos	(1.784.864)				(3.034)	(32.351)	(61.667)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(838.075)				(1.425)	(15.190)	(28.956)
	(2.133.611)	alta CDI	6,40%	6,57%	(3.627)	(38.672)	(73.717)
Instrumentos financeiros passivos	(149.287)				523	(724)	(1.971)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	95.558				(334)	463	1.261
	(53.730)	alta IPCA	3,69%	3,34%	189	(261)	(710)
Total	(2.187.341)				(3.438)	(38.933)	(74.427)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

e) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2017 e 2018 indicadores de que os títulos tivessem uma perda por redução ao valor recuperável, utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2018, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2018	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Fornecedores	12	4.269	2.611	-	-	-	6.880
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	13	23.944	63.901	604.423	301.104	-	993.372
Derivativos	25	-	-	6.631	-	-	6.631
Debêntures - principal e encargos		-	11.142	362.412	1.137.134	763.155	2.273.843
Encargos Setoriais		20.504	-	-	-	-	20.504
Consumidores e concessionárias		142	-	-	-	-	142
EPE / FNDCT / PROCEL		5	-	-	-	-	5
Total		48.863	77.654	973.465	1.438.239	763.155	3.301.376

26. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

26.1. Balanço Patrimonial

	31/12/2018				31/12/2017			
	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário
Ativo								
Ativo Circulante	508.310	-	-	508.310	763.398	-	-	763.398
Caixa e Equivalentes de Caixa	81.913	-	-	81.913	435.567	-	-	435.567
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	98.427	-	-	98.427	155.298	-	-	155.298
Dividendo	172.184	-	-	172.184	96.640	-	-	96.640
Tributos Compensáveis	24.610	-	-	24.610	29.175	-	-	29.175
Instrumentos Financeiros Derivativos	105.824	-	-	105.824	20.434	-	-	20.434
Outros Ativos Circulantes	25.352	-	-	25.352	26.284	-	-	26.284
Ativo Não Circulante	4.759.856	3.017	595.668	5.358.540	4.515.830	(8.979)	618.133	5.124.984
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	28.430	-	-	28.430	28.090	-	-	28.090
Depósitos Judiciais e Cauções	744	-	-	744	570	-	-	570
Tributos Diferidos	-	3.017	-	3.017	8.979	(8.979)	-	-
Despesas Pagas Antecipadamente	1.559	-	-	1.559	2.449	-	-	2.449
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.174	-	-	19.174	54.236	-	-	54.236
Coligadas e controladas	407.730	-	-	407.730	100.458	-	-	100.458
Adiantamento para futuro aumento de capital	300.000	-	-	300.000	300.000	-	-	300.000
Outros Ativos Não Circulantes	134	-	-	134	134	-	-	134
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	3.979.550	(1.104.669)	596.198	3.471.079	3.997.669	(1.172.811)	618.805	3.443.663
Participações Societárias Permanentes	3.417.698	-	53.380	3.471.079	3.402.873	-	40.789	3.443.663
Propriedade para investimento - Bens de Renda	468.831	(1.011.649)	542.818	-	491.809	(1.069.825)	578.016	-
Ágio de Incorporação	93.020	(93.020)	-	-	102.986	(102.986)	-	-
Imobilizado	18.393	1.011.649	(531)	1.029.511	19.410	1.069.825	(631)	1.088.604
Intangível	4.143	93.020	-	97.163	3.835	102.986	(41)	106.780
Total do Ativo	5.268.165	3.017	595.667	5.866.850	5.279.228	(8.979)	618.133	5.888.381

	31/12/2018				31/12/2017			
	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário
Passivo								
Passivo Circulante	1.120.159	-	-	1.120.159	923.857	-	-	923.857
Fornecedores	6.880	-	-	6.880	17.184	-	-	17.184
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	891.450	-	-	891.450	871.875	-	-	871.875
Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.340	-	-	5.340	5.576	-	-	5.576
Benefício Pós-Emprego	1.350	-	-	1.350	986	-	-	986
Tributos	14.928	-	-	14.928	6.575	-	-	6.575
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	173.536	-	-	173.536	-	-	-	-
Encargos Setoriais	20.586	-	-	20.586	17.571	-	-	17.571
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.644	-	-	5.644	3.457	-	-	3.457
Outros Passivos Circulantes	446	-	-	446	633	-	-	633
Passivo Não Circulante	1.933.831	3.017	184.378	2.121.225	2.423.091	(8.979)	196.297	2.610.409
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.881.545	-	-	1.881.545	2.370.847	-	-	2.370.847
Benefício Pós-Emprego	19.896	-	-	19.896	15.595	-	-	15.595
Provisão para Litígios	12.124	-	-	12.124	8.570	-	-	8.570
Tributos Diferidos	18.636	3.017	184.378	206.030	2.448	(8.979)	196.297	189.765
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	24.149	-	-	24.149
Outros Passivos Não Circulantes	1.630	-	-	1.630	1.482	-	-	1.482
Total do Passivo	3.053.990	3.017	184.378	3.241.384	3.346.948	(8.979)	196.297	3.534.266
Patrimônio Líquido								
Capital Social	1.043.922	-	-	1.043.922	1.043.922	-	-	1.043.922
Reservas de Capital	240.934	-	-	240.934	239.691	-	-	239.691
Outros Resultados Abrangentes	(21.699)	-	368.562	346.863	(20.537)	-	391.163	370.626
Reservas de Lucros	993.747	-	-	993.747	601.365	-	-	601.365
Prejuízos Acumulados	(42.728)	-	42.728	-	(30.673)	-	30.673	-
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	-	-	-	-	98.511	-	-	98.511
Total do Patrimônio Líquido	2.214.174	-	411.291	2.625.465	1.932.279	-	421.836	2.354.115
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	5.268.165	3.017	595.668	5.866.850	5.279.228	(8.979)	618.133	5.888.381

26.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	2018				2017			
	Regulatório	Reclassificação	Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso	757.134	42.833	-	799.967	772.538	58.498	-	831.036
Suprimento de Energia Elétrica	756.753	-	-	756.753	772.382	-	-	772.382
Energia Elétrica de Curto Prazo	381	-	-	381	156	-	-	156
Outras Receitas Vinculadas	-	42.833	-	42.833	-	58.498	-	58.498
Tributos	(72.623)	(1.915)	-	(74.539)	(76.086)	(1.193)	-	(77.279)
PIS-PASEP	(12.928)	(268)	-	(13.196)	(13.572)	(142)	-	(13.714)
COFINS	(59.696)	(1.238)	-	(60.934)	(62.514)	(654)	-	(63.167)
ISS	-	(409)	-	(409)	-	(397)	-	(397)
Encargos - Parcela "A"	(3.482)	147	-	(3.335)	(3.436)	148	-	(3.289)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(70)	-	-	(70)	(44)	-	-	(44)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(147)	147	-	-	(148)	148	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(3.266)	-	-	(3.266)	(3.244)	-	-	(3.244)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	681.028	41.065	-	722.093	693.016	57.453	-	750.469
Gastos Operacionais	(75.548)	(41.065)	(35.056)	(151.669)	(117.240)	(57.453)	(36.249)	(210.942)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(31.712)	-	-	(31.712)	(81.873)	-	-	(81.873)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(1.060)	-	-	(1.060)	(936)	-	-	(936)
Pessoal e Administradores	(28.016)	19	-	(27.997)	(32.093)	(24)	-	(32.117)
Entidade de previdência privada	(1.553)	-	-	(1.553)	(2.067)	-	-	(2.067)
Material	(1.124)	-	-	(1.124)	(1.399)	-	-	(1.399)
Serviços de Terceiros	(10.253)	-	-	(10.253)	(14.600)	-	-	(14.600)
Arrendamento e Aluguéis	(452)	-	-	(452)	(548)	-	-	(548)
Seguros	(802)	-	-	(802)	(833)	-	-	(833)
Doações, Contribuições e Subvenções	(984)	-	-	(984)	(528)	-	-	(528)
Provisões	(242)	-	-	(242)	(75)	-	-	(75)
(-) Recuperação de Despesas	10	-	-	10	40	-	-	40
Tributos	(42)	-	-	(42)	(39)	-	-	(39)
Depreciação e Amortização	(29.505)	-	(35.056)	(64.561)	(28.835)	-	(36.056)	(64.891)
Amortização de Ágio	(9.966)	-	-	(9.966)	(9.966)	-	-	(9.966)
Gastos Diversos	(764)	-	-	(764)	(774)	-	-	(774)
Outras Receitas Operacionais	40.927	(40.918)	-	9	57.362	(57.305)	-	57
Outras Despesas Operacionais	(11)	(166)	-	(177)	(76)	(124)	(193)	(392)
Resultado da Atividade	605.480	-	(35.056)	570.424	575.776	-	(36.249)	539.527
Equivalência Patrimonial	471.951	(579)	12.591	483.962	401.240	(579)	11.902	412.562
Resultado Financeiro	(211.578)	579	7.664	(203.334)	(323.378)	579	-	(322.798)
Receitas Financeiras	63.426	-	-	63.426	67.789	-	-	67.789
Despesas Financeiras	(275.004)	579	7.664	(266.760)	(391.166)	579	-	(390.587)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	865.853	-	(14.801)	851.052	653.638	-	(24.348)	629.291
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(93.914)	-	9.313	(84.600)	(47.590)	-	12.325	(35.265)
Resultado Líquido do Exercício	771.939	-	(5.488)	766.451	606.049	-	(12.023)	594.026

a) Reclassificações no Societário

b) Diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias. Registro no Societário do Custo Atribuído – Mais Valia

No Societário quando da adoção das novas práticas contábeis (CPC e IFRS), para a avaliação dos ativos que integravam os grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível, o modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço de longa data, pela impossibilidade da reconstrução da formação de seu custo ou quando o custo associado a estes ativos não eram relevantes, foi determinado valor de acordo com o seu respectivo valor de reposição (“custo atribuído”) e os valores reavaliados foram apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada.

Os efeitos do custo atribuído aumentaram os valores dos ativos pertencentes aos grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível tendo como contrapartida o Resultado Abrangente no Patrimônio Líquido, sendo este líquido dos efeitos de Tributos Diferidos referente à contribuição social e imposto renda.

b.1) Efeito do ajuste do custo atribuído no balanço patrimonial

	Ajustes	
	31/12/2018	31/12/2017
Balço Patrimonial		
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Participações societárias permanentes - Ajustes regulatórios nas transmissoras	45.196	30.673
Participações societárias permanentes - Mais valia reflexa	8.184	10.116
Propriedade para investimento - Mais valia de Bens de Renda	542.818	578.016
Imobilizado - Mais valia	(531)	(631)
Intangível - Mais valia	-	(41)
	595.668	618.133
Tributos Diferidos - Mais Valia - 34%		
Passivo Diferido	184.378	196.297
Patrimônio líquido		
Resultado abrangente - Mais valia	366.094	391.163
Resultado abrangente - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	2.468	-
Prejuízos acumulados - Ajustes regulatórios nas transmissoras	45.196	30.673
Prejuízos acumulados - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(2.468)	-
	411.290	421.836

b.2) Efeito dos ajustes do custo atribuído na demonstração do resultado

	Ajustes	
	31/12/2018	31/12/2017
Demonstração do Resultado		
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Depreciação/Amortização - Mais Valia	35.056	36.056
Outras receitas/despesas operacionais	-	193
Equivalência Patrimonial - Mais Valia Reflexa	1.932	1.949
Equivalência Patrimonial - Ajustes Regulatórios nas Transmissoras	(14.524)	(13.851)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(7.664)	-
	14.801	24.347
Tributos Diferidos		
Impostos (IRPJ e CSLL) - Mais Valia - 34%	(11.919)	(12.325)
Impostos (IRPJ e CSLL) - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	2.606	(12.325)
	5.488	12.023
Efeito Líquido		

A conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório é como segue:

	Conciliação	
	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido societário	2.625.465	2.354.115
Ajuste do Custo Atribuído - Mais valia, líquido dos efeitos tributários	(366.094)	(391.163)
Ajustes regulatórios nas transmissoras	(45.196)	(30.673)
Patrimônio líquido regulatório	2.214.175	1.932.279

A conciliação do lucro líquido societário e regulatório é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	766.451	594.026
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Ajuste do Custo Atribuído - Mais Valia	23.137	23.924
Equivalência Patrimonial - Mais Valia Reflexa	1.932	1.950
Equivalência Patrimonial - Ajustes Regulatórios nas Transmissoras	(14.524)	(13.010)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(5.058)	-
Lucro líquido regulatório	<u>771.939</u>	<u>606.890</u>

27. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2018	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços	até 4 anos	558	875	72	1.506
Aluguéis	até 3 anos	72	90	-	162
Total		<u>630</u>	<u>965</u>	<u>72</u>	<u>1.667</u>

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras transações		
Adiantamentos para futuro aumento de capital integralizados	50.000	43.900

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI

Presidente

OSVALDO CIA

Conselheiro

DIRETORIA

KARIN REGINA LUCHESI

Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS
Diretor Administrativo

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor de Gestão de Energia

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES

Coordenador de Serviços Contábeis e Ativo Imobilizado
CT CRC 1SP251528/O-0



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Geração de Energia S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da CPFL Geração de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da CPFL Geração de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a CPFL Geração de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(a) Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos

(Consulte as notas explicativas 3.13 e 8 às demonstrações contábeis regulatórias)

As demonstrações contábeis regulatórias incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, decorrente de sua controlada direta CPFL Energias Renováveis S.A., cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros com base no julgamento da Companhia e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros. Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia e as taxas de desconto e comparamos com dados disponíveis no mercado. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



Outros assuntos

Demonstrações Financeiras

A CPFL Geração de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem qualificações, com data de 11 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.



Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração e com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 18 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP027612/O-4

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcio José dos Santos', written over a horizontal line.

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

TERMO DE RESPONSABILIDADE

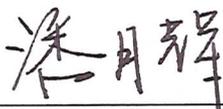
Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 18 de abril de 2019.

Concessionária: CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.



Karin Regina Luchesi
Diretor Presidente
CPF: 219.880.918-45



Yuehui Pan
Diretor Financeiro
CPF: 061.539.517-16



Márcio Célio Porphirio Mendes
Coordenador de Serviços Contábeis e Ativo Imobilizado
CT CRC 1SP251528/O-0
CPF: 167.396.958-57

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

....

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

